

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS – GRADUAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS
AMBIENTAIS**

**A COMUNIDADE DO TIMBÓ (JOÃO PESSOA – PB):
análise sócio- ambiental e qualidade de vida**

MARIA AUXILIADORA CLEMENTE DANTAS

**RECIFE
2003**

D 192C Dantas, Maria Auxiliadora Clemente

A Comunidade do Timbó (João Pessoa - PB):
análise sócio-ambiental e qualidade de vida/Maria
Auxiliadora Clemente Dantas. – João Pessoa, 2004.

183f

Bibliografia

- | | |
|-------------------------------|-------------|
| 1. Áreas suburbanas. | 2. Favelas. |
| 3. Avaliação sócio-ambiental. | I. Título |

BC/UNIPÊ

CDU 911.975.632

MARIA AUXILIADORA CLEMENTE DANTAS

A COMUNIDADE DO TIMBÓ (JOÃO PESSOA – PB): análise sócio - ambiental e qualidade de vida

Dissertação submetida ao corpo docente da Coordenação do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sérgio Tavares de Melo

Recife, PE

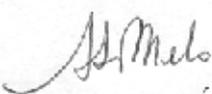
2003

A COMUNIDADE DO TIMBÓ (JOÃO PESSOA – PB): análise sócio - ambiental e qualidade de vida

MARIA AUXILIADORA CLEMENTE DANTAS

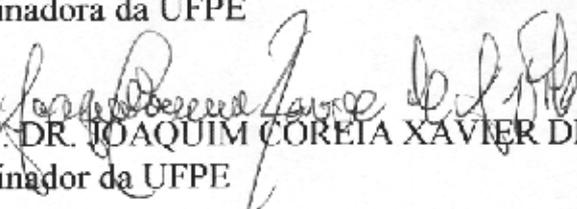
Aprovado em 30 de Janeiro de 2004

BANCA EXAMINADORA


PROF. DR. ANTONIO SÉRGIO TAVARES DE MELO
Orientador e Presidente da Banca Examinadora:


PROF. DR. JAN BITOUN
Examinador da UFPE


PROF.ª DRA. CHRISTINE RUFINO DABAT
Examinadora da UFPE


PROF. DR. JOAQUIM CORRÊIA XAVIER DE ANDRADE NETO
Examinador da UFPE

A Yves e David,

*pelo tempo que lhes foi roubado do
aconchego, do abraço. DEDICO*

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa não poderia ter sido realizada sem a valiosa contribuição das seguintes pessoas e instituições. Nessa árdua e gratificante caminhada quero deixar o registro de algumas gratidões.

Ao Prof Dr Antonio Sérgio Tavares de Melo, pela firmeza na orientação, pelo incansável estímulo, dedicação e paciência na elaboração desse trabalho. Diante de tudo isto, e, na expectativa de não ter decepcionado, só me resta o muito obrigado, meu grande amigo Sérgio.

A querida amiga Prof^a Janete Lins Rodriguez, cujos ensinamentos tem sido valiosos para a minha carreira acadêmica, meu reconhecimento.

A Prof^a Hilarina Maribondo Barbosa, pelo incentivo e sólida confiança no meu potencial.

Aos colegas de trabalho do Departamento de Ciências Sociais e da Natureza (DSN) do Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ – pelo companheirismo e apoio.

A Joelma Fonseca, secretária do Departamento de Ciências Sociais e da Natureza-DSN – do Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ – pela competência com que desempenha sua função

Ao Reitor do Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ – Monsenhor Marcos Augusto Trindade.

A Professora Bernardina Maria Juvenal Freire pela revisão bibliográfica e organização do trabalho.

Ao corpo docente da Pós Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco.

A Solange, secretária da Pós-Graduação, sempre atenciosa e disponível a ajudar.

Aos colegas da Pós-graduação em Gestão e Políticas Ambientais pela amizade e companheirismo.

A fiel companheira de luta Maria Adelize Luz, responsável pelos registros fotográficos desse trabalho.

A Marcelo Borges, Utaiguara e Arinaldo pelo apoio e confecção dos registros cartográficos.

As colegas de trabalho da Fundação Casa de José Américo (FCJA), Rossiane e Christiane pelo apoio e colaboração na confecção do trabalho.

Ao amigo, Francisco Borges de Oliveira, pela valiosa contribuição na confecção final da dissertação.

As amigas Ilza Moreira Franco, Genilda Sabino, Vanda Regis, Margarida Magalhães Guimarães e Maria do Socorro Moreira Franco, pela contribuição em diversas etapas do desenvolvimento desta dissertação.

Aos moradores da Comunidade de Timbó pela atenção e informações prestadas.

A Maria do Socorro Arruda, agente comunitária do Timbó pela valiosa colaboração durante a pesquisa.

Aos profissionais de saúde do PSF da Comunidade do Timbó, pelas informações e dados fornecidos sobre a saúde da população.

A Fundação de Ação Comunitária - FAC - pela liberação dos dados sobre os aglomerados subnormais de João Pessoa.

Ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise Espacial da Universidade Federal da Paraíba. - LEPAN.

A Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa – SEPLAN – PMJP, pela liberação de cópias das fotografias aéreas da área de estudo.

A Secretaria de Trabalho e Promoção Social - SETRAPS – PMJP, pela liberação da planta do Timbó.

A Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC – PMJP, por ter concedido meu afastamento com ônus.

A minha família, em especial aos meus irmãos, Assis, Ranilda, Ranilson, e a minha cunhada Maria, que juntos ajudaram-me a realizar este projeto de vida.

E a todos que de uma forma direta ou indireta, colaboraram para a concretização deste trabalho.

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e criar, na Terra, as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida.

(DECLARAÇÃO SOBRE O AMBIENTE HUMANO. Assembléia Geral das Nações Unidas reunida em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972)

RESUMO

Muitas pesquisas sobre o meio social, econômico e natural das favelas ou aglomerados subnormais já foram realizadas. Esta é mais uma e tem como objetivo principal apresentar um diagnóstico sócio-ambiental da Comunidade do Timbó em João Pessoa (PB), para exemplificar o universo dos aglomerados existentes na capital da Paraíba. Comunidade é o termo preferido pelos moradores dos aglomerados subnormais e pelos órgãos estaduais e municipais que trabalham com sua problemática social. A Comunidade do Timbó foi escolhida para exemplificar os problemas e anseios que caracterizam de modo geral o universo composto por esses fragmentos de espaço urbano marcados pela pobreza, pela exclusão econômica e segregação social. O trabalho de pesquisa teve como ponto de partida algumas perguntas e determinadas idéias que povoam o imaginário de certas classes sociais e até mesmo de alguns intelectuais sobre o “mundo” das favelas. As questões escolhidas se referiram aos aspectos demográficos das favelas, origem da população e dos aglomerados, aspectos físicos dos aglomerados, riscos sanitários decorrentes das condições de habitat, riscos naturais ou induzidos pelas ações antrópicas decorrentes da localização, etc. As idéias preconcebidas foram quatro: as favelas têm uma especificidade demográfica: a maioria de sua população é proveniente de fluxos migratórios entre a zona rural e a cidade; o urbanismo das favelas é peculiar quanto a seu desenho e quanto às habitações; o espaço das favelas é o espaço da pobreza e da marginalidade; as favelas são homogêneas tanto entre si como em seu interior. Algumas dessas idéias se revelaram, relativas, outras, verdadeiras. Para o diagnóstico sócio-ambiental foram escolhidos alguns indicadores sociais econômicos entre os quais: aspectos físicos dos domicílios; renda e emprego; educação e saúde; origem da população; infraestrutura de serviços; estratégias de sobrevivência da população; riscos sanitários decorrentes das condições de habitat e sociais; principais doenças; vulnerabilidade aos riscos naturais ou induzidos pela própria população. Para a obtenção dos dados foi aplicado um questionário entre a amostragem populacional escolhida.

Palavras-chave: aglomerado subnormal – favela – comunidade – heterogeneidade das favelas – avaliação sócio-ambiental – saúde ambiental – riscos sanitários – riscos naturais induzidos pelo homem.

RÉSUMÉ

Beaucoup de travaux de recherche concernant l' environnement social, économique et naturel des "favelas" ont déjà été faits. Celui-ci c'en est un aussi. Il a pour but principal présenter un diagnostic socio-environnemental de la "Communauté" du Timbó, à João Pessoa, capitale de la Paraíba (Brésil), choisie comme exemple de la problématique suscitée par cet univers caractérisé par la pauvreté, l'exclusion et la ségrégation sociale et économique sont les caractéristiques principales. Le mot communauté étant le terme préféré par les habitants des favelas pour désigner leur forme d' habitat sous-intégré. Le point de départ a été quelques questions et idées toutes faites qui font partie de l'imaginaire collectif concernant l'univers des "favelas". On a essayé d'en donner les réponses et de démontrer la relativité ou la véracité des idées préconçues. Les questions choisies se rapportent à l'origine des favelas, sa localisation, sa population; quelles sont les formes de son habitat? combien sont-ils ? d'où vient-elle ? Quels sont les risques sanitaires dus aux conditions de l'habitat et aux conditions socio-économiques? Parmi les idées toutes faites, on a choisi; les favelas se caractérisent pour présenter une spécificité démographique: la majorité de sa population provient des flux migratoires du type rural-urbain; l'urbanisme des favelas est très particulier en ce qui concerne le plan et les habitations; l'espace de l'habitat sous-intégré est celui de la pauvreté et de la criminalité; l'homogénéité, aussi bien interne comme entre les favelas, est une des caractéristiques de l'univers des favelas. Les indicateurs socio-économiques choisis ont été: habitation (types); emploi et rente; éducation et santé; stratégies de survivance; origine des habitants; infra-structure; risques sanitaires dus aux conditions de l'habitat; risques naturels ou induits par les habitants. Quelques uns de ces données ont composé un questionnaire qui a été appliqué à un échantillonnage de la population, lors de travaux de terrain.

Mots-clé: habitat sous-intégré - "favelas"- bidonville – communauté – "agglomération sous-normale" - hétérogénéité des favelas - diagnostic socio-environnemental – santé environnementale – risques sanitaires – risques naturels induits.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FOTOS

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	1
1 PARTE 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
1.1 TRAJETÓRIA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	7
1.2 AS DIFERENTES FORMAS DE MORAR DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	17
1.2.1 Favela: origem do termo, conceito e problemática	26
1.2.2 Aspectos urbanísticos da favela	38
1.3 JOÃO PESSOA: evolução urbana	45
1.4 ESPACIALIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS (FAVELAS) EM JOÃO PESSOA – PB	69
1.4.1 O perfil da população dos aglomerados subnormais em João Pessoa- PB...	81

2 PARTE 2 – DIAGNÓSTICO SÓCIO-AMBIENTAL DO AGLOME- RADO SUBNORMAL DO TIMBÓ (JOÃO PESSOA-PB).....	89
2.1 PEQUENO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA ÁREA E SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS.....	90
2.1.1 Aspectos da infra-estrutura do Timbó.....	104
2.1.2 Perfil demográfico e sócio econômico	114
2.1.2.1 Renda.....	114
2.1.2.2 Escolaridade	120
2.1.2.3 Procedência	123
2.1.2.4 Recursos Sociais.....	124
2.1.3 Riscos Ambientais.....	126
2.1.3.1 Riscos epidemiológicos (morbidez e morbidade) e sanitário	135
2.1.3.2 Saúde e habitantes do Timbó	144
2.1.3.3 Riscos ambientais “naturais” induzidos pela ação humana	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS.....	176
<i>ANEXOS</i>	

LISTA DE GRÁFICOS

1. Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, segundo as grandes regiões – Brasil – 2000.....	13
2. Taxa de urbanização – Brasil – 1991/2000	14
3. Crescimento exponencial das favelas no município de João Pessoa	74
4. Renda familiar.....	115
5. Complementação de renda	116
6. Ocupação do chefe da família.....	119
7. Grau de escolaridade do chefe da família	122
8. Tratamento de água para consumo.....	137
9. Destino das águas usadas.....	141
10. Total de crianças e adolescente acometidos por doenças (até 17 anos)	151
11. Saúde – vacinação infantil	157
12. Total de adultos acometidos por doenças (8 à 59 anos).....	160
13. Total de idosos acometidos por doenças (+ 60 anos)	162
14. Aspirações da população	174

LISTA DE TABELAS

1. População residente e taxa de crescimento (%) em João Pessoa	16
2. Evolução da população de João Pessoa (1996/2000)	75
3. Crescimento dos aglomerados subnormais e domicílios em João Pessoa - PB, (1992/1998/2000).....	77
4. Renda familiar.....	114
5. Complementação de renda.....	116
6. Ocupação do chefe da família.....	118
7. Grau de escolaridade do chefe da família	121
8. Tratamento de água para consumo.....	137
9. Destino das águas usadas.....	140
10. Total de crianças e adolescente acometidos por doenças (até 17 anos)	150
11. Saúde – vacinação infantil	156
12. Total de adultos acometidos por doenças (18 à 59 anos)	159
13. Total de idosos acometidos por doenças (+ 60 anos)	161
14. Aspirações da população	173

LISTA DE QUADROS

1. Distribuição dos aglomerados subnormais por bairro no município de João
Pessoa – PB 82
2. Prédios invadidos no município de João Pessoa - PB 88

LISTA DE FOTOS

1. Rua da Imperatriz (atual rua da República)	30
2. Rua do Melão (atual rua Beaurepaire Rohan).....	30
3. Colégio invadido em Mangabeira – João Pessoa - PB.....	37
4. Aspectos urbanísticos da favela do Timbó – Habitações precárias.....	39
5. Aspectos urbanísticos da favela do Timbó – Rua estreita não pavimentada com esgoto vazando.....	40
6. Buraco da Gia - lixo lançado na vala de esgoto	43
7. Chatuba – habitações precárias nas margens do rio, acúmulo de lixo	44
8. Castelo Branco (1969)	63
9. Comunidade do Timbó – casas em setor sujeito a quedas de barreiras.....	79
10. Retirada de barro nas encostas do Timbó - uma das causas dos desmoronamentos das barreiras	80
11. Comunidade do Cano - aglomerado subnormal localizado sob a rede geral de esgoto – João Pessoa - PB.....	81
12. Recuperação de casa no Timbó – Projeto MORAR MELHOR	102
13. Fossa em construção – Timbó	103
14. Retirada de material da barreira para construção de casas no Timbó	104
15. Uso residencial e comercial	107

16. Uso residencial e comercial	107
17. Comércio formal.....	108
18. Comércio informal	108
19. Ladeira pavimentada que liga o Timbó de Cima ao Timbó de Baixo	109
20. Rua não pavimentada	110
21. Rua intransitável	110
22. Becos	111
23. Residências de alvenaria sem reboco	112
24. Residência construída com material diversificado	112
25. Ligações elétricas clandestinas “gatos”	113
26. Prestação de pequenos serviços à comunidade.....	117
27. Creche Nossa Senhora de Fátima – Timbó de Baixo	125
28. Igreja Evangélica – Timbó de Cima.....	125
29. Ausência de instalações sanitárias	136
30. Águas usadas, lançadas diretamente em valas escavadas entre os becos que separam os domicílios	136
31. Presença de eletrodomésticos no interior da residência	139
32. Esgotos estourados pelo excesso de carga.....	142
33. Lançamento de resíduos sólidos nos esgotos (lixo e entulhos).....	143
34. Sede do PSF na Comunidade do Timbó.....	145
35. Interior da sede do PSF – Comunidade do Timbó	146

36. Usos rurais (vacarias).....	152
37. Espaços reservados aos animais e onde também brincam às crianças.....	153
38. Criança brincando.....	154
39. Família típica do Timbó.....	155
40. Residência construída nas proximidades do rio Timbó.....	164
41. Acúmulo de lixo jogados pelos moradores do Timbó de Cima.....	166
42. Lixo e águas servidas lançadas pelos moradores do Timbó de Cima.....	167

LISTA DE FIGURAS

1. Cidade de Frederica (atual João Pessoa) em 1638 durante a ocupação holandesa..	51
2. Mapa da evolução urbana de João Pessoa – PB	66
3. Mapa dos aglomerados subnormais na grande João Pessoa	78
4. Mapa de localização do Timbó	91
5. Evolução do Timbó (1) – 1972	94
6. Evolução do Timbó (2) – 1978	96
7. Evolução do Timbó (3) – 1985	99
8. Evolução do Timbó (4) – 1998	100
9. Vista aérea do Timbó – 2002	101
10. Área de atuação do PSF na comunidade do Timbó.....	148

INTRODUÇÃO

O objetivo geral dessa pesquisa foi apresentar um diagnóstico sócio-ambiental da comunidade do Timbó em João Pessoa para exemplificar, de maneira geral o complexo de favelas existente nessa capital.

O ponto de partida foi uma série de perguntas e algumas idéias preconcebidas sobre esses fragmentos de segregação social e espacial estendidas ao exemplo escolhido, com a finalidade de esclarecer e expor sua problemática, mensurando e caracterizando a população e avaliando sua qualidade de vida.

As perguntas formuladas foram inspiradas nos trabalhos de Susana Pasternack (2002), complementadas pelos de Abiko (1995) e Abiko et al. (2003). São elas:

- Como se originaram as favelas em João Pessoa?
- Onde se localizam?
- Como se deu a apropriação dos espaços?
- Quantos são os favelados?
- Quem são?
- Como moram?
- Como tem sido sua dinâmica ou evolução

- Qual o seu impacto no meio ambiente?
- Que conseqüências ambientais provocam a suas formas de ocupação no espaço?

Ao mesmo tempo se quis demonstrar a veracidade ou a relatividade das idéias preconcebidas que já fazem parte do consenso geral, tanto por parte de alguns intelectuais, jornalistas, pesquisadores e planejadores como pela maioria da sociedade:

- As favelas têm uma especificidade demográfica; a maioria da sua população é formada por migrantes vindos de outras regiões do estado ou de fora deste;
- As favelas apresentam um urbanismo peculiar com relação ao desenho urbano e às suas construções;
- O espaço da favela é o espaço da pobreza, da marginalidade;
- O espaço da favela caracteriza-se pela homogeneidade; elas não diferem entre si nem no seu interior.

A elucidação das questões e o esclarecimento das idéias preconcebidas compõem os objetivos específicos dessa pesquisa, discriminados como seguem:

- 1) Compreender a problemática da ocupação da área, sua origem, formação e delimitação;
- 2) Definir indicadores de qualidade de vida adequados tendo em vista fornecer subsídios para os especialistas em gestão e ordenamento do território, urbanistas, planejadores e assistentes sociais;
- 3) Através dos indicadores das condições de vida e de trabalho da população, estabelecer o perfil demográfico e sócio econômico da comunidade;
- 4) Apresentar os principais tipos de riscos ou desastres a que a comunidade está submetida;
- 5) Conscientizar os moradores sobre o lugar em que vivem, seus problemas e suas prováveis soluções para que eles possam alcançar a melhoria de sua qualidade de vida.

Os levantamentos de dados sobre os indicadores sócio-econômicos tais como, condições e aspectos de moradia, emprego e renda, educação e saúde, estratégias de sobrevivência, composição da renda familiar, procedência dos moradores, situação educacional assim como de infra-estrutura básica, condições sanitárias e saúde e sobre

os riscos “naturais” induzidos pela população, tiveram um grande papel no desenvolvimento da análise e avaliação da qualidade de vida da comunidade.

Para a execução desse trabalho recorreu-se a um embasamento teórico fornecido por uma bibliografia cuidadosamente escolhida; dados estatísticos obtidos por diversos organismos tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Ação Comunitária do Estado da Paraíba (FAC), Centro de Defesa Civil (CEDEC), Secretaria do Trabalho e Promoção Social (SEPRASP), Divisão de Geoprocessamento e Cartografia da Prefeitura Municipal de João Pessoa (DIGEOC), Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Secretaria de Saúde do município de João Pessoa, etc; à cartografia e seus documentos de apoio (ortofotocartas, cartas e plantas) listados no final e que serviram de base para a execução das ilustrações que acompanham os diferentes segmentos desse trabalho; e estudo de campo no qual foram aplicados questionários (em anexo) cujos resultados foram objeto de um tratamento dos dados levantados na amostragem através da confecção de gráficos e tabelas ilustrativos, além da obtenção de registros fotográficos dos diversos aspectos ambientais da comunidade estudada e que complementam a pesquisa.

O plano de pesquisa é estruturado em duas partes interligadas. A primeira trata da fundamentação teórica sobre a qual se baseia o estudo e aborda a trajetória evolutiva da população e da urbanização brasileira, as diferentes formas de moradia da população de baixa renda, considerando a origem, o conceito, a problemática e os

aspectos urbanísticos que circundam as favelas, em seguida nos detivemos na evolução urbana de João Pessoa e seus aspectos subnormais.

Considerando os objetivos traçados neste estudo, a segunda parte conseqüentemente, refere-se ao diagnóstico propriamente dito, momento em que se caracteriza o local do estudo, considerando os aspectos físicos, infra-estrutura, perfil demográfico e sócio econômico e os riscos ambientais e suas nuances.

Das considerações finais constam algumas aspirações da comunidade e a necessidade de uma conscientização de seus problemas através de cursos versando sobre noções de higiene e saúde ambiental, riscos ambientais, notadamente sanitários e “naturais” em que a população por inadvertência, ignorância ou descaso é indutora, o que não isenta de culpa a ineficiência ou inexistência de planos de ação comunitária e de uma urbanização que representa um mero paliativo para os problemas graves que a comunidade enfrenta, ligados à insuficiência ou ineficácia de sistemas de esgotamento sanitário, coleta e destino do lixo, etc.

1 PARTE 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 TRAJETÓRIA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com o relatório nacional apresentado pelo Governo brasileiro em 1996 na conferência sobre Assentamentos Humanos (HABITAT II) realizada em Istambul, Turquia, um dos grandes desafios que enfrenta o desenvolvimento sustentável, em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, é o de superar os problemas que resultam na pobreza e na degradação ambiental que, especialmente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos sujeitos a um forte processo de urbanização, ameaçam o presente e o futuro das novas gerações.

Segundo Marina Ceccato Mendes (2003), o desenvolvimento sustentável, pode ser definido como sendo “o equilíbrio entre tecnologia e ambiente, revelando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da qualidade de vida e justiça social”. Segundo a autora, ele tem como metas principais:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chances de viver);

- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais (água, ar, etc.);
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios);
- A efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de alcançar o desenvolvimento sustentável a Educação Ambiental é indispensável, pois ela é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação e conscientização da população envolvida.

Como crescimento populacional é cada vez mais sinônimo de crescimento urbano, o foco das atenções que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável deve ser dirigido, sobretudo para as áreas urbanas, pois é nas cidades onde se concentra a maioria das atividades econômicas e onde grande parte dos recursos é consumida assim como a maior parte da poluição é gerada. (BRASIL. HABITAT II, 1996).

No Brasil, assim como em todos os países subdesenvolvidos, a deterioração urbana e a degradação ambiental se caracterizam, em grande parte, por alguns pontos comuns: desemprego, subemprego, carência habitacional e de infra-estrutura urbana, educação e saúde, etc, problemas que se agravam pelas crises econômicas e pela globalização. Esse quadro, segundo o relatório do Governo Brasileiro citado, é decorrente de um processo de urbanização e de metropolização, cujos determinantes demográficos, territoriais sociais e econômicos originaram disparidades regionais, desigualdades na distribuição da renda e exclusão social (BRASIL. HABITAT II, 1996).

No entanto, apesar das melhorias nos indicadores sociais durante a década de 80, tais como: redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida da população em geral, queda do percentual de analfabetos com mais de 15 anos, ampliação das políticas sanitárias, entre outras, a persistência da crise econômica, iniciada em 1985 e das políticas de ajustamento macroeconômicos, contribuíram para o agravamento dos problemas sociais, ambientais e urbanos que têm marcado o país. Como resultado, o quadro urbano do Brasil apresenta características que o enquadram no bloco dos países subdesenvolvidos: crescimento desordenado da periferia urbana, proliferação de aglomerados subnormais e de assentamentos informais do solo urbano, precariedade das habitações e padrões urbanos inadequados.

Quanto às desigualdades sociais, essas vêm se agravando cada vez mais impulsionadas pela crescente concentração de renda que caracterizou os últimos 40

anos. A concentração de renda no Brasil é uma das mais altas do mundo. Os mais ricos (10 % da população) se apropriam de quase metade da renda total (48,1%), enquanto os 10 % mais pobres contam com apenas 0,8%. As inúmeras crises econômicas vêm causando o empobrecimento acelerado da população e o número dos assentamentos ilegais aumentando nas cidades.

Em 1940, segundo Abiko (1995), cerca de 2/3 da população do Brasil vivia no meio rural e 1/3 em meio urbano. Em 1965, a metade da população era rural. Em 1980, o quadro muda: 82 milhões de pessoas viviam nas cidades (2/3) e 39 milhões no campo (1/3). Em 2000, 81,2 % residiam na área urbana. As regiões mais urbanizadas são a Região Sudeste (90,5 %) e a Centro – Oeste (86,7 %). As regiões Norte e Nordeste mantêm as maiores proporções de população rural, 30,3% e 31,0%, respectivamente (IBGE, Censo Demográfico 2000).

O aumento que se verificou na população urbana foi uma consequência do crescimento vegetativo da população aliado às migrações campo-cidade e à expansão urbana que incorporou distritos e outros municípios, através do fenômeno de metropolização e conurbação.

De maneira geral a trajetória demográfica brasileira apresentou algumas características importantes que foram:

- Queda gradativa da mortalidade, o que contribuiu para acelerar o crescimento demográfico durante o período chamado de *transição*

demográfica, isto é, quando a fecundidade não apresentava um declínio importante;

- Declínio da fecundidade, pelo menos nos grandes centros urbanos e de acordo com a região;
- Processo de concentração urbana e de metropolização, ao qual se seguiu uma lenta diminuição do ritmo da urbanização assim como da metropolização principalmente na região Sul e Sudeste; esse processo continua a ser importante na região Nordeste, haja vista o crescimento significativo dos centros médios.

Mediante os fatos citados, observa-se que a taxa de crescimento da população brasileira é elevada, embora nas duas últimas décadas vinha apresentando um certo decréscimo. Nas décadas de 50-60 e 60-70 essa taxa era de 2,99% ao ano; no decênio 70-80, passou para 2,48%. Entre 80 e 91, a taxa decresceu atingindo 1,89% e entre 91-2000 ficou em torno de 1,63 % ao ano.

No período 1991/2000 a região de maior taxa de crescimento populacional permaneceu sendo a Região Norte, com 2,9 % ao ano (Gráfico 1). Note-se que esta taxa já está bem abaixo das observadas nas décadas anteriores, quando ainda não eram

expressivos os movimentos migratórios em direção a chamada fronteira amazônica. Logo em seguida, vem a Região Centro- Oeste, com 2,4 % ano.

As menores taxas de crescimento anual ocorreram no Nordeste (1,3 %) e no Sul (1,4 %). Na Região Nordeste essa diminuição se deu em função da combinação entre queda da fecundidade e migrações para outras regiões. Enquanto que na Região Sul, que apresenta uma taxa de crescimento natural relativamente baixa, durante a década de 80, perdeu população para outras regiões. Esta perda foi sendo contida durante a década de 90, especialmente no Paraná, que recuperou seu ritmo de crescimento demográfico. Por fim, a Região Sudeste, que cresceu 1,6% ao ano, vem mantendo um crescimento estável, com algumas peculiaridades entre seus estados (IBGE , Censo Demográfico, 2000).

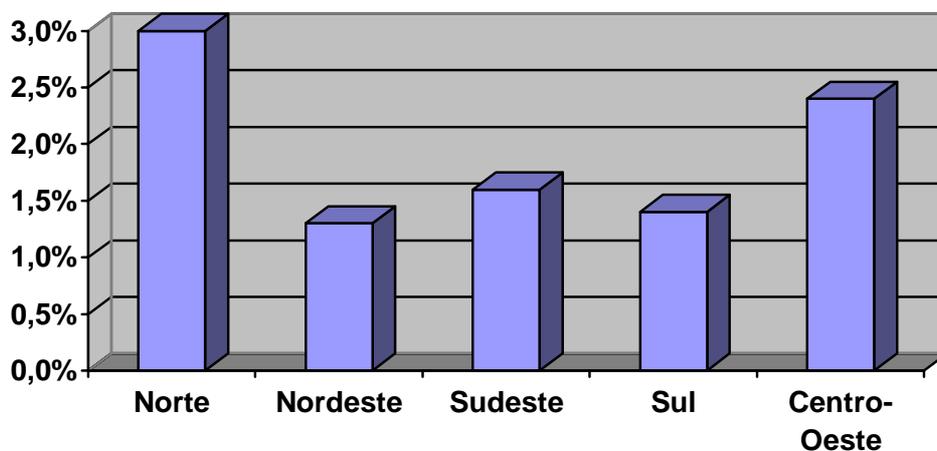


Gráfico 1 - **Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, segundo as grandes regiões - Brasil - 2000.**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Resultados preliminares

De acordo com o censo de 1991 a população brasileira atingiu um total de 146.825.475 habitantes e em 2000, 169.799.170. A população urbana, em 1991, era de 111 milhões de habitantes, ou seja, 75,5% do total (2/3), o que dava ao Brasil uma taxa de urbanização que o igualava aos países desenvolvidos. Mas esse crescimento não foi homogêneo: as maiores taxas de crescimento urbano foram observadas na região Norte (5,34%) e Centro-Oeste (4,36%), enquanto nas regiões Nordeste ela foi de apenas 3,53%; no Sul, 2,9% e no Sudeste, 2,32%.

A taxa de urbanização no Brasil prosseguiu sua trajetória, haja vista que em 1996 aumentou para 78,3% e em 2000 atingiu o percentual de 81,0 % de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2000 (Gráfico 2).

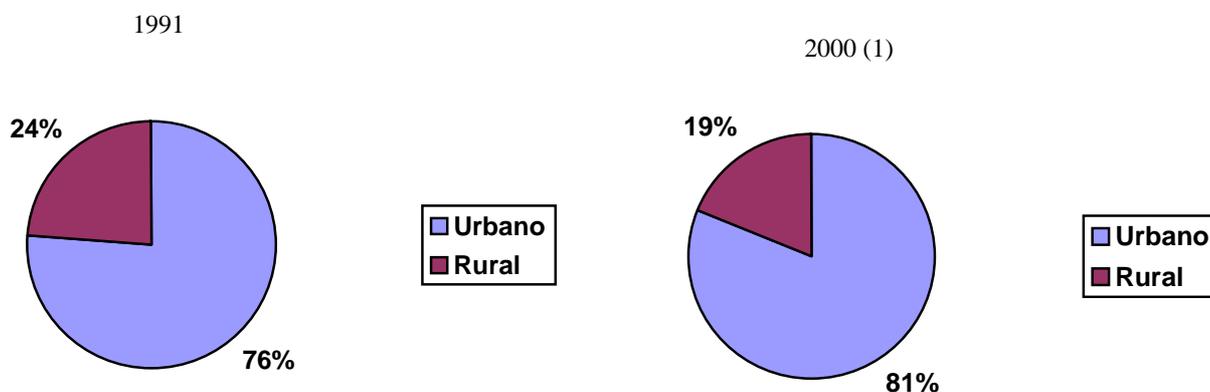


Gráfico 2 - **Taxa de Urbanização - Brasil**
1991/2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991 a 2000

(1) Resultados preliminares.

De acordo com este censo de 2000, 138 milhões de brasileiros vivem em cidades. Desse contingente populacional, pelo menos 35 milhões de pessoas moram em áreas de aglomerados subnormais, caracterizados pela ausência de serviços básicos necessários como água, esgoto e energia elétrica, e reside em moradias inadequadas geralmente situadas em áreas de risco, como beira de rios, sopés de encostas, etc.

Para atuar nesse cenário, o Governo Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criou o Programa Habitat-Brasil/BID que tem

como objetivo fornecer recursos para que os administradores de Estados e Municípios possam resolver os problemas habitacionais da população com renda entre zero a três salários mínimos, através de projetos integrados que atendam todas as necessidades básicas das famílias, transformando as áreas de favelas em bairros residenciais.

Um exemplo bastante ilustrativo do que acaba de ser comentado é o crescimento dos aglomerados subnormais na cidade de João Pessoa.

O período 1970-1980 foi marcado por um contínuo aumento da população e conseqüentemente dos aglomerados subnormais. A disseminação desses assentamentos informais foi decorrente da falta de recurso de parte da população, que não podendo recorrer ao mercado imobiliário, passou a invadir terrenos públicos ou privados, preferencialmente próximo a locais que lhe oferecia oportunidades de emprego.

Do ponto de vista da população desses aglomerados, até 1980, mais de 70% era proveniente do mundo rural paraibano em decorrência da crise no campo, gerada pela modernização da agricultura, que começava a introduzir modificações nos sistemas agrícolas, nas relações de trabalho e pela procura de melhores condições de vida (Tabela 1).

Tabela 1 - População residente e taxa de crescimento (%) em João Pessoa

POPULAÇÃO RESIDENTE					TAXA DE CRESCIMENTO (%)			
1970	1980	1991	1996	2000	1970/80	1980/910	1991/96	1996/2000
221.546	329.942	497.600	549.363	594.922	4,06	3,81	2,03	2,01

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1970 a 1991, Contagem da População 1996 e Censo Demográfico de 2000

Entre 1990 e 2000, observa-se uma mudança nesse fluxo migratório que passa a se caracterizar pelo tipo urbano-urbano, diminuindo o tipo anterior rural-urbano. Os motivos foram às crises financeiras que afetaram a população menos favorecida, aumento dos preços dos aluguéis impossibilitando morar em bairros mais modestos, desemprego, salários congelados, etc, assim como o próprio crescimento urbano de João Pessoa, o que provocou uma mudança considerável no perfil da população dos aglomerados subnormais.

Segundo dados de 2000, fornecidos pelo relatório da Fundação de Ação Comunitária (FAC) do Governo do Estado da Paraíba, a população desses aglomerados era de 129.459 habitantes, ultrapassando a população total de quase todos os municípios paraibanos, exceto a das cidades de Campina Grande (354.061 habitantes) e de João Pessoa (594.922 habitantes).

Atualmente o número de aglomerados subnormais em João Pessoa é de 105, dentre os quais 25 estão localizados na bacia hidrográfica intra-urbana do rio Jaguaribe, e seu afluente, o Timbó, onde fica localizada a comunidade que serviu para exemplificar o “mundo” das favelas em João Pessoa e que constitui o tema central dessa dissertação.

1.2 AS DIFERENTES FORMAS DE MORAR DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

No Brasil, a história das diferentes formas de habitat que caracterizam a população de baixa renda tem sido alvo de vários estudos e pesquisas. Em João Pessoa merecem ser citados dois importantes relatórios produzidos pela Fundação de Ação Comunitária do Estado da Paraíba (FAC) e coordenado pela geógrafa, Janete Lins Rodriguez e utilizados nessa pesquisa.

No presente trabalho de investigação procurou-se apresentar de modo sucinto o surgimento e a disseminação de uma forma de morar que está presente no espaço urbano de João Pessoa e do Brasil como um todo: as favelas ou aglomerados subnormais.

De acordo com Alex Kenya Abiko, em um texto técnico da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, publicado em 1995, “habitação popular é um termo

genérico usado para designar moradias destinadas à população de baixa renda. Esse termo é sinônimo de habitação subnormal, habitação de interesse social, habitação social, habitação de baixo custo e habitação para a população de baixa renda” (p.12), cujas definições são:

- Habitação subnormal, de acordo com a Prefeitura de São Paulo, citado por (Veras (1987) apud Abiko (1995) é aquela que não oferece condições mínimas de segurança, durabilidade, tamanho, salubridade. Essas condições dizem respeito tanto aos aspectos da construção (dimensionamento, número e disposição dos cômodos, material, estrutura, etc.) quanto à carência e localização dos sanitários, ausência de água encanada, de ligação às redes de esgoto e energia elétrica.
- Habitação de interesse social ou habitação social é um termo usado pelo extinto BNH (Banco Nacional de Habitação) que envolve os programas para as faixas de renda menor e que continua a ser utilizado por instituições voltadas para a área habitacional.
- Habitação de baixo custo é o termo empregado para casas baratas sem que implique em baixa renda.

- Habitação para população de baixa renda é um termo mais apropriado que o anterior e tem a mesma conotação que habitação social.

Habitação e contexto urbano se integram e devem ser considerados necessariamente como interdependentes. A habitação popular se manifesta por meio de três tipologias básicas: favelas, casas precárias de periferia e cortiços (ABIKO, 1995).

Ao conjunto de habitações subnormais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), antes designados por favelas adotou o termo “eufemístico” de “aglomerado subnormal”.

Habitação significa “abrigo e habitat” é a habitação e seu meio ambiente, seu entorno (ABIKO, 1995). Uma habitação digna deve ser confortável, segura, salubre e se integrar de modo adequado com o meio que a cerca. Eis porque o conceito de habitação não deve ser restrito apenas ao domicílio. Ele deve ser mais abrangente e levar em consideração alguns requisitos tais como:

- **serviços urbanos**, isto é, abastecimento de água, coleta de esgotos, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo, etc.

- **infra-estrutura urbana**, ou seja, as redes de distribuição de água e de coleta de esgotos, rede de drenagem, de distribuição de energia elétrica, comunicações, sistemas viários, etc.
- **equipamentos sociais**, incluindo edifícios e instalações para atividades educativas, de saúde, de lazer, de assistência, etc.

O problema habitacional é de difícil solução e um dos principais problemas urbanos que atinge a população de baixa renda. Entre suas causas principais destacam-se: renda insuficiente para ser empregada na habitação e processo de urbanização que eleva o custo do solo urbano. Segundo Abiko (1995) essas causas estão relacionadas com determinados fatores que tornam ainda mais difícil para essa população o acesso a uma moradia adequada esses fatores são:

- falta de terrenos[...] acessíveis quanto ao preço e às condições físico-naturais;
- crise econômica e social que se agrava a cada dia provocando desemprego, subemprego e diminuição da renda;

- preço dos materiais de construção e sua qualidade;
- políticas públicas de habitação social pouco eficientes ou inexistentes.

Segundo Soeiro (1991) *apud* Abiko (1995), os problemas habitacionais enfrentados pela população de baixa renda são:

- posse irregular do terreno;
- abastecimento de água precário ou inexistente;
- ausência de rede de drenagem de águas pluviais e de esgotos;
- precariedade dos serviços de eletricidade e na maior parte dos casos, clandestinidade das ligações à rede de energia elétrica, os chamados “gatos”;
- dificuldade de acesso e de locomoção das pessoas, cargas, caminhões de lixo, transportes coletivos e individuais, etc;
- carência ou ineficiência dos serviços de coleta de lixo;
- precariedade das habitações;
- rede escolar e serviços médicos inexistentes ou ineficientes, geralmente aquém das necessidades dos moradores;
- inexistências de creches para os filhos dos trabalhadores;
- ausência de áreas coletivas para lazer, esportes e atividades culturais;

- inexistência de postos de polícia;
- deficiência da iluminação pública;
- instalações telefônicas precárias, quando inexistente.

Esses problemas podem ser comparados com os critérios para uma habitação adequada segundo o programa HABITAT da Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (1989). Para o HABITAT, uma habitação adequada deve apresentar os seguintes requisitos:

- estrutura física adequada que assegure proteção contra os elementos meteorológicos, não devendo, portanto ser úmida, inabitável e nem culturalmente inaceitável;
- situação no terreno deve garantir a segurança física de seus habitantes e um lugar seguro para viver, criar os filhos e propiciar boas condições de saúde;
- contar com infra-estrutura e serviços essenciais voltados para a saúde, o conforto e a nutrição, o que inclui um abastecimento seguro de água e em quantidade suficiente, serviços de eliminação de dejetos domésticos e

humanos e serviços públicos de emergência e auxílio como bombeiros, polícia, ambulância);

- ser acessível quanto ao custo de modo a não dificultar ou impossibilitar os gastos com outras necessidades básicas;
- deve ser situada em local que permita o acesso ao emprego, aos serviços de saúde, escola e outros uma vez que os custos dos transporte para os locais de trabalho não represente gastos considerável para o orçamento das famílias pobres;
- possuir segurança quanto a sua posse. Esse critério se aplica aos direitos de propriedade, à intimidade, etc, no caso das pessoas ocuparem sua própria casa, e aos direitos de posse daqueles que alugam espaços para viver, por exemplo, os direitos legais dos inquilinos e proprietários; a segurança legal, ou a garantia de posse também deve ser aplicável aos que ocupam habitações precárias, evitando o despejo forçado por parte dos proprietários;

- os direitos legais devem incluir a proteção das posses contidas no interior das habitações, visando impedir a sua expropriação por parte dos proprietários, de governos e de terceiros.

De acordo com os dados das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (1994), cerca de 1 bilhão de pessoas moram em habitações que não atendem aos requisitos acima apresentados. Elas representam 22% dos 4,5 bilhões da população mundial. Além disso, 100 milhões não têm teto. No que diz respeito aos serviços urbanos, cerca de 1 bilhão de pessoas dos países em desenvolvimento não possuem sistema de água tratada e 1,7 bilhões não contam com sistemas de esgotos sanitários (HABITAT (1994)).

O Programa HABITAT da Organização das Nações Unidas tem como objetivo promover, ambiental e socialmente, o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e a aquisição de um domicílio adequado para todos.

O Programa foi criado em 1996 na Conferência de Vancouver no Canadá como uma Agência das Nações Unidas para coordenação das atividades ligadas aos assentamentos humanos, através da implementação da agenda Habitat, um plano de ação global que deveria ser adotado pela comunidade internacional na Conferência HABITAT II realizada em Istambul, Turquia em 1996 (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002).

A agenda Habitat constitui um conjunto de princípios que deve se traduzir por práticas. Suas atividades pretendem contribuir para redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável nos países onde se verifica uma acelerada urbanização com todos os problemas que lhe são peculiares.

O Habitat não trata da questão da habitação isoladamente. Como uma questão urbana ele inclui além da moradia, a pobreza, o emprego, a educação, a saúde, entre outros problemas.

Segundo o arquiteto e urbanista italiano Roberto Ottolenghi, chefe do escritório do Habitat para América Latina na reportagem “O Habitat procura desenvolver a qualidade de vida nas cidades, a questão urbana implica na gestão urbana integral, de modo que possa ser melhorada a qualidade de vida dos cidadãos”. O Habitat enfoca, por exemplo, “os problemas de saúde do ponto de vista dos serviços básicos com água, esgoto e saúde pública, portanto ele deve buscar soluções para um desenvolvimento equilibrado e melhorias de vida, assegurando esses serviços básicos que permitem entre outras coisas uma melhor saúde pública. As estatísticas são claras e causam espanto no que diz respeito às diferenças de índices dentro da mesma área urbana, seja em relação às doenças infecciosas, mortalidade infantil e outros problemas” (Comciência, 2002, p.03).

Em junho de 2001, os países participantes do HABITAT II reuniram-se em Nova York, na Conferência chamada Istambul+5, para avaliar o andamento dos

projetos propostos em 1996.

1.2.1 Favela: origem do termo, conceito e problemática.

Existem vários termos genéricos empregados para designar fragmentos do espaço urbano habitado pela população de baixa renda: vila, conjunto, invasão, favela, aglomerado subnormal, comunidade.

O termo vila era empregado pelos antigos Romanos para designar os grandes conjuntos rurais que incluíam a residência do senhor e dependência para os trabalhadores e servos. Durante a Renascença, ela designava as luxuosas e gigantescas residências da nobreza, principalmente italiana, geralmente situada nas cercanias das grandes cidades, com seus famosos jardins como a Vila d'Este. Na França o termo romano deu origem a *village*, pequeno aglomerado rural e *villa*, uma casa individual com certo requinte ou mansão isolada em um grande terreno, cercada por jardins e bosques. No Brasil o termo é empregado tanto para designar “uma povoação superior à aldeia ou arraial e inferior a cidade” como “um conjunto de pequenas casas independentes ou geminadas e geralmente idênticas, formando uma rua ou uma praça” (Dicionário Houaiss, 2002).

O termo vila enquanto conjunto de habitação data do século XIX e começo do século XX. Ele é fruto da industrialização e da divisão especializada do trabalho

dela decorrente, assim como de categorias profissionais civis e militares. O termo se aplica a conjuntos de habitações de mesmo modelo, reunindo famílias por categorias profissionais ou por sua relação com o Estado (BITOUN, 1997). Nos anos 30-40 elas passaram a ser construída por associações sindicais e profissionais e pelos Institutos de Previdência estaduais. Em João Pessoa, como exemplos podem ser citados, a Vila dos Expedicionários, que deu origem ao bairro dos Expedicionários e a Vila dos Motoristas, construída no bairro de Jaguaribe. Com o tempo, essa palavra foi substituída por conjunto.

O termo conjunto designa um grupo de imóveis padronizados, construídos segundo a Política Nacional de Habitação que foi iniciada em 1965.

Um fato que merece ser mencionado é que a maioria das áreas de conjuntos viu surgir em sua vizinhança próxima, habitações precárias autoconstruídas, em terrenos alheios, que em pouco tempo se transformaram em favelas, como foi o caso do Timbó, tema central da presente pesquisa. No caso de João Pessoa tal processo se intensificou através da criação do Campus da Universidade Federal da Paraíba e da implantação do Distrito Industrial.

Os termos empregados para as formas de apropriação não formalizada do solo urbano e de autoconstrução são invasão, favela ou aglomerado subnormal (termo “politicamente correto” utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Consideram-se aglomerados sub-normais (favelas e assemelhados) os conjuntos constituídos de unidades domiciliares (barracos, casas de alvenaria, etc)

dispostos geralmente de forma desordenada e adensada, e carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada do solo urbano e sua implantação sem posse da propriedade da terra.

O termo favela originou-se de um morro em Canudos – o morro do Alto da Favela - no sertão de Cocorobó, na Bahia. Este era assim chamado porque nas suas encostas cresciam muitas faveleiras ou favelas, uma planta da caatinga (*Cnidoscylus phyllacanthus*).

Durante a Guerra de Canudos (1896 – 1897), narrada por Euclides da Cunha em “Os Sertões” (1904), no segundo capítulo intitulado “Golpe de Vista do Alto de Monte Santo. Do Alto da Favela”, da parte II “A Terra”, ele menciona e descreve uma elevação, em cujos flancos as tropas acamparam em meio às favelas e de onde se avistava o arraial de Canudos, “Tróia de taipa, urbs monstruosa, parecendo já feito ruínas”, segundo Wisnick (2003).

Pela descrição que Euclides da Cunha nos deixou do arraial de Canudos, da qual foram utilizados alguns excertos, antevia-se a das atuais favelas.

Visto do alto e de longe, o arraial “tinha um aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido por um terremoto. Sem a alvura reveladora das paredes caiadas e telhados encaixados, a certa distância era invisível. Confundia-se com o próprio chão” (p.181), [onde] “não se distinguem ruas. Substituía-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos

casebres feitos ao acaso [...], cumeeiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos” (p.180).

Terminada a Guerra de Canudos, os soldados voltaram para o Rio de Janeiro à espera de pagamento dos soldos atrasados, re-incorporação no exército ou melhoria de vida e instalaram-se em terras do Governo levantando barracos nos Morros da Providência (que passou a se chamar Morro da Favela) e de Santo Antonio (ABREU, 1993; ABREU e VAZ, 1991). Entre os soldados, também havia uma multidão de migrantes que os acompanharam e que não dispunham de um teto para morar. A favela da Providência ainda existe atualmente. Nos anos 50 o morro de Santo Antonio foi quase que totalmente desmanchado para as obras de urbanização do Largo da Carioca e o material retirado foi empregado na construção do Aterro do Flamengo. Sobrou apenas uma parte do morro onde fica localizado o Convento de Santo Antonio, sobranceiro ao largo citado (WISNICK, 2003).

No início da década de 1920, o termo favela, segundo Vaz e Jaques (2003), “de carioca”, se estendeu pouco a pouco a todos os aglomerados pobres situados geralmente em setores de riscos e ou na periferia de todas as cidades do Brasil: mocambos, pontas de ruas, malocas, alagados, palafitas, etc (Fotos 1 e 2).



Foto 1 Rua da Imperatriz, atual Rua da República – 1870 – “Ponta de rua”.
Acervo de Humberto Nóbrega – UNIPÊ, 2003.

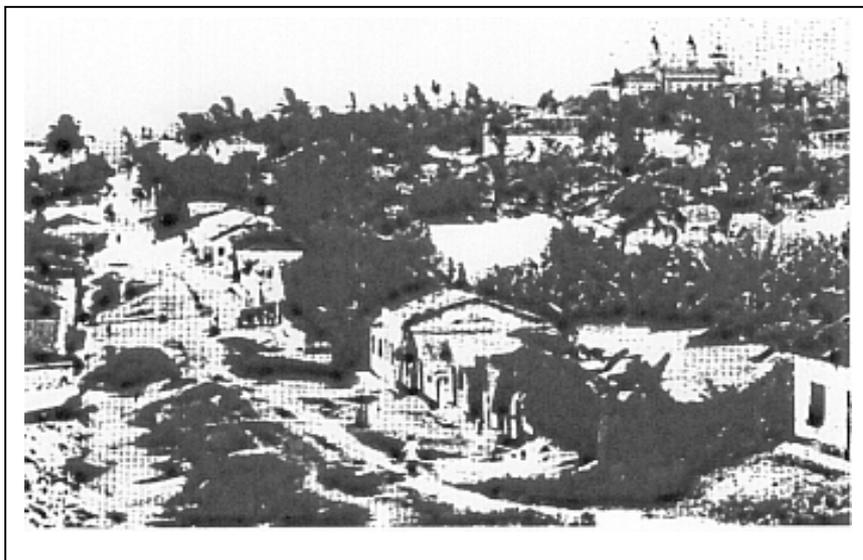


Foto 2 Rua do Melão, atual Beaurepaire Rohan –1904 – “Ponta de rua”.
Acervo de Humberto Nóbrega – UNIPÊ, 2003.

Quanto ao termo invasão ele se aplica não apenas às construções, pelo menos de início precárias, erguidas em terrenos públicos ou privados, invadidos pouco a pouco e espontaneamente, ou organizadamente, pondo em xeque o direito de propriedade, mas também formas anteriores ou contemporâneas pelas quais o acesso ao solo se faz “oficiosamente”, isto é, os lotes clandestinos são comercializados mediante acordos entre vendedores e compradores à revelia do Estado (BITOUN, 1997). Assim, são ocupadas as periferias dos manguezais e dos canais de maré, progressivamente aterrados por seus ocupantes, as várzeas encharcadas ou inundáveis e terraços fluviais e fluvio-marinhos, sem que haja conflitos sérios com as autoridades.

Portanto, invasão representa o conjunto do solo urbano ao qual só se pode ter acesso por meio de transações ilícitas ou particulares constituindo um mercado paralelo cujos títulos de propriedade não podem ser registrados em cartório. Já o termo favela para Bitoun é somente aplicado aos locais ocupados por habitações extremamente precárias, subnormais, traduzindo a extrema pobreza dos seus ocupantes. Mas há também outro tipo de invasão que será visto mais adiante: os edifícios “cortiçados”.

O termo favela assim como invasão tem conotação pejorativa. Segundo Jean Bitoun (op. cit.) *“ se reconnaître habitant de la “favela”, c’est d’accepter de se situer au plus bas niveau de l’échelle sociale (p.8)*. Os seus moradores preferem utilizar topônimos, como por

¹ reconhecer que se é morador de uma favela é ter atingido o mais baixo degrau da escala social (BITOUN, 1997, p. 8)

exemplo, Timbó, São Rafael, Vem-Vem, Baleado, etc. ou então comunidade. A palavra comunidade é a mais utilizada nos trabalhos dos Estados e Prefeituras sobre a problemática sócio-ambiental urbana, no entanto ela não se aplica apenas a uma área geográfica determinada, mas, sobretudo, a uma categoria social que vive nesse fragmento do espaço urbano.

No Censo de 1950, efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal, (SILVA, 2002, p.7). São consideradas favelas todos os aglomerados que possuam total ou parcialmente, as seguintes características:

- Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residências com um número superior a 50 ;
- Condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;

- Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.

Para a Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo (1988), segundo Taschner (2002, p. 4) favela,

é um conjunto de habitações individuais construídas em madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria em geral distribuídas desordenadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam.

Para SILVA (2002), a definição apresentada pelo Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de 1992, em seu artigo 147, apresenta uma novidade, a renda:

Favela, área predominantemente habitacional, com ocupação por **população de baixa renda**, precariedade da infra-estrutura e de serviços públicos e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construção não licenciadas em desconformidade com os padrões legais.

A fonte oficial de dados censitários e institucionais dos Estados brasileiros e do Brasil como um todo é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE). Em 1950, ele resolveu, pela primeira vez, incluir na contagem da população brasileira, as favelas (GUIMARÃES, 1953 *apud* PRETECEILLES; VALADARES, 2000), se bem que para muitas cidades brasileiras esses dados só iriam aparecer a partir do censo de 1980. A partir de então, a conceituação oficial foi a de aglomerado subnormal, sendo mantida a essência da definição de 1950, com uma diferença básica: a identificação dos

espaços favelados como **um subconjunto de um aglomerado subnormal** assim definido:

conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas em geral de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria de serviços públicos gerais” (Censo Demográfico do IBGE (2000) *apud* SILVA (2002).

Quatro dos critérios apresentados na definição de aglomerado subnormal segundo do IBGE, dizem respeito aos aspectos físicos das habitações, às melhorias públicas, ao tipo e à urbanização (PASTERNAK, 2002). O quinto critério é o estatuto jurídico da terra, fundamental para diferenciação dos aglomerados subnormais: ela pode ser invadida ou comercializada. Pode ser acrescentado também um sexto critério diferenciador: a densidade domiciliar.

Na realidade, o único critério que diferencia as áreas de invasão dos outros tipos de moradia social é a “ocupação ilegal do solo”, que não se baseia na propriedade legal da terra, nem no seu aluguel a quem de direito Leeds; Leeds (1978, p. 152) *apud* Taschner (2002).

O processo de invasão e assentamentos em terras alheias coloca em conflito o direito absoluto de propriedade urbana. Em todas essas formas de manifestação de conflito urbano torna-se clara a oposição entre a ordem legal que se vê ameaçada em permanência pelo estado de necessidade e a justiça social, como consequência dos assentamentos humanos que implica na ilegalidade da moradia. Os outros critérios se aplicam parcialmente devido à heterogeneidade dos aglomerados subnormais.

O IBGE, além desse critério – “invasão ilegal do terreno” – acrescenta o tamanho do aglomerado: favela é um setor especial do aglomerado urbano formado de **“pelo menos 50 domicílios”** (o grifo é nosso), em sua maioria carentes de infraestrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores. Esse órgão só considera um aglomerado subnormal como um “setor censitário”, se este apresentar **“51 ou mais casas faveladas contíguas”**, o que leva a distorções nos resultados dos censos. Se em um setor censitário houver 20 habitações subnormais e em outro 40, eles não são considerados favelas e não são incluídos na contagem da população. É conveniente salientar que há favelas grandes e favelas pequenas; o seu tamanho está relacionado com o tempo da ocupação, com o tipo de sítio e as dimensões do terreno invadido.

Ao lado de favelas e loteamentos irregulares já consolidados, invasões e ocupações clandestinas recentes, surge também uma outra categoria de unidade habitacional, coletiva: as invasões de edifícios públicos ou privados abandonados ou edifícios “cortiçados”, uma versão nova de cortiço do século XIX.

Os cortiços, por analogia à casa das abelhas, à colméia com seus favos, em sua versão original, tão bem descritos em 1890 por Artur Azevedo, em sua obra prima do realismo “O Cortiço”, **‘são habitações coletivas de aluguel’** (grifo nosso), precárias, localizados geralmente no centro da cidade: casarões e sobradões quase que em ruínas. Eles foram identificados como uma forma de habitação popular da segunda metade do século XIX.

A tipologia dos cortiços de acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São Paulo (1982) é a seguinte:

- casarão subdividido em cubículos;
- casarão ao qual são acrescentadas meias-águas (cortiços de quintal);
- casarão sem meias-águas, mas cujos porões também são utilizados como moradias;
- edifícios públicos ou privados cortiçados após invasão (versão moderna).

O cortiço, portanto é uma unidade habitacional usada como moradia coletiva, multi-familiar, que apresenta total ou parcialmente as seguintes características:

- subdivisão em vários cômodos que são alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;
- várias funções são exercidas em um mesmo cômodo;
- acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias;
- circulação e infra-estrutura precárias;
- superlotação.

Já os edifícios “cortiçados” resultam de “**invasões coletivas de prédios públicos ou particulares abandonados**” (colégios, hotéis, conventos, etc.). O que os

diferencia dos verdadeiros cortiços é principalmente a cobrança de aluguel que neles não existe, pois se trata de uma invasão organizada (Foto 3).



Foto 3 Colégio invadido – Mangabeira -João Pessoa - PB

Fonte: FAC/ 2002

Os edifícios “cortiçados” invadidos entram, por conseguinte em outras categorias de habitação coletiva, social ou popular, embora a FAC tenha considerado em seus relatórios de 1998 e 2002 as quatro invasões coletivas de prédios em João Pessoa, como aglomerados subnormais

Se levarmos em consideração a definição de “aglomerado subnormal” fornecida pelo IBGE (1980), que só considera como aglomerado subnormal se este, apresentar **“51 ou mais casas faveladas contíguas”** (grifo nosso), esses prédios invadidos não podem entrar nessa categoria, pois se trata apenas de uma unidade, concluída ou não,

invadida, sem cobrança de aluguel.

Contudo, apesar de os dados censitários do IBGE e os obtidos em levantamentos executados por entidades locais como a Fundação de Ação Comunitária do Estado da Paraíba (FAC), e SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa) apresentarem certas discrepância, eles constituem um importante parâmetro para a mensuração das taxas e aumento da população favelada e para a análise das características dessa população.

1.2.2 Aspectos urbanísticos das favelas

“Aqui tudo parece que ainda é construção, mas já é ruína”, diz o verso de Caetano Veloso em sua composição intitulada “A Nova Ordem Mundial”. Parece até que ele se inspirou em Euclides da Cunha, em sua descrição do Arraial de Canudos.

Urbanisticamente, as favelas parecem sempre estar em construção, inacabadas, com casas apenas rebocadas, em sua maioria não caiadas ou com o vermelho dos tijolos a aparecer; casebres e barracos precários construídos com os mais diversos materiais; esgotos a escorrer por valas abertas nas ruas estreitas, becos e vielas e sem pavimentação; saneamento inexistente ou deficiente; lixo e entulhos a se acumular pelas esquinas quando não são jogados nos rios; ruas e terrenos baldios (se houver ainda); ruas e caminhos angulosos ou tortuosos; grande densidade de casas; localização

em sítios geralmente insalubres apresentando riscos os mais diversos para os moradores; gente jovem sem perspectivas de um dia melhorar de vida; velhos que já perderam a esperança; crianças a brincar em meio à lama; batidas policiais, insegurança e marginalidade (Fotos 4 e 5).



Foto 4 Aspectos urbanísticos da favela do Timbó - Habitações precárias

Foto: Adeline Luz, Jul/2003



Foto 5 Aspectos urbanísticos da favela do Timbó - Rua estreita não pavimentada com esgoto vazando

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

Segundo Valladares (2000, p. 9) “é no singular que se pensa favela, quer seja no discurso, na ficção ou sobretudo na ação”, daí um dos maiores problemas a ser enfrentado quando se quer estudar as favelas é considerá-las como sendo homogêneas.

As paisagens das favelas são, ao contrário do que se imagina, muito diversificadas, heterogêneas, pois há favelas estruturadas, urbanizadas e não-estruturadas, grandes e pequenas, situadas em vales, em encostas ou em seu sopé, na periferia dos mangues e nas várzeas encharcadas, ao longo de tubulações de esgotos e dos corredores abaixo das linhas de transmissão de energia de alta tensão, em zonas de proteção e preservação ambiental, etc.

Essa variação de espaços ou de paisagens geralmente não está relacionada com a variação demográfica e sociológica. De acordo com Taschner (2002), “os perfis demográficos têm sua diversidade ocultada tanto no interior da favela como entre favelas e seus habitantes são sempre favelados, o que torna os projetos de intervenção dos Governos estadual e municipal padronizados, pois os espaços favelados são por eles considerados homogêneos e correspondendo a um único tipo de realidade social”.

Geralmente a favela é considerada pelas instituições e pelos segmentos da classe média como

“um local de desordem, de marginalidade, um território urbano da pobreza, tradução da exclusão social. Enquanto representação social, o favelado pertence não apenas ao mundo da pobreza, mas também ao mundo dos problemas sociais” (Susana PASTERNAK, 1995 p. 5).

De acordo com Silva (2002), geógrafo da Universidade Fluminense, em estudo intitulado “Um espaço em busca de um lugar: as favelas para além dos estereótipos”, duas características estão presentes na definição de favelas: a noção de ausência e de homogeneidade já tratada anteriormente. A favela segundo esse autor “é definida pelo que ela não é ou pelo que ela não tem”. Ela é percebida como “um espaço destituído de infra-estrutura urbana, água, luz, esgoto, coleta de lixo, sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral, enfim, uma expressão do caos” (SILVA, 2002, p. 7). Essas duas características estão presentes em quase todas as definições de favela apresentadas nesse trabalho.

A incorporação dos aglomerados subnormais ou favelas à paisagem urbana exige desenvolvimento de tecnologias, métodos e normas técnicas para os projetos e obras que atendam as suas particularidades físicas e sociais. Trata-se de uma realidade que tem de ser enfrentada e transformada e não uma realidade provisória. Por exemplo, a instalação do esgotamento sanitário em um ambiente construído não é uma coisa simples: ela envolve inovações técnicas organizacionais e normativas.

Quanto ao lixo, a população favelada, em princípio não está excluída do sistema de coletas, só que este é muito precário e às vezes inexistente em algumas favelas. O problema do lixo é um dos mais sérios nos aglomerados que geralmente possuem alta densidade demográfica e domiciliar. Além disso, o traçado irregular das ruas e becos, torna difícil os serviços de coleta (passagem do caminhão). A deposição é feita em “contêiners” ou então, o que é mais comum, o lixo é lançado em rios, terrenos baldios ou em buracos e voçorocas com o intuito de conter sua evolução, mas gerando focos patogênicos, o que constitui um fator de risco para a própria população. Lixo e entulhos são geralmente uma das marcas das favelas (Foto 6).



Foto 6 Buraco da Gia - lixo lançado na vala do esgoto

Fonte: FAC/ 1998.

A falta de saneamento básico torna-se mais grave pela localização dos aglomerados no tecido urbano onde a infra-estrutura está ausente: margem e terraços fluviais alagados, periferia de manguezais, sopés de encostas ou meia encostas e áreas de preservação ambiental.

Em João Pessoa, muitas favelas exibem ainda habitações precárias, por exemplo, o Timbó, Chatuba e várias outras. Mas algumas possuem também unidades habitacionais em alvenaria com cobertura de telhas. Algumas até laje têm, no entanto as condições sanitárias no geral são péssimas (Foto 7).



Foto 7 Chatuba - habitações precárias nas margens do rio, acúmulo de lixo.

Fonte: FAC/ 1998

Quanto a sua demografia o “dogma” comumente adotado é que a população das favelas é toda formada de migrantes do campo. O fato é que realmente muitos favelados são primordialmente migrantes, mas não recentes.

Uma grande modificação se verificou, entre 1991 e 2000: a mudança do fluxo das migrações que agora se caracteriza, sobretudo pelo tipo urbano-urbano, diminuindo o tipo anterior rural-urbano. Fato que será confirmado no decorrer do trabalho quando abordamos os aspectos demográficos e a origem das famílias na comunidade do Timbó, objeto desse estudo.

1.3 JOÃO PESSOA: EVOLUÇÃO URBANA

No presente segmento serão apresentados de forma sucinta, alguns aspectos da evolução urbana de João Pessoa assim como de sua população com o objetivo de fornecer o quadro histórico-espacial e demográfico no qual se desenvolveram os aglomerados subnormais.

João Pessoa, capital da Paraíba, está localizada na fachada atlântica desse Estado, entre o oceano e o estuário do rio Paraíba. A cidade se estende sobre baixos planaltos sedimentares com encostas variadas - os tabuleiros costeiros e sub-costeiros - com altitudes que variam entre 30-50 metros e que caracterizam tão bem o litoral do Nordeste Oriental; por áreas deprimidas, cujas altitudes variam entre 2 e 15 metros, representadas por vales normalmente encaixados nos planaltos e suas planícies fluviais, flúvio-marinhas e estuarinas assim como as terras baixas litorâneas.

O clima é do tipo tropical quente com estação seca moderada, e média anual das temperaturas em torno de 26° C, amenizadas pelos ventos alísios que sopram do oceano o ano inteiro vindos do quadrante SE. As precipitações médias anuais variam de 1700-1800 mm e se concentram nos meses abril, maio e junho ou maio, junho e julho. Os meses mais secos são outubro, novembro e dezembro. A vegetação é representada por florestas tropicais perenifólias à sub-perenifólias, capoeiras, cerrados, manguezais, formações litorâneas incluindo a mata de restinga e campos os de várzeas.

A área total da cidade é de 210,8 km² e sua população é de 594.922 habitantes. Ela faz parte da microrregião homônima, uma das subdivisões da mesorregião da Mata, situada entre as microrregiões do Litoral Meridional e do Litoral Setentrional (MELO; RODRIGUEZ, 2003).

João Pessoa foi criada em 1579 por Alvará da Coroa Real com o nome de Nossa Senhora das Neves. Ela foi à terceira das três cidades criadas no Brasil no século XVI, as duas outras foram São Salvador da Bahia de Todos os Santos e São Sebastião do Rio de Janeiro.

Em 1580, Portugal e suas possessões passam a ser dominadas por Felipe II, rei da Espanha. No dia 29 de outubro de 1585, a cidade recebe a denominação de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem a esse soberano.

O seu nascimento resultou na posse definitiva do território paraibano pelos portugueses, após anos de lutas contra os índios e franceses. A data de sua fundação oficialmente adotada é o dia 05 de agosto de 1585, dia de Nossa Senhora das Neves,

Essa data foi também uma homenagem ao desembarque de João Tavares, que viera escolher um sítio favorável à construção de um forte. Este local ficava na encosta de “uma colina em cuja base se espriava o rio Sanhauá”, braço do grande estuário do Rio São Domingos, chamado pelos índios de Paraíba, onde ele desembarcara. A paz com os índios tabajaras já havia sido firmada entre João Tavares e o chefe indígena, Piragibe, em 3 de agosto do mesmo ano (ALMEIDA, 1966). No entanto, a cidade só começaria a ser erguida no dia 04 de novembro de 1585 por Martim Leitão,

acompanhado do mestre de obras de el-rei, Manuel Fernandes, por Duarte Gomes da Silveira, o oficial alemão Cristóvão Lintz ou Lins e outras figuras importantes, além de uma grande comitiva formada por soldados, famílias, índios *domesticados*, jesuítas, vindos de Olinda com a finalidade de construir a cidade de Nossa Senhora das Neves (PINTO, 1977).

O surgimento de João Pessoa se deu lentamente e obedeceu às características dos traçados urbanos portugueses coloniais que de acordo com Teixeira (2003) eram, entre outras: localização, ou marítima (baías abrigadas pelo relevo, por exemplo), ou em estuários, o que lhes dava possibilidades naturais para defesa; articulação com a topografia do sítio; escolha de sítios elevados para a implantação do núcleo original fazendo com que grande parte das cidades fosse organizada em dois níveis topográficos: a cidade alta e a cidade baixa, cada uma com funções e características diferentes. A “cidade alta” era geralmente sede do poder civil e religioso enquanto que a “cidade baixa” era destinada às funções comerciais.

O sítio que já havia sido escolhido possuía algumas das características acima citadas. A parte mais baixa era representada por uma pequena elevação que tinha a seus pés o rio Sanhauá, a dezoito quilômetros de Cabedelo, na foz do rio Paraíba, em frente ao local em que João Tavares havia anteriormente firmado a paz com Piragibe e onde os navios ancoravam, mais tarde chamado de Varadouro. Nesse local Martim Leitão deu início à construção de um forte, com muralhas e dois baluartes. Sobre a grande porta, levantou uma torre para o capitão, com duas varandas e ergueu também

uma casa para o intendente (almoxarife). As obras foram chefiadas por Cristóvão Lintz e construídas por Manuel Fernandes (MENEZES, 1985 *apud* PINTO, 1977). Segundo Menezes, esse forte não mais existia durante a ocupação holandesa e se situava próximo ao local onde seria edificada mais tarde a Casa da Pólvora.

Na parte elevada do sítio, foi iniciada a construção de uma capela (futura matriz), dedicada a Nossa Senhora das Neves, em frente da qual foram abertos um largo e uma pequena rua. Nesse local ergueu-se uma prisão, a casa da Câmara e um açougue. Um caminho estreito e enladeirado uniam as duas partes da cidade. Esse caminho mais tarde seria a Ladeira de São Francisco. Os jesuítas ocuparam uma área mais ao sul, que depois se chamou de Passeio Geral, onde ficavam as aldeias dos tabajaras e aí construíram uma capela dedicada a São Gonçalo.

Mais tarde, em 1612, com a mudança da Câmara, da Cadeia e do Açougue para um largo que se abriu na rua Direita, os terrenos que eles ocupavam foram comprados pelos beneditinos para ampliar a construção do seu mosteiro, iniciado em 1609.

Em 1609, portanto vinte e quatro anos depois de sua fundação, segundo Relação de Diogo de Campos Moreno citado por Menezes (1985), o forte não existia mais. Dele restava apenas a casa do capitão.

Nessa Relação, há uma descrição de João Pessoa da qual consta que nela existiam três conventos: o convento da Ordem de São Francisco com a igreja de Santo Antônio, conjunto conhecido como sendo dedicado a São Francisco, e construído no decorrer da década de 1590 e no início do século XVII (NÓBREGA, 1974); o do

Carmo, em construção; e o de São Bento, em início de construção; a Santa Casa de Misericórdia e a Sé. Havia também três ruas paralelas: a rua Direita, com algumas casas construídas em pedra e em taipa e onde se localizava a Santa Casa de Misericórdia; outra, que começava no largo da matriz e passava pela frente do mosteiro de São Bento (a rua Nova); e uma bem menor, defronte do convento dos carmelitas. Essas ruas eram unidas por becos, como por exemplo, o Beco da Misericórdia (rua Peregrino de Carvalho) que começavam na rua Direita e terminavam na rua Nova. Quatro caminhos enladeirados ligavam a cidade alta à cidade baixa: dois, começavam nas cercanias do largo da matriz; um outro partia do convento de São Francisco; e a última, mais ao sul, prolongava o beco da Misericórdia em direção à cidade baixa ou Varadouro onde ficavam situadas instalações comerciais (dois armazéns), o atracadouro, restando do forte apenas a residência do capitão. (MENEZES, 1985).

Em 1634, a Holanda conquista a Paraíba e Felipéia passa a se chamar Frederica, em homenagem a Frederico príncipe de Orange. A cidade segundo as palavras de Menezes (1985), “conservava seu aspecto definido, desde os seus primeiros dias, como uma cidade de plano regular, com quadras e traçado das ruas em disposição ortogonal, seguindo as diretrizes das cidades novas derivadas dos planos renascentistas, embora com as adaptações necessárias” [...].

A dominação holandesa manifestou logo seu caráter violento e mercantil, diz ALMEIDA (1924). As destruições foram grandes. O grosso da população, esgotada pelos anos de luta e com receio de represálias, fugiu para Pernambuco. Os armazéns

que existiam no porto foram incendiados pelos habitantes para que os conquistadores não se apossassem das mercadorias neles existentes.

Um dos primeiros atos da ocupação, apesar da garantia de respeitar a liberdade dos habitantes assim como a posse de seus bens foi o saque e o confisco dos engenhos abandonados.

Frederica, não difere muito daquela que consta da Relação citada anteriormente. Ela possuía poucos prédios públicos e importantes edifícios religiosos, a saber: o convento dos franciscanos, convertido em asilo ou refúgio dos mercadores neerlandeses servindo de Paço Governamental. “Artilharam-no e cercaram-no de trincheiras”, segundo Elias Herckman, terceiro governador holandês entre 1636 e 1639 que nos legou um importante levantamento sobre a capitania intitulado, “Descrição Geral da Capitania da Paraíba”; a igreja de Nossa Senhora do Carmo e convento dos carmelitas (inacabado); a igreja matriz de Nossa Senhora das Neves (inacabada); o convento de São Bento (em obras) no qual os holandeses ergueriam fortificações que permaneceram até 1636, quando foram derrubadas e novas fortificações, retangulares foram erguidas, cercando o convento de Santo Antônio; a igreja da Misericórdia, edificada juntamente com a Santa Casa, já quase construída e que servia de igreja matriz para os habitantes; e finalmente, a capela de São Gonçalo, fundada pelos jesuítas, na extremidade sul da aglomeração, onde também se erguia a forca.

As ruas principais eram: a rua Direita (atual Duque de Caxias) que partindo do convento de Santo Antônio dirigia-se para o sul em direção à capela dos jesuítas, tendo um largo onde se localizava o mercado, o pelourinho e a Casa do Conselho (atual praça Rio Branco); a rua Nova (atual General Osório) que partia do largo da Matriz, passava pelo mosteiro de São Bento e terminava, ao sul, no beco da Misericórdia (atual rua Peregrino de Carvalho); uma pequena rua inacabada também direcionada de norte para o sul passava defronte do convento e igreja de Nossa do Carmo; um caminho que unia a cidade alta à cidade baixa, a Ladeira de São Francisco; e uma rua que acompanhava o Sanhauá, de norte para sul, onde ficavam um armazém e o ancoradouro, refeitos pelos holandeses (figura 1).



Figura 1 Cidade de Frederica (atual João Pessoa) em 1638 durante a ocupação holandesa
Pintura a óleo: Frans Post – Século XVII

Em 1654, os holandeses renderam-se. A cidade retomada encontrava-se quase deserta por causa das mortes durante as lutas da reconquista e da epidemia de varíola em 1641 que fez muitas vítimas. Seu nome mais uma vez mudara. Ela não mais se chamava Frederica, nem recuperara o seu nome de antes, Felipéia. Portugal e seus domínios haviam conseguido se libertar do domínio espanhol em 1640 e ela passou a se chamar Paraíba. Começa o período da restauração e de recuperação econômica com a reativação da produção açucareira.

A falta de moradores e de comércio fez com que o novo governador-geral, nomeado em 1655, João Fernandes Vieira, solicitasse ajuda a Pernambuco. Em 1657, Matias de Albuquerque assumiu o governo de Pernambuco e cuidou de reerguer a capitania da Paraíba. No decorrer de cinco anos, com o auxílio de Pernambuco, renasceu a agricultura canavieira. “Os engenhos que eram apenas dois passaram para quarenta e dois durante esse período” (ALMEIDA, 1924).

As obras públicas eram custeadas pelos habitantes por meio das cartas régias, como as de 11 de setembro de 1697 e de 2 de setembro de 1698, pelas quais o povo era obrigado a construir uma nova Câmara, uma Prisão e uma Audiência, com seus próprios recursos.

Chega-se assim ao século XVIII, com a metrópole sempre dificultando o desenvolvimento da capitania e sua sede, através de impostos e taxas cobrados. O comércio continuava sempre atrelado à praça do Recife (ALMEIDA, 1924).

O século XVIII foi marcado por acontecimentos políticos importantes no Reino de Portugal entre os quais a nomeação do Marquês de Pombal como primeiro ministro do rei D. José I, e o grande terremoto de Lisboa (1755) que tiveram grande repercussão no Brasil: a expulsão dos jesuítas; a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1755) que subjugava o desenvolvimento econômico desta ao daquela capitania; e a reconstrução de Lisboa (1755) em decorrência do grande terremoto ocorrido no mesmo ano que muito exigiu das capitanias do Nordeste do Brasil.

Em 1703, na cidade de Paraíba são concluídas as edificações da Alfândega, da Câmara, da Cadeia e da Audiência. Sendo, as três últimas, iniciadas em 1699.

Em 1715, ainda existiam muitas casas destruídas durante as lutas travadas com os holandeses, assim como muitos terrenos vazios. Uma carta Régia dá um prazo de um ano para que elas fossem reconstruídas ou vendidas pelos seus proprietários.

Em 1739, Carta Régia de 27 de janeiro ordenava a construção de um baluarte para defesa da cidade. A planta dessa fortificação foi desenhada por Diogo da Silveira Velloso e sua construção orientada pelo engenheiro do Reino, Manoel de Azevedo Fortes, importante autor de uma obra sobre construções militares (MENEZES, 1985).

Alguns melhoramentos foram executados na cidade de Paraíba no decurso do ano de 1732, como: calçamento de algumas ruas, restauração da fonte de Tambiá e construção da cadeia. Em 1771, o capitão- mor, passa a residir no Colégio dos Jesuítas, “que após várias reformas ainda serve de Palácio do Governo e em 1798, iniciaram-se

os serviços de navegação e correio direto entre a capitania e metrópole” (ALMEIDA, 1924, p.247).

Em 1798, o governador Fernando Delgado de Castilho, em uma descrição da cidade aponta para as possibilidades de seu crescimento a partir da parte alta em direção a seus lados.

Segundo Menezes (1985), o século XVIII foi o da ampliação e término dos grandes edifícios religiosos da cidade e da construção de novos: a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na rua Direita (demolida no primeiro quartel do século XX); igreja da Mãe dos Homens (demolida); das Mercês (demolida); igreja do Bom Jesus dos Martírios (Senhor do Bonfim), atual igreja de Nossa Senhora de Lourdes, todas situadas no trecho alto do velho núcleo. Este apresentava um esboço de expansão em direção ao sul (Trincheiras - igreja do Senhor do Bonfim) e para leste (Tambiá – igreja da Mãe dos Homens). Desse núcleo antigo faziam parte a Câmara, a Cadeia, o Mercado, a Tesouraria e residência do representante do rei.

Na cidade baixa, nenhuma construção religiosa foi erguida durante o século XVIII. A cidade baixa apresentaria um desenvolvimento maior a partir do século XIX, graças ao desenvolvimento do comércio e de seu porto. Havia nela, junto ao Varadouro, dois armazéns, a fortificação da cidade anteriormente localizada na meia encosta onde se abria à ladeira que levava ao largo da Igreja Matriz, e onde ficava localizada a Casa da Pólvora, poucas casas e o ancoradouro. As encostas não tinham

ainda sido ocupadas. Sua ocupação se deu gradativamente ao longo das ladeiras já mencionadas (MENEZES, 1985).

Os dados sobre o crescimento da população no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, variam bastante. Acredita-se que esta era de 1000 habitantes no século XVII tendo aumentado muito pouco durante a primeira metade do século XVIII e atingindo o total de 17.522 habitantes em 1782, segundo estatísticas publicadas por Pinto (1977) *apud* Almeida (1924, p. 246).

Na virada do século XVIII para o século XIX a capital tinha uma população estimada em 18.000 habitantes chegando a atingir 24.714 habitantes por volta do final do século XIX. De acordo com Almeida (1985, p. 605), os levantamentos demográficos não eram muito precisos.

A produção do algodão traz novo alento para o desenvolvimento econômico da capital, além de maior dinamismo para agricultura em geral, aumentou o comércio, foram criadas algumas indústrias, surgiram mansões dos fazendeiros de algodão na parte alta da cidade, foram executadas obras de melhoramentos no porto do Varadouro, ficando prontas em 1854. A cidade baixa cresceu, nela se instalaram vários estabelecimentos comerciais.

Em 1857, em 3 de setembro, assume a presidência da província Henri de Beaurepaire Rohan, que exerceu um enorme papel na evolução da capital. É de sua autoria um relatório enviado ao Governo Imperial e à Assembléia Legislativa sobre as condições atuais da cidade, no qual apresentava sugestões para dotá-la de serviços de

infra-estrutura básica: saneamento, drenagem, abastecimento de água (que até então era feito por fontes e cacimbas), abertura de ruas e melhorias no arruamento, que não apresentava nem alinhamento nem nivelamento, etc.

O chamado plano de urbanização de Beaurepaire Rohan visava o embelezamento e o desenvolvimento da capital. O plano era acompanhado de uma planta da cidade, executada pelo engenheiro Alfredo de Barros Vasconcelos, que chegou até nós através de cópia reduzida por Artur Januário Gomes de Oliveira, datada de 1905.

A partir de 1860 a situação econômica começa a apresentar melhoras, apesar dos golpes por ela sofridos: seca, epidemia de cólera que reapareceu em 1861, a primeira tendo eclodido em 1856, fazendo muitas vítimas, irregularidades administrativas e envio de homens para a Guerra do Paraguai além de revoltas. A Guerra da Secessão americana muito contribuiu para que se desenvolvesse a agricultura e comércio do algodão, este sendo feito, sobretudo com a Inglaterra.

Em 1877, ocorrem as grandes secas, que se estendeu até 1879. A economia sofreu grande golpe e a capital se viu invadida por uma grande onda de retirantes. Segundo Almeida (1924) “os flagelados amontoavam-se que nem bichos, no saguão do convento de São Bento, no mercado, na escola pública e em palhoças no fundo do Palácio do Governo. Outros perambulavam e dormiam ao relento”. Para ajudá-los o Governo empregou uma boa parte deles na construção de obras e na abertura de praças, como o Jardim Público (atual Praça João Pessoa), em 1879 (AGUIAR, 1993).

A grande maioria não voltou para as regiões paraibanas atingidas pela seca aqui se fixando; muitos morreram, cerca de 7.073, de acordo com o número de óbitos ocorridos durante 05 meses em 1878, segundo Almeida (1924, p.190). Outros foram embarcados de navio para a Amazônia, ou então foram trabalhar nos núcleos coloniais criados na área do município e fora dele.

No último quartel do século XIX, em 1883, é inaugurada a Ferro Carril, com bondes puxados a burro.

Em 1892, Joffily, em sua obra “Notas sobre a Parahyba”, deixou a seguinte descrição de João Pessoa, da qual algumas passagens foram transcritas como segue:

A cidade de Parahyba estende-se à margem direita do pequeno rio Sanhauá. Está situada em terreno elevado na base da península, que ai tem uma légua de largura na direção de Tambaú e prolonga-se pelo espaço de quatro até terminar em Cabedelo, na foz do Parahyba tendo de um lado este rio e do outro o oceano. Colocada entre dois portos, a sua feliz posição devia dar-lhe grande desenvolvimento comercial; mas até agora seu crescimento tem sido lento, e no prazo de trezentos anos que tem de existência não conta nenhuma época de notável prosperidade, que a fizesse sair da tutela em que sempre se achou e acha-se da vizinha praça do Recife. Divide-se em cidade alta e baixa ou Varadouro. Nesta é onde, acha-se concentrado todo o seu comércio, e estão em alfândega, a estação da estrada de ferro e cadeia; e naquela, que é mais extensa, estão os palácios do governo e da municipalidade, tesouraria da fazenda, mercado público e hospital da Misericórdia. Entre esses dois bairros, em um largo, acham-se o quartel do batalhão de primeira linha do exército (**Quartel da Polícia Militar**) que guarnece a praça, o tesouro estadual e o teatro

Santa Cruz (**teatro Santa Rosa**), formando três lados do dito lugar (**atual Praça Pedro Américo**) (p. 251), (grifos nossos).

As ruas principais eram calçadas e iluminadas a querosene. A cidade não tem ainda água encanada, mas possui diversas fontes, entre as quais merece menção a do Tambiá (**atual Parque Arruda Câmara ou Bica**) (grifo nosso), por sua boa água e a do Gravatá. Grande parte da população usa água das cacimbas, que são numerosas em toda a cidade (p. 170).

Em 1889, proclamada a República, nova fase se inicia. A cidade, de acordo com Almeida (1924, p. 262 - 263), contava com vários prédios públicos, entre os quais destacavam-se:

O palácio do governo e o Liceu, adaptações do antigo convento da companhia de Jesus[...]; o Paço Municipal, construído mediante contribuição popular, para servir de cadeia e câmara, destino que teve até 1837 e reconstruído nas (2) administrações (que se seguiram); o mercado público, edificado em 1854, na administração do Barão de Mamanguape; o prédio da repartição dos correios, antigo açougue e casa do mercado, levantado em 1782 [...]; a casa onde funcionara Colégio de Educandos Artífices, extinto em 1975, adquirida pelo presidente Beaurepaire Rohan; o Tesouro, iniciado para teatro [...], em 1853, e concluído em 1868; o quartel de linha, começado por iniciativa particular para servir de recolhimento e terminado em 1811; o quartel de polícia, iniciado por particular em época remota, como o anterior, adquirido em 1849 e concluído no ano seguinte; a cadeia pública, iniciada em 1852 [...] e terminada em 1857 [...]; o matadouro concluído em 1866; a Escola Normal, terminada pelo barão de Abihay; o cemitério, iniciado em 1855 [...] e

concluído em 1856 [...]; as fontes do Tambiá, do Gravatá e dos Milagres, as duas primeiras obras dos capitães – mores e a última do governo do Dr. João Antônio de Vasconcellos em 1849; o teatro Santa Roza dos últimos anos e outros poucos sem importância.

A cidade baixa, o Varadouro, possuía nessa época, segundo Almeida (1987, p. 605), 16 vias entre ruas, becos e travessas, das quais se destacavam as ruas das Convertidas (atual Maciel Pinheiro), do Varadouro, da Areia, do Império, da Viração, do Quartel e das Flores; e 17, na cidade alta, sendo as principais a rua Nova, da Misericórdia, da Matriz, Direita, da Mercês, da Cadeia, das Trincheiras e Largo do Erário. Nem todas as ruas eram edificadas, as construções eram esparsas havendo entre elas espaços vazios. As ruas que apresentavam maior número de edificações eram as ruas das Convertidas, Direita, da Areia e do Varadouro. A densidade populacional era maior nas ruas Direita, da Areia, Nova e Convertidas. O atual bairro de Tambiá possuía inúmeras chácaras e habitações de gente humilde.

A Lei nº 26 de 30 de setembro de 1859, sancionada pelo Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, sucessor de Beaurepaire Rohan, em um “esforço de racionalização e uniformidade urbanísticas” disciplinava as construções, proibia canos de esgoto e lançamento de dejetos que não fossem as águas das chuvas, disciplinava o alinhamento das edificações, etc. (AGUIAR, 2002).

No início do século XX a cidade cresce, e se desenvolve em torno do seu Centro Antigo, onde no passado se situavam as áreas bem mais equipadas e

valorizadas e onde se encontravam as atividades comerciais e de prestação de serviços, assim como a vida social. Em seguida, a cidade avança em direção às áreas vizinhas ao seu centro primitivamente edificado, dando origem ao surgimento de alguns bairros a exemplo de Jaguaribe (1910) e Torre (1920) além do bairro de Cruz das Armas. Sua população em 1920 era de 28.800 habitantes (RODRIGUEZ, 1985).

Esse período trouxe algumas melhorias importantes para os serviços urbanos da capital: em 1912, o abastecimento de água, com a construção da barragem do rio Jaguaribe na mata do Buraquinho e da usina de abastecimento da capital; em 1913, a eletricidade, com a usina termoelétrica da Cruz do Peixe; a Companhia Ferro Carril, cujos bondes eram movidos à eletricidade ligando a capital a Tambaú e as obras de desobstrução e limpeza do rio Jaguaribe e do canal de derivação de parte de suas águas para rio Mandacaru.

Camilo de Holanda assume o governo em 1916 e inicia a remodelação da cidade com a melhoria das praças, ruas e construção de prédios públicos.

Em 1921, o Estado é administrado por Dr. Sólon de Lucena e o cargo de prefeito da capital é preenchido pelo Dr. Walfredo Guedes Pereira, responsável por inúmeras intervenções urbanas: a urbanização da lagoa do parque Sólon de Lucena; o parque Arruda Câmara, construção da praça da Independência e abertura da avenida Getúlio Vargas, etc.

Apesar das reformas e bem-feitorias efetuadas no decorrer das primeiras três décadas do século XX, houve muita destruição desnecessária pela demolição de

importantes edificações que compunham o patrimônio histórico-cultural da capital. Dentre estas podem ser citadas as igrejas de Nossa Senhora do Rosário, para a construção do Ponto de Cem Réis (praça Vidal de Negreiros); a igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Tambiá; a igreja de Nossa Senhora da Conceição, antiga São Gonçalo, para abertura dos jardins laterais e melhor iluminação do Palácio do Governo; a igreja das Mercês, para as obras de ampliação da atual praça João Pessoa e abertura da praça que mais tarde se chamaria 1817.

Segundo Rodriguez (1994) *apud* Melo et al. (2001), até a década de 1910, a expansão da cidade em direção ao litoral era limitada pela lagoa do atual parque Solon de Lucena. Havia, no entanto, três importantes vetores de expansão: um em direção ao leste, representado pela avenida Epitácio Pessoa; outro, para sudeste, seguindo as estradas dos Macacos e do Jaguaribe (atuais avenidas Pedro II e Almeida Barreto, respectivamente), em direção à mata do Buraquinho e ao sul Cruz das Armas.

Na década de 40 e 50, a cidade passa por um novo ritmo de crescimento urbano, sempre na direção anteriormente citada.

Na década seguinte, foi ampliada a avenida Epitácio Pessoa até Tambaú, incorporando à Capital a faixa litorânea entre o Cabo Branco e os bairros de Santo Antônio, Maceió, São Gonçalo e Bessa.

A expansão urbana em direção ao litoral provocou a transferência de grande parte da burguesia e da aristocracia rural, que antes residia nos bairros de Tambiá,

Trincheiras e na avenida João Machado, para a avenida Epitácio Pessoa. Além disso, as antigas residências localizadas no litoral de João Pessoa, antes usadas apenas para veraneio, foram pouco a pouco se transformando em moradias permanentes (RODRIGUEZ, 1981).

A população pobre ocupava os terrenos situados próximo aos mangues do Sanhauá, na cidade baixa, e em outras áreas deprimidas (fundos de vales e encostas, como no rio Tambiá e Mandacaru) e as “pontas de rua”, aglomerados que se dispunham de cada lado das extremidades finais das estradas que ligavam João Pessoa ao Recife (Cruz das Armas) e João Pessoa ao interior (rua da República) na altura da ponte sobre o rio Sanhauá, ou levavam à mata do Buraquinho (estrada dos Macacos).

Entre 1963 e 1985 o processo de expansão foi influenciado pela criação do Distrito Industrial, inauguração do Hotel Tambaú e a mudança da Universidade Federal, que antes funcionava em prédios isolados no centro da cidade para a Cidade Universitária, no Conjunto Castelo Branco (Foto 8).



Foto 8 Castelo Branco, 1969.

Acervo: Humberto Nóbrega – UNIPÊ/2003

Esse processo de ocupação do solo intensificou-se através da abertura de loteamentos na faixa litorânea, sobretudo entre o Jardim Manáira e o Bessa e em direção a Cabedelo. Para sudeste, a criação do Campus Universitário de João Pessoa, construído em terrenos pertencentes à Granja São Rafael (do Estado) foi considerada uma das intervenções locais mais significativas, por se tratar da primeira atividade permanente da cidade a se instalar a sudeste do Centro Antigo e por ter sido um fator decisivo para a construção de vários conjuntos habitacionais. Com isso, a expansão da malha urbana nessa direção fez-se também necessária e, conseqüentemente, essa área passou a ser dotada de melhor infra-estrutura urbana.

Os fatores que influenciaram esse crescimento foram: o impulso dado pela construção civil, promovido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), incorporado atualmente à Caixa Econômica Federal; Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP); a ampliação do sistema viário e construção do anel da BR-101, que liga Cabedelo à saída sul de João Pessoa e abertura da avenida José Américo de Almeida (avenida Beira Rio).

A política de habitação tinha como objetivos: promover a construção e aquisição da casa própria, a princípio para as classes médias urbanas em ascensão e, posteriormente, para as classes menos favorecidas e de menor renda; coordenar a política habitacional e financiar programas de saneamento, com vista a melhorar o padrão habitacional e as condições ambientais bem como amortecer as pressões sociais verificadas no espaço urbano.

A implantação dos conjuntos habitacionais passou a determinar os rumos de expansão da cidade. Em direção ao norte da Avenida Epitácio Pessoa foram construídos os Conjuntos Pedro Gondim, 13 de Maio e Ipês.

Nas três últimas décadas, a referida cidade vem apresentando um crescimento bastante expressivo em dois setores; um ao sul, e outro na orla marítima, visto que novas áreas são ocupadas com a criação de loteamentos, adensamentos e verticalização, a exemplo de bairros como Tambaú, Cabo Branco, Manaíra, Bessa, Jardim América, etc, que se prolonga em direção a Cabedelo. Essa expansão foi

significativa a partir do projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), programa de urbanização desenvolvido pelo BNH nos anos 70.

Em direção ao sul, seu crescimento se caracterizou a princípio, pela construção de conjuntos habitacionais para atender a demanda das classes populares, a exemplo dos conjuntos de Mangabeira e Valentina e, posteriormente, foram construídos condomínios para a classe média, representados pelos Conjuntos dos Professores da UFPB, Anatólia, Jardim Cidade Universitária, Água Fria, Cidade Recreio Cabo Branco, Altiplano do Cabo Branco, Conjunto dos Bancários - onde estar situado o aglomerado subnormal do Timbó (Figura 2).

Na virada do século XX para o século XXI a capital apresenta um quadro de urbanização que se concentra, sobretudo na orla marítima, com adensamento e verticalização de áreas como Tambaú, Manaíra, Bessa e Intermares. Para o sul e sudeste, o desenvolvimento urbano vem ocorrendo principalmente por meio da ampliação e adensamento dos conjuntos habitacionais de classe média, como o Portal do Seixas, construção de condomínios horizontais com um certo luxo para a classe média alta, a exemplo do Residencial Prive, próximo à praia Nossa Senhora da Penha. Na direção à margem direita do rio Cuiá, a expansão continua para o sul por meio de novos conjuntos de habitação popular, a exemplo do conjunto Cidade Verde e Mangabeira VIII.

Durante os últimos anos, a administração pública vem buscando soluções para o planejamento integrado de desenvolvimento urbano. Algumas dessas soluções constaram do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU), de 1974, do Plano Diretor de João Pessoa (1994) e de outros projetos que integram o meio físico e social. O PDU e o Plano Diretor de João Pessoa prevêm, através de regulamentação especial, a preservação dos vales em áreas urbanas do município, mas têm encontrado dificuldades na sua execução em virtude do conflito entre o uso e a ocupação desses espaços para a habitação. Por sua vez, os proprietários fundiários, que aí possuem glebas de terra, se recusam a preservar o quadro natural por causa da especulação imobiliária, apesar das restrições legais.

Para o controle da ocupação desses setores, a Prefeitura encontra sérias dificuldades: por um lado, a forte pressão por demanda de espaço para essas populações; por outro, os proprietários dos terrenos que, não satisfeitos com os dispositivos legais, procuram, por todos os meios, vendê-los às imobiliárias. Os donos desses terrenos são também responsáveis por empreendimentos realizados de forma ilegal ou oficiosa, como forma de viabilizar economicamente essas áreas, a exemplo do Shopping Center Manaíra e das construções de grandes edifícios na várzea do Jaguaribe, como os situados nas proximidades da ponte da avenida Ruy Carneiro, o supermercado Boa Esperança e o posto de gasolina no final da Beira Rio, entre outros.

Portanto, vários fatores de natureza política, social e econômica têm contribuído para que a cidade de João Pessoa, nos últimos anos, a exemplo das demais cidades brasileiras, tenha sido alvo de uma ocupação desordenada, o que vem provocando, por sua vez, impactos negativos no meio ambiente natural e na qualidade de vida de grande parte da população (MELO et al. 2001).

Esses impactos se verificam à medida que novos bairros vão surgindo e entre eles vão ficando espaços vazios, que posteriormente são ocupados pela população de menor poder aquisitivo.

A necessidade crescente de moradias por parte dessa população de baixa renda deu origem a ocupações ilegais (invasões) de áreas vazias, cuja maioria apresentava restrições físicas e/ou situações de conflito com seus legítimos proprietários.

A situação de risco, de precariedade e de conflitos originada por essas invasões tem chamado a atenção do poder público principalmente nos períodos de fortes chuvas que provocam acidentes (desmoronamentos de barreiras e inundações dos rios Jaguaribe e Timbó, por exemplo). As invasões foram se concentrando nos espaços vazios dos vales desses dois rios, embora eles estejam incluídos em zonas especiais de preservação permanente e tenham sua ocupação restringida.

A fixação de muitos desses aglomerados, nessas zonas, é irreversível, pois a relocação de suas populações é muito onerosa para o Governo que, por esse motivo, modificou a legislação, a fim de permitir a permanência desses aglomerados, e criou programas sociais específicos, como o PROMORAR, o da FAC e MORAR MELHOR, cujo recurso está sendo destinado à melhoria da comunidade do Timbó, objeto da pesquisa.

1.4 ESPACIALIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS (FAVELAS) EM JOÃO PESSOA - PB

A existência de favelas é o reflexo das desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira e de muitos outros países em desenvolvimento.

A favela surge da necessidade do onde e do como morar. É produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações

rural-urbana e também urbana - urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto, uma vez que o valor real do salário mínimo tem sido extremamente depreciado. Resultado também do preço da terra urbana e das edificações - mercadoria inacessível para a maior parte dos trabalhadores.

É para a população uma estratégia de sobrevivência, uma saída, uma iniciativa, que levanta barracos de um dia para outro contra uma ordem desumana segregadora.

A favela integra a camada com rendimentos menores, menor escolaridade, e maior proporção de sub-empregados. Mas os favelados não representam um enclave separado. Eles se incorporam no mundo econômico, são consumidores de produtos industriais novos ou usados e consumidores de serviços. Há aglomerados em que o contraste entre a pobreza externa e a relativa presença interna de objetos é espantosa: além do fogão, o refrigerador, aparece o som, a televisão em cores ou em preto-e-branco, etc. Alguns possuem até mesmo máquina de lavar roupa.

Quando surgiram as favelas em João Pessoa é um assunto ainda bastante controvertido. Acredita-se que as primeiras favelas surgiram nos anos 60 e o fenômeno passou a tomar vulto a partir dos anos 70.

Faltam dados sobre o assunto e nos baseamos, sobretudo nos trabalhos de Rodriguez (1980) e Rodriguez e Droulers (1981), por serem os mais fidedignos, assim

como nos relatórios elaborados pela Fundação de Ação Comunitária (FAC, 1998 e 2002) e coordenados por Janete Lins Rodriguez.

Segundo os autores citados, as favelas começaram a se tornar mais aparentes no espaço urbano a partir da década de 60. Evidentemente que já existiam bairros pobres e aglomerados formados por sub-habitações, geralmente situados na periferia de João Pessoa ou em sítios de difícil acesso.

O jornalista e historiador Welligton de Aguiar (2002, p. 324), sobre as origens das favelas declara equivocadamente que: “A primeira (favela) que surgiu, em 1975, chamou-se favela Padre Zé. Atualmente tem a pomposa denominação de Cidade Padre Zé”.

Em um livro publicado em 1981, pela Fundação Casa de José Américo – (FCJA), intitulado “João Pessoa – crescimento de uma capital”, RODRIGUEZ e DROULERS (1981), chamam atenção para o fato de que:

É necessário lembrar que a denominação dada – bairros populares – não inclui todas as habitações pobres da cidade, porque além deles surgem casas semelhantes em todos os lugares de acesso e de urbanização difíceis, como por exemplo, ao longo do Rio Jaguaribe, encontram-se 1.000 casas predominantemente de taipa, cobertas de palha que se dispõem, apertadamente, sobre o [...] terraço [...] do rio. Essa urbanização espontânea, cada vez mais se torna expressiva, pois, há aproximadamente 20 anos (grifo nosso), não existiam favelas em João Pessoa, e hoje elas são um componente sempre marcando presença na paisagem. Suas denominações são extremamente curiosas e reveladoras como: Favela Beira Rio,

Favela do Grotão, Cortiço da Sartunino de Brito, Arruado da Matinha, Cortiço da Estação da Luz, Cidade Padre Zé, Favela Beira Molhada (p. 33).

A propósito de cortiço, um esclarecimento merece ser dado a respeito do “Cortiço de Seu Romão e do Cortiço da Saturnino de Brito”. Na realidade esse núcleo habitacional data dos anos 50, e não era uma favela e sim uma “vila”, a vila de Seu Romão” que depois recebeu o nome de “cortiço”. Ela ficava localizada entre o bairro de Trincheiras e do Cordão Encarnado (que até hoje é um bairro popular proletário).

A “vila” ocupava um pequeno setor das encostas do tabuleiro de Trincheiras, voltadas para oeste e que dominam um amplo baixio em semicírculo no qual se localizam antigas pedreiras de calcário abandonadas e de onde, por muito tempo, se retirou material para a construção. Com o passar dos anos, as atividades extrativas excessivas fizeram com que o lençol freático aflorasse, transformando-as em pequenas, fundas e perigosas lagoas. Essas “lagoas” ficavam nas cercanias do Matadouro Público, popularmente chamado de “Matança”, onde já naquela data, havia se formado um pequeno núcleo de casebres próximo a um outro, o da Portela, relacionado com a fábrica de cimento que mais tarde pertenceria ao Grupo Matarazzo e que explorava as jazidas de calcário que afloram em paredão que fecha a depressão semicircular pelo lado sul.

No lado sul, a “vila do Seu Romão” foi absorvida, pela favela Saturnino de Brito; e na porção oeste, pela favela Renascer I. Em sua origem essa vila nunca foi cortiço, e sim um aglomerado de casas modestas, construídas por um Senhor Romão, em terreno do qual ele era foreiro. Essas casas eram geralmente ocupadas por migrantes que vinham do interior à procura de melhores condições de vida, por empregados domésticos, mecânicos, pedreiros operários da rede Ferroviária do Nordeste e das Indústrias Reunidas Matarazzo.

A afirmativa de Rodriguez e Droulers (1981), segundo a qual “não existiam favelas em João Pessoa há aproximadamente 20 anos” merece ser considerada, mas não devemos esquecer que as favelas revelam processos cumulativos que “materializam tendências há muito latentes” (VAZ; JACQUES, 2000).

A década de 60 foi aquela em que as favelas como as conhecemos, passaram a marcar o espaço urbano de João Pessoa, no entanto seu desenvolvimento só foi impulsionado a partir da década de 70.

Durante as décadas de 70, 80 e 90, marcadas por crises econômicas sucessivas que levaram ao empobrecimento cada vez mais acelerado da população, os assentamentos ilegais cresceram muito mais do que algumas cidades brasileiras. De acordo com dados da Fundação Instituto de Planejamento (FIPLAN), na década de 70, em João Pessoa, já existiam 16 favelas que contavam com 1.174 habitações. Em 1980 esse número havia aumentado para 31 e o total de residências era de 14.865 abrigando 73.791 moradores (Gráfico 3).

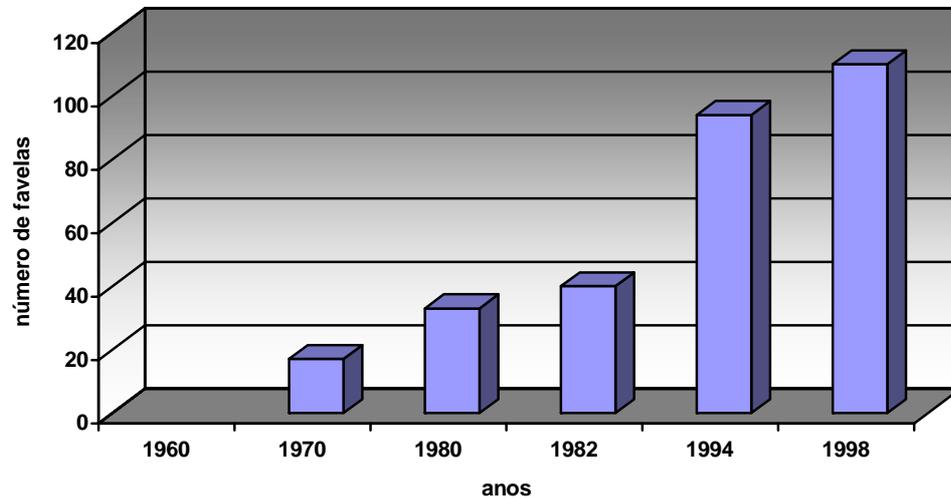


Gráfico 3 **Crescimento Exponencial das favelas no município de João Pessoa -PB**

Fonte: FIPLAN e FAC, 1998.

Adelson Barbosa, em reportagem sobre as favelas de João Pessoa no Correio da Paraíba, de 20/03/1992, citada parcialmente por Aguiar (2002, p. 324) afirma que:

Cerca de 120.000 dos 496.477 habitantes de João Pessoa são favelados. A conclusão é de uma pesquisa feita recentemente pela empresa E. M. Dinoá, Projetos e Construções, por encomenda da Prefeitura Municipal, para subsidiar a elaboração do Plano Diretor da cidade. Segundo a pesquisa, João Pessoa tem hoje pelo menos 80 favelas e 30 manchas de favelas (pequenas favelas em iniciação).

Em recente pesquisa realizada pela Fundação de Ação Comunitária do Estado da Paraíba (FAC) em 2002, revela que em João Pessoa, existem 177.177 domicílios. Desse total, 24.735 estão em aglomerados subnormais. Estes por sua vez, estão distribuídos entre 109 aglomerados incluindo entre eles as 4 invasões de prédios públicos (grifo nosso) e, grande parte desses aglomerados está localizado em área de vulnerabilidade físico-natural, colocando em perigo o equilíbrio de ecossistemas e diferentes níveis de comprometimento na qualidade de vida humana .

Segundo dados do IBGE, citados pela FAC em 2002, a população de João Pessoa em 1996 era de 549.270 habitantes e em 2000 passou para 594.922, atingindo um crescimento em torno de 7,67%. Enquanto que a população subnormal em 1996 era de 114.637, em 2000 esse número chegou a 120.459 o que dá uma taxa de crescimento em torno de 4,83% e a projeção para 2006 é de 126.120 pessoas vivendo em aglomerados subnormais (Tabela 2).

Tabela 2 - **Evolução da população de João Pessoa (1996/2000)**

Ano	População Total	População Favelada	% de Crescimento 96- 00	Projeção ano 2006
1996	549.363	114.637	7,67	644.360
2000	594.922	120.459	4,83	126.120

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1996 e 2000

FAC – Pesquisa Direta/2002

Na tabela nº 2 percebe-se que a taxa de incremento da população favelada é bastante alta. Os dados apresentados mostram um grave problema, uma vez que a população dos aglomerados subnormais de João Pessoa continua a crescer e já é maior do que a de todos os municípios paraibanos, excetuando-se Campina Grande (com 340.412 habitantes) e a própria João Pessoa (com 594.922 habitantes).

Toda essa explosão de pobreza é relacionada com a profunda crise sócio-econômica que caracteriza a maioria dos estados brasileiros e que se traduz, por exemplo, na alta inflação, na desestruturação do campo com a introdução de novas tecnologias, no fechamento de muitas indústrias, etc.

Esse crescimento é visível como fica demonstrado na tabela 2 onde é discriminada a evolução do número de aglomerados subnormais e de domicílios no período que se estende entre 1992 e 2002 (Tabela 3).

Tabela 3 - **Crescimento dos aglomerados subnormais e domicílios em João Pessoa - PB****1992-1998 -2002**

Município	Aglomerados						Domicílios					
	1992	1998	Crescimento (%)	1998	2002	Crescimento (%)	1992	1998	Crescimento (%)	1998	2002	Crescimento (%)
João Pessoa	94	108	12,96	108	109	0,92	16.899	24.363	44,17	24.363	24.735	10,15

Fonte: Pesquisa Direta - FAC (1992 – 1998 – 2002)

Na tabela citada se vê que o percentual do crescimento do número de domicílios nos aglomerados subnormais, entre 1992 e 1998, foi de 44,17%, bem mais elevado quando comparado com o que ocorreu entre 1998 e 2002: 10,15%. Isso nos leva a crer que o crescimento urbano não foi acompanhado de um atendimento às necessidades da crescente população quanto ao aspecto da moradia.

De acordo com a sua localização, verifica que a maioria desses aglomerados ocupa áreas com expressiva vulnerabilidade a riscos naturais como, por exemplo, os fundos dos vales, terraços fluviais, sopés de barreiras, periferia dos mangues, meias-encostas, ou então apresentam condições favoráveis à ocorrência de acidentes pondo em riscos a vida dos habitantes (Figura 3 e Fotos 9) .

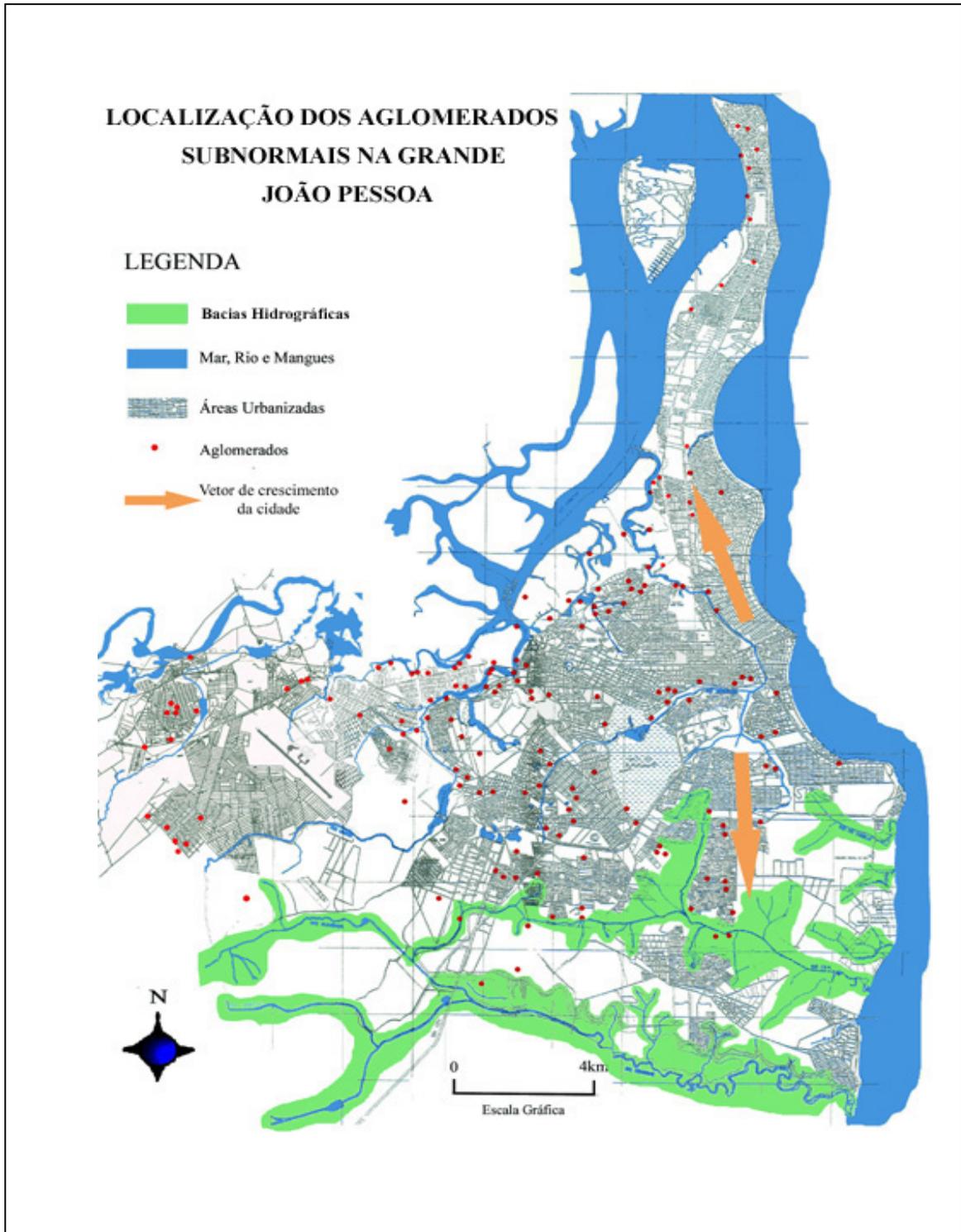


Figura 3 Aglomerados subnormais na grande João Pessoa - PB

Elaborado por Marcelo B. da Fonseca, 2002



Foto 9 Comunidade Timbó - casas em setor sujeito a quedas de
“barreira”

Foto Adeline Luz, Jul/2003

Os riscos naturais são na sua maioria induzidos pela ação antrópica como os desmoronamentos e deslizamentos de encostas íngremes “barreiras”, causados em parte pela degradação da vegetação e do desmatamento e, sobretudo pela retirada de barro no sopé dessas encostas (Foto 10).



Foto 10 – Retirada de barro na encosta do Timbó – uma das causas dos desmoronamentos das barreiras

Foto: Adeline Luz, Jul/2003

As inundações atingem, sobretudo os aglomerados situados nas planícies fluviais e áreas de mangue.

Quanto aos outros tipos de riscos, eles decorrem da própria instalação dos aglomerados ao longo de dutos (esgotos gasodutos) e da rede elétrica de alta tensão (Foto 11).



Foto 11 Comunidade Rua do Cano – aglomerado subnormal localizado sob a rede geral de esgoto - João Pessoa - PB.

Fonte: FAC, Fev/98

1.4.1 O perfil da população dos aglomerados subnormais em João Pessoa

João Pessoa possui uma área urbana com 210,8 km², e uma população de 594.922 habitantes. Sua taxa de urbanização é de aproximadamente 100%, e uma densidade populacional em torno de 282,20 hab/km². Os processos de metropolização se fazem sentir através dos fluxos de circulação de pessoas e mercadorias com distritos e municípios vizinhos, como Bayeux, Conde, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Lucena e Cabedelo.

O número de aglomerados subnormais no município de João Pessoa é de 105. A cidade possui também algumas invasões de prédios públicos ou privados (4) ou

edifícios “cortiçados” segundo a tipologia dos cortiços. Essas formas de habitação subnormal se distribuem pelos seguintes bairros. Apresentados nos quadro 1 e 2 :

Quadro 1 - **Distribuição dos aglomerados subnormais por bairro no município de João Pessoa - PB**

	AGLOMERADOS	Nº TOTAL DE DOMICÍLIOS	BAIRRO
1	Altiplano ou São Domingos	108	Altiplano
2	Rabo do Galo	18	
3	Conjunto Tiradentes	114	Alto do Mateus
4	Feirinha I	45	
5	Jardim da Mônica	125	
6	Miramangue e/ou Beira Mangue	275	
7	São Judas Tadeu	181	
8	Padre Ibiapina	290	Bairro das Indústrias
9	Ipês	484	Bairro dos Ipês
10	Tancredo Neves ou Beira do Mangue	229	

Continua

	AGLOMERADOS	Nº TOTAL DE DOMICÍLIOS	BAIRRO
11	Alagados	28	Bairro dos Novais
12	Bola na Rede	311	
13	Cabral Batista	141	
14	Independência	165	
15	Ninho da Peruá	353	
16	Três Lagoas ou Beira Molhada	433	
17	São José	1545	São José
18	Favela do Bessa	48	Bessa
19	Barreira do Cabo Branco	45	Cabo Branco
20	Renascer I	491	Centro (Cordão Encarnado)
21	Saturnino do Brito	445	
22	Rua do Cano	503	Cidade Padre Zé
23	Santa Clara/Pau	158	Conjunto Castelo Branco
24	São Rafael	287	
25	Gauchinha I	200	Conjunto Costa e Silva
26	Gauchinha II	419	
27	Nova Vida	337	
28	Taipa ou Mutirão	324	
29	Vila da Palha ou Paz	104	
30	Timbó I	238	Conjunto dos Bancários
31	Timbó II	658	

Continua

	AGLOMERADOS	Nº TOTAL DE DOMICILIOS	BAIRRO
32	Arame	89	Conjunto dos Grotões
33	Bananeiras	284	
34	Grotão ou Favela do Meio	347	
35	Ernani Sátiro	352	Conjunto Ernani Sátiro
36	Jardim Sepol	362	
37	Citex	590	Conjunto Ernesto Geisel
38	Nova República	285	
39	Tieta	203	
40	Favela dos Func. III ou Favela N. S. de Nazaré	531	Conjunto Funcionários III
41	Colibris II	150	Conjunto José Américo
42	Comunidade Antonio Mariz	72	
43	Laranjeiras	648	
44	Cuia	37	Conj. Valentina Figueiredo
45	Santa Bárbara	190	
46	Boa Esperança I ou Jardim Boa Esperança	821	Cristo Redentor
47	Buraco da Gia I	78	
48	Ceasa/Redenção	135	
49	Cemitério	110	
50	Jardim Itabaiana	306	
51	Novo Horizonte	241	
52	Paulo Afonso I ou Alta Tensão	313	
53	Pedra Branca	237	

Continua

	AGLOMERADOS	Nº TOTAL DE DOMICILIOS	BAIRRO
54	Baleado	217	Cruz das Armas
55	Lagoa Antonio Lins	165	
56	Brasília de Palha	155	Expedicionários
57	Brasília II	85	
58	Aratu	44	Ilha do Bispo
59	Buraco da Gia II	36	
60	Mangue Seco	195	
61	Redenção	83	
62	Santa Emília de Rodat/Cangote do Urubu	174	
63	Tanque	118	
64	Matinha	149	Jaguaribe
65	Paulo Afonso III / Alta Tensão / Jardim Paulo Afonso	278	
66	Riacho ou Conjunto Santa Maria	191	Jardim 13 de Maio
67	R João Gabínio de Carvalho ou Comunidade São Geraldo	53	
68	Vila Japonesa	588	
69	Chatuba	211	Manaira

Continua

	AGLOMERADO	Nº TOTAL DE DOMICILIOS	BAIRRO
70	Alto do Céu	456	Mandacarú
71	Beira da Linha	342	
72	Beira Molhada I	352	
73	Jardim Coqueiral/Coqueiral	652	
74	Jardim Mangueira	421	
75	Porto de João Tota	269	
76	São Pedro	71	
77	Jardim Êster (Vem-Vem)	352	
78	Vila dos Teimosos	39	
79	Balcão	85	Mangabeira
80	Boa Esperança II	292	
81	Campo do Americano	96	
82	Eucalipto	172	
83	Feirinha II	267	
84	Mangueira	109	
85	Pirão D'água	127	
86	Vila União II	61	
87	Buracão	257	Miramar
88	Comunidade Nova I	45	
89	Beira Rio/Tito Silva/Favela Miramar	210	
90	Paulo Afonso II	133	Rangel
91	São Geraldo	338	

Continua

	AGLOMERADO	Nº TOTAL DE DOMICÍLIOS	BAIRRO
92	Asa Branca	282	Roger
93	Boca do Lixo	48	
94	Favela do "S"	181	
95	Comunidade Liberdade (Antiga Tambauzinho)	41	Tambauzinho
96	Vila Tambauzinho (Antiga Vila Amália)	34	
97	Padre Hildon Bandeira	298	Torre
98	Comunidade Nova II	36	Varadouro
99	Feira Mulungu	51	
100	Frei Vital	43	
101	Nassau	30	
102	Porto do Capim	124	
103	Sanhauá	88	
104	Vila Caiafu	27	
105	Vila União I	42	
TOTAL		24.687	

Fonte: Fundação de Ação Comunitária (FAC), 2002

Quadro 2 – **Prédios invadidos no município de João Pessoa - PB**

PRÉDIOS INVADIDOS	Nº DE FAVELAS	BAIRRO
Antigo Hotel Nazareno	11	Altiplano
Prédio Invadido	16	Bessa
Matadouro Público do Renascer I	06	Centro Cordão Encarnado
Colégio Invadido	15	Mangabeira
TOTAL	48	

Fundação de Ação Comunitária (FAC), 2002

A história de quem reside nos aglomerados subnormais é praticamente a mesma em todo o país. Em geral, são pessoas em busca de uma situação econômica melhor, fugindo em alguns casos da seca, da falta de trabalho e de oportunidades de trabalho inexistentes em seu local de origem. As diferenças que porventura existam são decorrentes da origem e evolução das cidades em que eles se formaram, das culturas locais e de algumas questões particulares ligadas ao sítio e localização dos mesmos.

**2 PARTE 2 DIAGNÓSTICO SÓCIO-AMBIENTAL DO AGLOMERADO
SUBNORMAL DO TIMBÓ (JOÃO PESSOA – PB)**

2.1 PEQUENO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA ÁREA E SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A Comunidade do Timbó está situada à margem esquerda do rio homônimo em seu segmento médio² A sua área é subdividida em dois espaços contíguos: um ocupando trecho dos terraços fluviais e da várzea do rio Timbó (Timbó II ou Timbó de Baixo), e o outro, o Timbó I ou Timbó de Cima que se estende longitudinalmente sobre a borda da superfície aplainada dos baixos planaltos sedimentares onde estão situados os conjuntos dos Bancários e Jardim Cidade Universitária. Separa-os uma encosta abrupta na sua porção meridional que diminui em direção ao norte (Figura 4).

O rio Timbó, principal afluente do Jaguaribe, forma uma pequena sub-bacia hidrográfica típica da faixa costeira e sub-costeira sedimentar no quadrante sul-sudeste de João Pessoa.

A bacia hidrográfica do Jaguaribe juntamente com a sub-bacia do Timbó se desenvolve e se aprofunda em terrenos sedimentares bastante variados quanto a litologia e à estrutura: arenitos e calcários do Grupo Paraíba do Meso-cenozóico (não aflorantes em superfície); arenitos argilosos, argilitos, siltitos, arenitos ferruginizados, níveis de conglomerados, da Formação Barreiras, de idade plio-pleistocênica, bem

² Segundo Medeiros (1950), Timbó é um nome de uma planta empregada na confecção de cestos e cujas folhas trituradas produzem um suco venenoso que causa entorpecimento nos peixes e que era utilizado pelos índios na captura dos mesmos.

visíveis nas encostas desprovidas de vegetação e apresentando coloração variegada; e os terrenos das planícies aluviais (fluviais e flúvio-marinhas) do Holoceno.

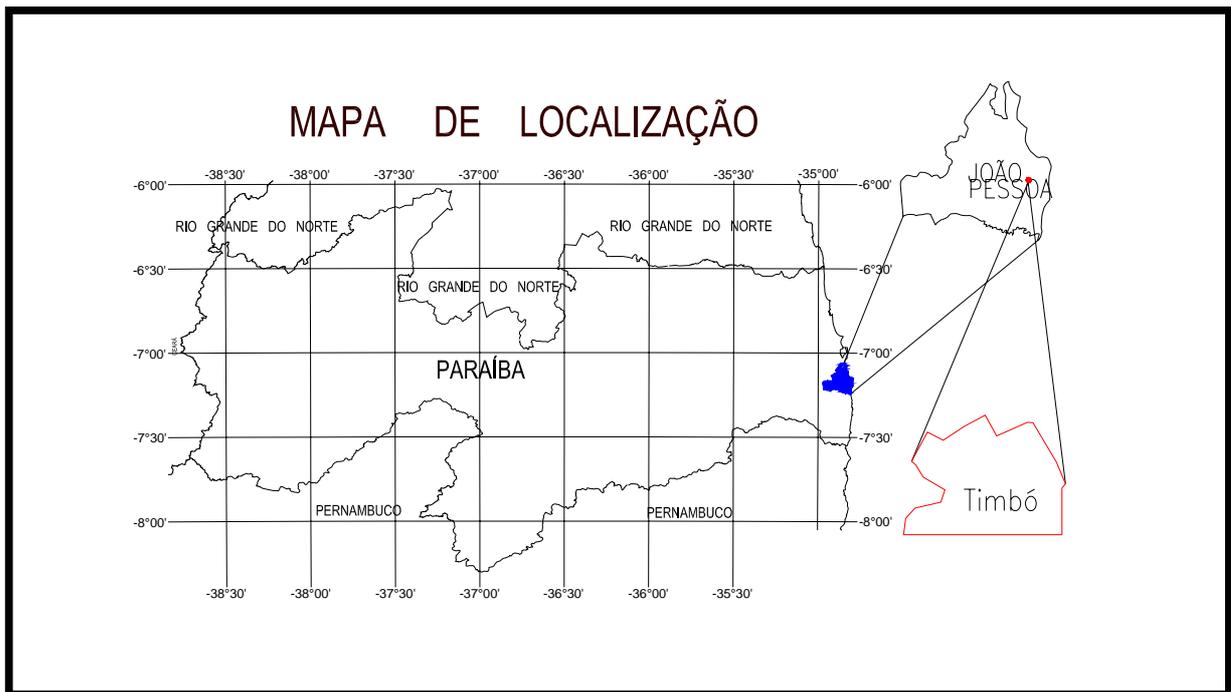


Figura 4 Mapa de localização do Timbó

A compartimentação geomorfológica geral é representada por baixos planaltos – os tabuleiros – terminando por encostas com declividades variadas e rampas que delimitam o fundo largo do vale ocupado pelas várzeas por onde corre a drenagem. Todo o sistema de drenagem tem comando estrutural, isto é, influências tectônicas no seu traçado e aprofundamento do talvegue.

O rio Timbó nasce nas proximidades da via Leste-Oeste, que liga o litoral meridional de João Pessoa e à BR 230, nas imediações do CEASA. O seu curso até se

lançar no Jaguaribe é de cerca de 5 quilômetros e seu traçado, de início de oeste para leste, muda de direção e passa a correr de sul para norte até à confluência com o Jaguaribe.

O vale do Timbó pode ser dividido em três segmentos: o primeiro – vale superior - entre a nascente e as vias que dão acesso ao Loteamento Cidade Recreio Cabo Branco, o Conjunto dos Bancários e Jardim Cidade Universitária, em que o rio apesar do vale ser profundo e de fundo plano tem largura reduzida, encostas com declividades muito fortes e convexidade somital, e altitudes entre (15 a 10 metros); o vale médio, estende-se a partir desse segmento até as extremidades dos tabuleiros do conjunto Jardim Cidade Universitária e conjunto dos Bancários e o terceiro correspondendo ao vale inferior, com cotas altimétricas entre 4 e 3 metros, se estende a partir deste até a confluência com o rio Jaguaribe, apresentando uma planície, delimitada de ambos os lados por encostas longas em forma de rampas e limitando a oeste pelo “tabuleiro” da Universidade Federal da Paraíba – Conjunto Castelo Branco, e a leste pelo Altiplano do Cabo Branco. É no contato entre esses dois segmentos, na margem esquerda que está localizado o aglomerado do Timbó.

Sobre a origem desse aglomerado, ela será ilustrada por meio de extratos de cartas topográficas, ortofotos, obtidas pela Divisão de Geoprocessamento e Cartografia da Prefeitura Municipal de João Pessoa (DIGEOC), relatos fornecidos pela agente comunitária do Timbó Maria de Socorro Arruda e pelo morador mais antigo dessa da comunidade.

Segundo entrevista com a agente comunitária, a origem dessa comunidade está associada à construção do conjunto dos Bancários iniciada em 1979. A construtora responsável pela obra – a ENARQ - havia levantado alguns barracos de apoio para os operários que moravam distante e/ou não dispunham de meios para pagar transporte todos os dias. Terminada a obra, a construtora demoliu os barracos, desocupando a área. No entanto alguns operários, não possuindo casa própria resolveram construir suas moradias no local.

Pelo extrato nº 1 da folha topográfica “Nossa Senhora da Penha” (1974) escala 1: 25.000, confeccionada a partir de fotografias aéreas de 1970/71 (SUDENE) se pode ver que a área era de uso predominantemente rural, com algumas granjas, sítios e fazendas, como por exemplo a Fazenda Timbó, capoeiras, restos de matas, cerrados e loteamentos abertos ou delimitados que mais tarde dariam origem aos conjuntos do Altiplano Cabo Branco, Jardim Cidade Universitária, Cidade Recreio Cabo Branco. A noroeste do rio Timbó, existia apenas a Cidade Universitária construída em 1969 e o conjunto Castelo Branco, inaugurado no mesmo ano.

O sítio original era representado por uma ampla rampa para norte e por uma vertente íngreme ao sul que se apresentava dissecada por um pequeno vale (Figura 5).

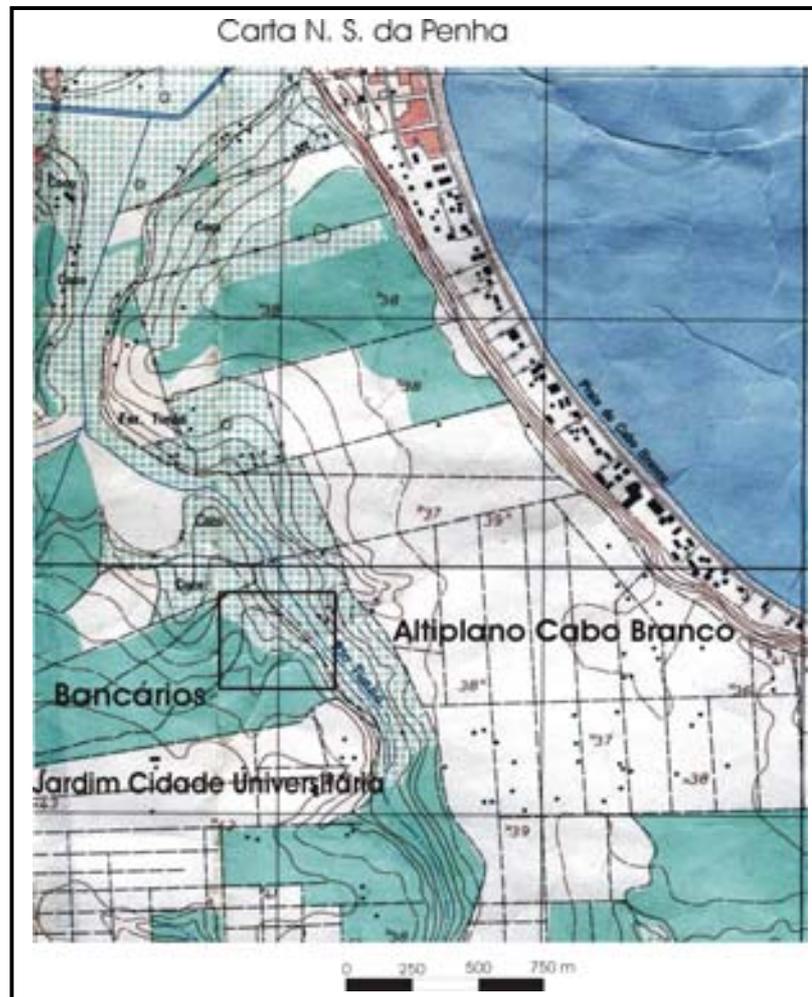


Figura 5 Evolução do Timbó (1) - 1972

Localização da área do Timbó antes do surgimento da comunidade 

(Extraído da carta topográfica N. .S. da Penha, escala 1: 25.000, ano 1974 – SUDENE)

O extrato nº 2 das ortofotocartas 89/90 de 1978, escala 1:2.000, obtidas pelo Governo do Estado da Paraíba/ Prefeitura Municipal de João Pessoa e Coordenadoria Geral de Planejamento (COPLAN), mostra os efeitos da extração de mineral (barro) que deu origem a uma ampla “cratera” semicircular, situada na margem esquerda do vale médio do Timbó. Foi essa “cratera” o local em que se formou o aglomerado subnormal do Timbó (Figura 6).

Oliveira (2001), também já havia confirmado esse fato quando diz que o Timbó nasceu de uma antiga área de extração de barro que havia funcionado na década de 70, como fonte de material para ser utilizado na construção dos conjuntos habitacionais que começavam a surgir na área, principalmente o conjunto dos Bancários.

Nesse mesmo período, a Prefeitura de João Pessoa, continuava a extrair material nas encostas para serem empregados em diversas obras na capital. Muitas famílias, finalizadas as obras, foram se apossando do local dando origem ao aglomerado Timbó.

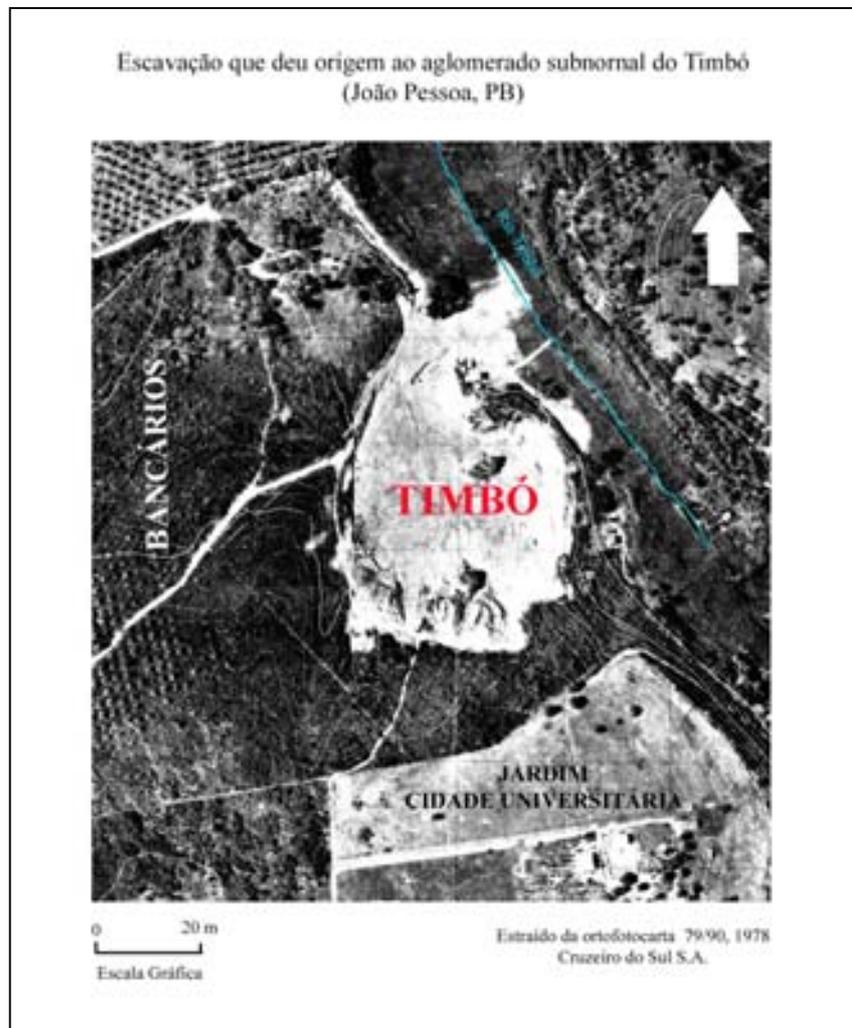


Figura 6 Evolução do Timbó (2) - 1978

Essas informações foram complementadas por entrevista feita com um morador que reside há 32 anos na comunidade. Em seu depoimento ele diz que: ao terminar a construção dos Bancários, na qual trabalhava como vigia da construtora responsável pelas obras, a ENARQ, e que não tendo onde morar, uma vez que os

barracos erguidos para os trabalhadores durante o período das construções haviam sido demolidos, decidiu se apropriar de um pequeno terreno, de onde havia sido extraído o barro e ergueu sua casa.

Inicialmente, a Prefeitura de João Pessoa, tentou impedir a ocupação da área, chegando a derrubar as casas que aí já tinham sido erguidas. Houve por parte da população resistência a essa atitude e em pouco tempo ela se tornava bastante significativa. O conflito já havia sido deflagrado.

A comunidade instalada passa então a reivindicar serviços básicos, como instalação de luz elétrica, de água e saneamento. Essas reivindicações foram encaminhadas ao Prefeito de João Pessoa, na época, o Sr. Wilson Braga, que autorizou a instalação dos referidos serviços. Iniciava-se então um esboço de urbanização da favela do Timbó.

A energia elétrica e a água encanada atraíram mais pessoas, os domicílios se adensaram e os problemas de urbanização, sociais e ambientais aumentaram, tomando proporções de difícil controle por parte dos órgãos de planejamento.

No trecho compilado da carta topográfica na escala de 1:10.000, confeccionada pelo convênio INCRA/ ESTADO DA PARAÍBA/SUDENE, com base em fotografias aéreas na escala de 1: 40.000, de 1985, a área do Timbó já se encontra instalada nesse “anfiteatro” feito pelo homem, delimitado ao sul e a oeste por barreiras resultante da extração de barro, semelhante as falésias ativas e submetidas aos mesmos processos de movimento de massa (desmoronamentos e deslizamentos). A população

inadvertidamente contribui para a ocorrência desses movimentos, através da extração de barro em seu sopé, para construir casas e efetuar obras de aterro, o que causa desestabilização e, por conseguinte, desastres e uma situação de risco permanente (Figura 7).



Figura 7 Evolução do Timbó (3)

A comunidade do Timbó em 1985

Extraído da carta planialtimétrica do Timbó (1985), escala 1: 10.000. INCRA/PB/

SUDENE

Adaptado por Maria Auxiliadora Clemente Dantas, 2003

No extrato nº 4 da ortofotocarta 89/90 de 1998, obtida pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN), vê-se a comunidade do Timbó tal qual ela se apresenta hoje em dia. Sua área é sempre circunscrita à “cratera” da extração mineral (Figura 8). A vista aérea de 2002 apresenta os aglomerados que formam essa comunidade e os principais setores de riscos, deslizamentos e quedas de barreiras (Figura 9).



Figura 8 Evolução do Timbó (4) – 1998

Extraído da ortofocarta 89/90 (1998)

Adaptado por Maria Auxiliadora Clemente Dantas, 2003

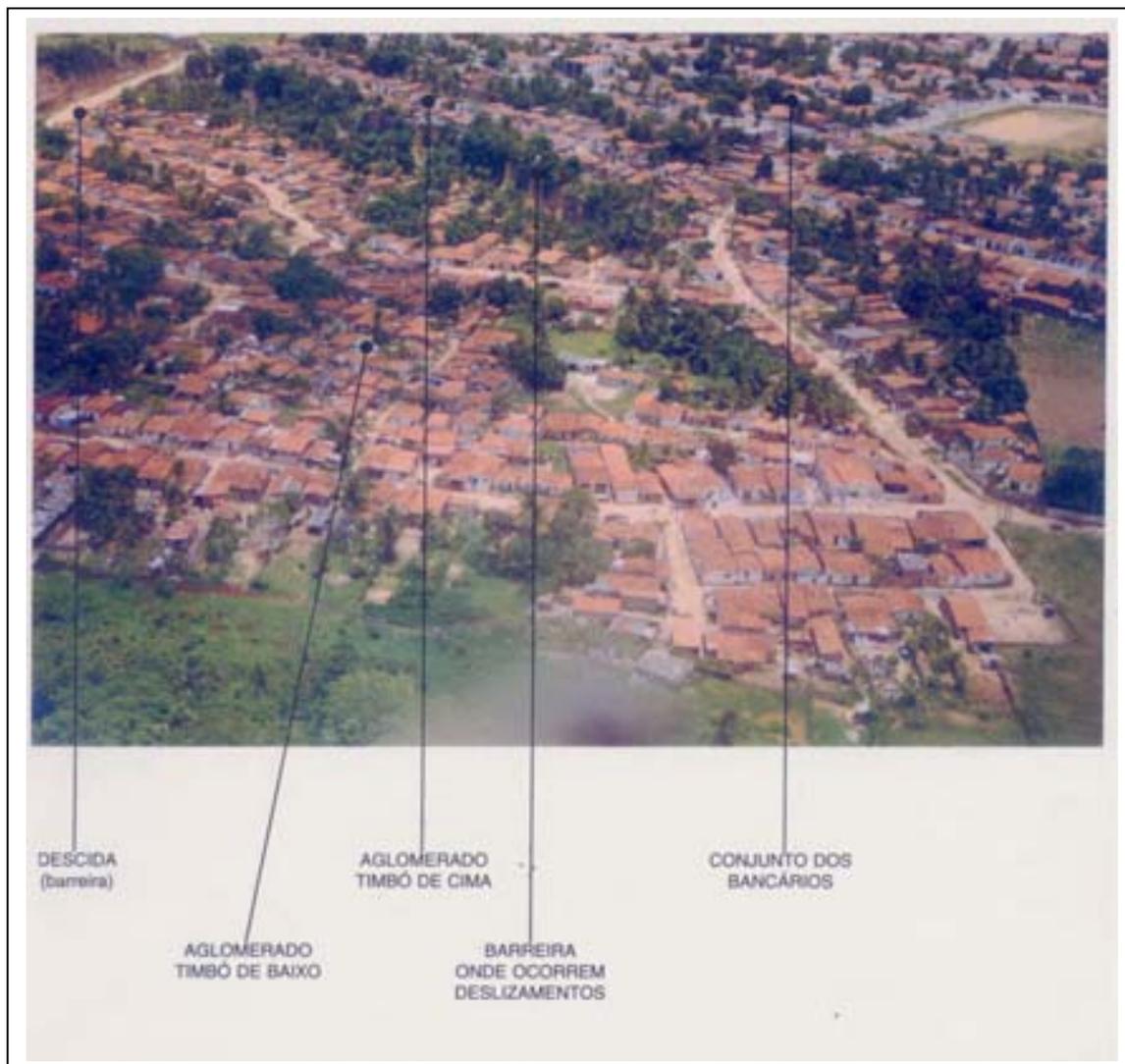


Figura 9 Vista aérea do Timbó (2002)

FAC /2002

A realidade enfrentada pela comunidade fez com que a Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Município (SETRAPS), movida pela política de habitação do Governo Federal procurasse desenvolver projetos sociais na área habitacional, entre os quais o PROMORAR, atualmente substituído pelo MORAR MELHOR que dentre os objetivos está à remoção dos domicílios e suas famílias dos setores de riscos, como as que ficam localizadas no sopé das barreiras, recuperação de casas precárias, construção de sanitários, fossas e esgotos (Foto 12).



Foto 12 Recuperação de casas no Timbó: Projeto MORAR MELHOR

Foto: Adeline Luz, Jul/2003

Algumas etapas do MORAR MELHOR se encontram em implantação. Mas um exemplo observado nas pesquisas de campo revela que muitos dos trabalhos que deveriam ser efetuados pela SETRAPS acham-se parados ou inacabados por alegação de falta de recursos para sua conclusão. Trata-se do seguinte: em frente a uma residência localizada à rua Santo Antônio, o órgão deu início à construção de uma fossa séptica, com profundidade do 2 metros; os trabalhos não foram concluídos e no buraco escavado acumularam-se águas das chuvas contribuindo para gerar um foco patogênico, sobretudo da dengue que chega a ser quase endêmico na comunidade. (Foto13).



Foto 13 Fossa em construção - Timbó

Foto: Adeline Luz, Jul/2003

No que diz respeito aos setores sujeitos a queda de barreiras ou de deslizamento de encostas, mesmo sabendo de sua ocorrência, pois já houve no local vários episódios

na comunidade, cujos fatos foram registrados pela imprensa local, alguns moradores insistem em retirar material da base dessas encostas desestabilizando-as (Foto 14).



Foto 14 Retirada de material da barreira para construção de casas no
Timbó

Foto: Adeline Luz, Jul./2003

2.1.1 – Aspectos da infra-estrutura do Timbó

Três fatores, dentre muitos outros, contribuíram para a formação do aglomerado do Timbó, embora eles sejam comuns a todos os assentamentos de mesmo tipo, dispersos não apenas na malha urbana de João Pessoa, mas também de todas as capitais e cidades importantes do Brasil: pobreza, portanto falta de meios para

ter acesso à compra de terrenos e para a construção de uma moradia, aliada a uma administração habitacional que só beneficia determinados segmentos da população e à ausência de políticas públicas que assegurem as condições mínimas de qualidade de vida para a população carente. Daí, a invasão de terrenos públicos ou privados, estes últimos constituindo capital de reserva para seus proprietários.

De acordo com os dados estatísticos da Fundação Instituto de Planejamento (FIPLAN, 1982), verifica-se que entre as décadas de 70 e 80 em João Pessoa, 24,6% da população (que era de 338.629 habitantes), possuía renda abaixo de um salário mínimo, e 45,4 % não possuía fonte de renda. Mais de 80 % não dispunha de casa própria.

Dessa maneira fica evidente que o quadro de pobreza foi fundamental para que se desencadeasse o processo de favelização que até então vinha acontecendo de forma lenta e neste período (década de 80) atingiu índices bastante elevados e foi marcado por invasões cuja finalidade era ter onde morar. Foi nesse contexto que então foi criado, em nível nacional, através do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), o Programa de Erradicação de Sub-habitações – PROMORAR (SOUZA, 1999).

Os dados sobre os indicadores sócio-econômicos, infra-estrutura de serviços e condições sanitárias levantados na amostra domiciliar na comunidade do Timbó foram de grande importância para desenvolvimento da análise e avaliação da qualidade de vida da população.

Nessa etapa da pesquisa foi privilegiada a escolha da amostra intencional na qual foram aplicados 90 questionários e três entrevistas com os moradores da área, num total de 900 domicílios.

De posse dos dados coletados procedeu-se um estudo das condições de vida, envolvendo aspectos de moradia, emprego e renda, estratégias de sobrevivência, composição da renda familiar, procedência dos moradores e sua situação educacional e sanitária.

Analisando a evolução da população na Comunidade do Timbó a partir de 1997 observa-se que esta teve um aumento significativo, assim como aumentou o número de domicílios. Os dados do IBGE (1997), mostram que esta comunidade era constituída por 779 domicílios e uma população de 3.420 habitantes, numa área de aproximadamente 7,7 ha. Em 2003, segundo dados da pesquisa o número de domicílios ultrapassa 900 e conta com uma população de 4.600 habitantes, numa área de aproximadamente 15,11ha, o que dá uma alta densidade domiciliar e alta densidade populacional (30,4 hab/ha.), constituindo uma área em que os riscos sanitários são uma ameaça constante, sem falar nos riscos das eventuais quedas de barreiras causando mortes e perda de bens.

Dos 900 domicílios existentes, 87,8% são de uso residencial e 9,0% além de uso residencial são utilizados também para pequenos comércios informais e 3,2% são destinados exclusivamente ao comércio formal e informal (Fotos: 15, 16, 17 e 18).



Foto 15 Uso residencial e comercial

Foto: Adalice Luz Jul/ 2003



Foto 16 Uso residencial e comercial

Foto: Adalice Luz Jul/ 2003



Foto17 Comércio formal

Foto: Adalice Luz Jul/ 2003



Foto 18 Comércio informal

Foto: Adalice Luz Jul/ 2003

Excetuando-se o Timbó de Cima, que se estende ao longo de uma rua pavimentada, 83,4% dos domicílios são distribuídos em ruas não pavimentadas, 5,6 % em caminhos e becos, 4,4 em ruas pavimentadas, porém estreitas e o restante por becos e caminhos intransitáveis por ocasião da estação chuvosa. Predominam casas separadas (70%) com três a quatro cômodos (Fotos 19, 20, 21 e 22).



Foto 19 Ladeira pavimentada que liga o Timbó de Cima ao Timbó de Baixo

Foto: Adalice Luz, Jul/2003



Foto 20 Rua não pavimentada

Foto: Adalice Luz, Jul/2003



Foto 21 Rua intransitável

Foto: Adalice Luz, Jul/2003

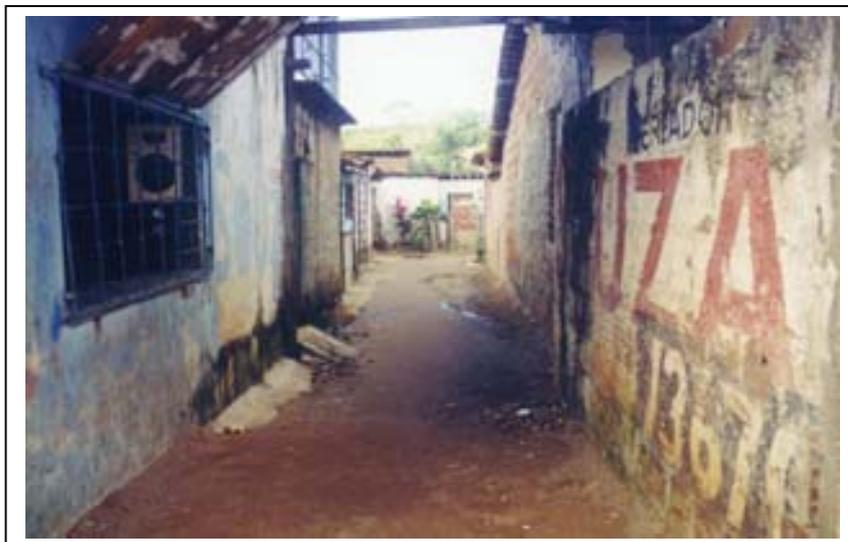


Foto 22 Becos

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

Quanto ao material com que são construídas, 94,5% são em alvenaria, a maioria sem reboco; 4,4% de material misto (taipa e alvenaria) e 1,1% de material diversificado: barro, tábuas, lona, resto de madeira, material retirado do lixo, como porta, etc (Foto 23 e 24).



Foto 23 Residências de alvenaria sem reboco

Foto: Adelize Luz, Jul/2003



Foto 24 Residência construída com material diversificado

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

No que diz respeito ao material empregado nos pisos: 68,9% são de cimentos; 14,4 % são de material misto (uma parte cimento e a outra chão batido); o restante 16,7% de terra compactada. Os telhados são predominantemente cobertos com telhas de cerâmica (98,9%), sendo que desse total 93,3%, tem estrutura de madeira cerrada e 5,6% de madeira lavrada; o restante que corresponde a 1,1% de material diversificado, conforme citado anteriormente.

No que se refere à energia elétrica, a comunidade é bem provida: todos têm acesso a este serviço. No entanto, apenas 33,3 % possuem “medidor” em suas residências, os demais fazem ligações clandestinas na rede pública, os chamados “gatos” (Foto 25).

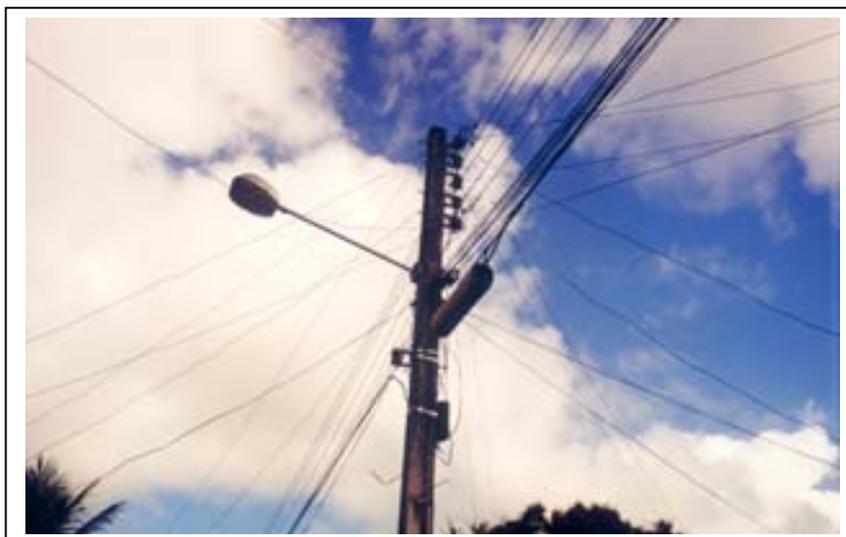


Foto 25 Ligações elétricas clandestinas “gatos”

Foto: Adalice Luz, Jul/2003

2.1.2 Perfil demográfico e sócio – econômico da comunidade do Timbó

2.1.2.1 - Renda

Os dados da renda familiar, representados na tabela nº 4, mostram que os proventos recebidos pela maioria dos chefes de família variam de 1 salário mínimo (SM para 1-2 SM). Em alguns casos essa renda pode alcançar 2-3 SM ou mesmo 3-4 SM. A proporção dos que auferem essas faixas de renda é bem menor do que as outras duas. Dentre todos os entrevistados, apenas 4,4% possuem uma renda familiar maior que 3 SM. Esses são representados pelos comerciantes formais (Tabela 4 e gráfico 4).

Tabela 4 - **Renda familiar**

RENDA	%
- de 1 salário mínimo	24,5
1 a 2 salários	62,2
2 a 3 salários	8,9
+ de 3 salários	4,4
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa /2003

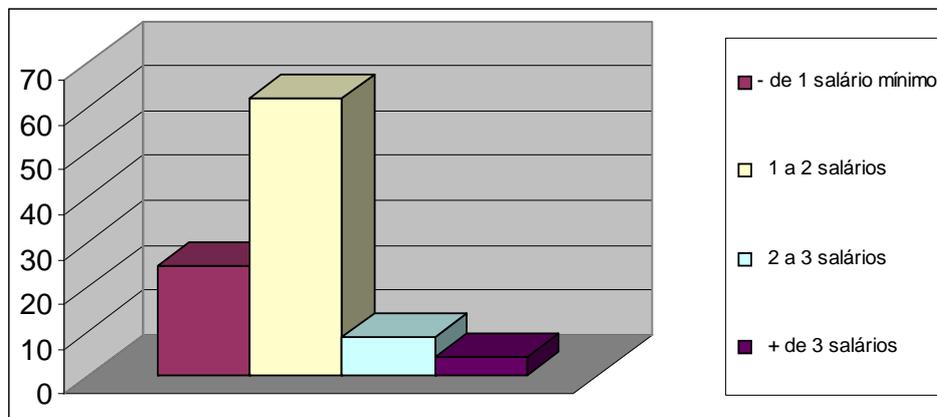


Gráfico 4 – **Renda Familiar**

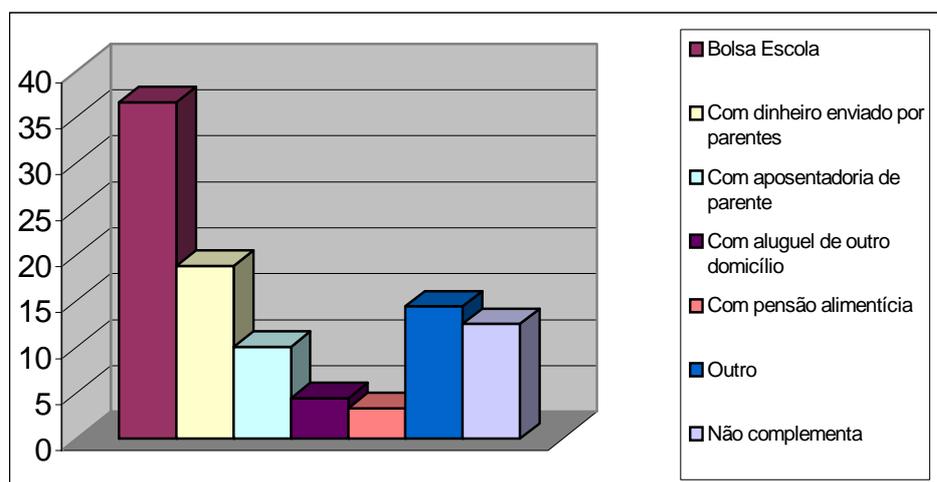
Fonte: Dados da Pesquisa /2003

Vale ressaltar que parte da renda é complementada sob a forma de auxílio de parentes, aluguel de imóveis, pensão alimentícia, que embora não seja muito freqüente tem um peso considerável para o sustento da família, aposentadorias de parentes que habitam com a família e a bolsa escola (Tabela 5 e gráfico 5).

Tabela 5 - **Complementação de renda**

Tipo de complementação	%
Bolsa Escola	36,6
Com dinheiro enviado por parentes	18,8
Com aposentadoria de parente	10,0
Com aluguel de outro domicílio	4,4
Com pensão alimentícia	3,3
Outro	14,4
Não complementa	12,5
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

Gráfico 5 - **Complementação de renda**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

Outras alternativas encontradas como busca de geração de renda, está atrelada às condições de ocupação profissional do chefe de família, tais como: pequeno comércio, aposentadorias, pedreiro e de auxiliar de pedreiro, vigia, empregados domésticos, lavadeiras e auxiliares de serviços públicos, bem como as atividades ligadas ao setor da economia informal como por exemplo: prestação de pequenos serviços à comunidade tais como salões de beleza, concertos de carroças de tração animal e de bicicletas, venda de “dindim” (picolés) e de produtos de limpeza de fabricação caseira, sobretudo água sanitária com cloro comprado e diluído etc. (Foto 26).



Foto 26 Prestação de serviços à comunidade

Foto: Margarida Guimarães, Mar/2003

Além dessas formas de captação de recursos existem, como por exemplo, o tráfico de drogas; mas as declarações a esse respeito são muito raras e imprecisas e trabalhos esporádicos ou temporários como faxineira, catadores de lixo, de papelão,

carroceiro, biscateiros, pintores de parede e encanadores. A proporção de desempregados é grande (Tabela 6 e gráfico 6).

Tabela 6 - Ocupação do chefe da família

Profissão	%
Aposentado	19,0
Trabalhos esporádicos	15,5
Desempregados	11,0
Comerciante	8,0
Pedreiro	7,5
Doméstica	7,0
Auxiliar de pedreiro	6,0
Lavadeira	5,0
Vigia	4,5
Auxiliar de Serviço Público	3,0
Outras	13,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa – Direta – 2003

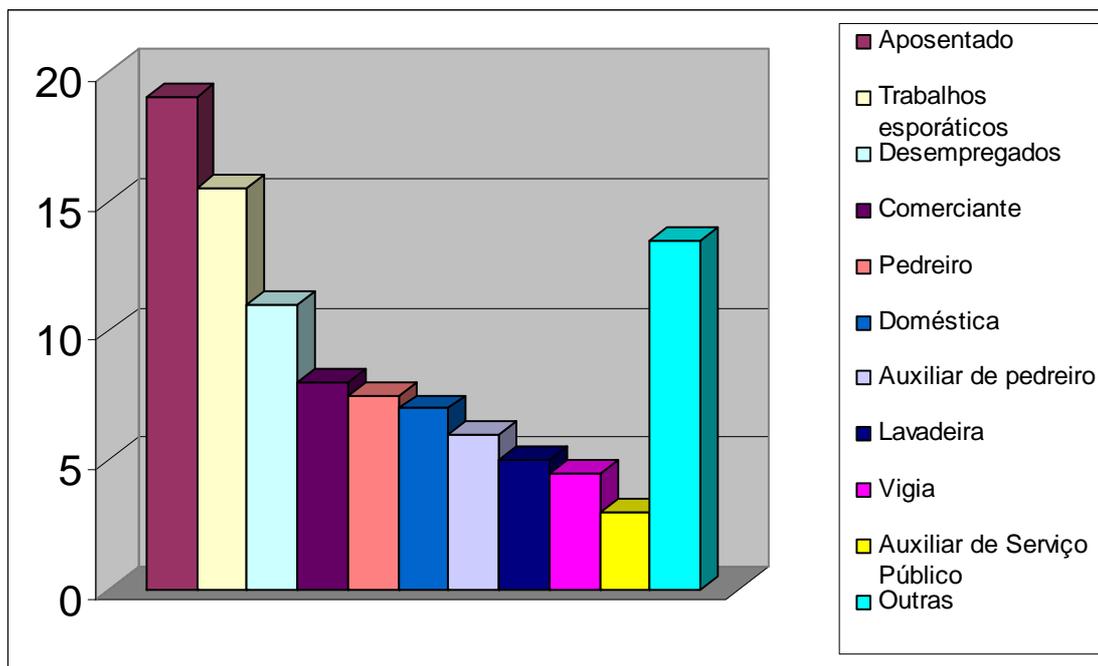


Gráfico 6 **Ocupação do chefe da família**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

O fator renda também vai refletir no padrão de moradia, que se caracteriza no geral pela precariedade. Essa precariedade por sua vez se reflete desde o tipo de material com que são construídos os domicílios, sua dimensão e condições de higiene.

Este fator se apresenta como um indicador de grande importância, haja vista que é um dos determinantes padrões de **consumo** familiar. Daí pode-se inferir que a baixa qualidade de vida da população está associada aos baixos valores de seus rendimentos.

Resumindo trata-se de uma população formada por proletários e sub-proletários, que luta por melhores condições de trabalho e não encontram, pois o fator

desencadeante dessa situação é o baixo nível de instrução e de qualificação profissional como será visto em seguida.

2.1.2.2 Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade do chefe de família, os dados recolhidos nas entrevistas revelam uma situação bastante inquietante, pois a maioria da população apresentou um grau muito baixo de escolaridade, o que a sub-qualifica para exercer trabalhos urbanos, e como consequência a exclui para o mercado formal de trabalho. Os serviços oferecidos pela cidade requerem melhor qualificação dos indivíduos que desejam fazer parte de um mercado de trabalho que é cada vez mais excludente tendo em vista os avanços e adoções de novas tecnologias.

Constatou-se que 46,7% dos chefes de família são analfabetos; 36,5% são alfabetizados; 5,6 % concluíram a primeira fase do ensino fundamental; 4,5% não cursaram integralmente a segunda fase do ensino fundamental; 3,3% estão cursando o ensino médio; 2,3% terminaram o ensino médio e 1,1% possuem curso superior incompleto (Tabela 7 e gráfico 7).

Tabela 7 - **Grau de escolaridade do chefe da família**

Grau de Escolaridade	%
Analfabeto	46,7
Alfabetizado	36,5
Ens. Fundamental (1ª Fase) completo	5,6
Ens. Fundamental (2ª Fase) incompleto	4,5
Ensino Médio incompleto	3,3
Ensino Médio Completo	2,3
Curso Superior incompleto	1,1
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa - Direta – 2003

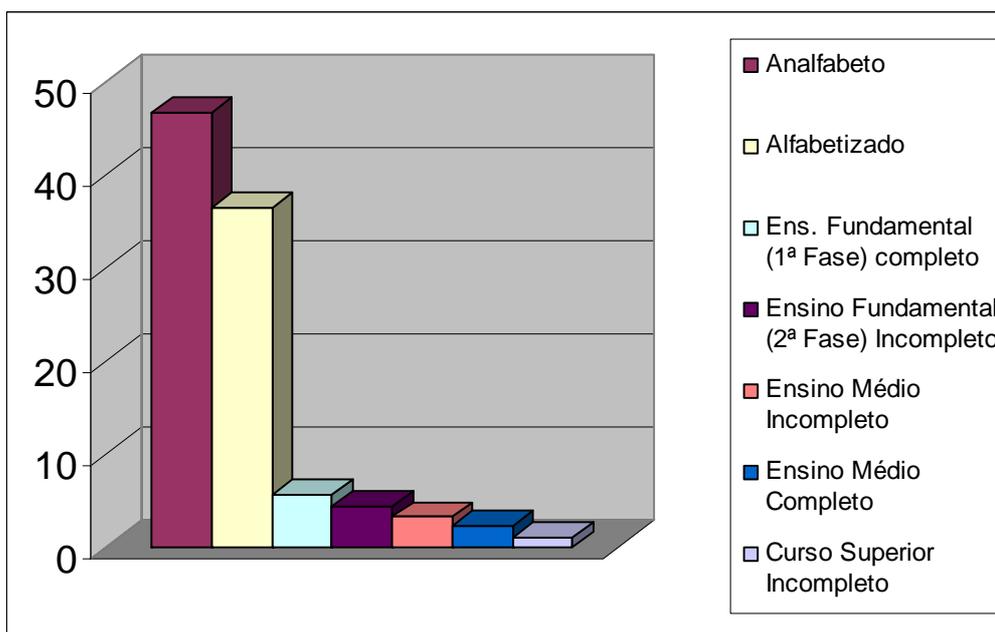


Gráfico 7 – **Grau de escolaridade do chefe de família**

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

Não há escola na comunidade. Os alunos em sua grande maioria estudam nas escolas situadas no bairro vizinho (Bancários). Das crianças com 07 a 14 anos aproximadamente, 90,0% estão freqüentando a escola. Das pessoas com mais de 15 anos aproximadamente, 37,0% são alfabetizadas.

2.1.2.3 Procedência

Chamamos atenção para um ponto importante, que contradiz as afirmações feitas por alguns autores ao afirmar que os assentamentos “subintegrados” são consequência do êxodo rural.

No passado sim, esse fato foi preponderante, porém o que se observa nos dias atuais é que esses assentamentos subintegrados não são consequência do êxodo rural, mas sim, o resultado de mecanismos migratórios urbanos, isto é, patenteiam a presença de uma itinerância, no próprio espaço urbano, de indivíduos que, em fase das condições de desemprego e achatamento salarial, não têm mais possibilidades de participar do mercado imobiliário, recaindo no sombrio drama das invasões.

Na comunidade do Timbó, ficou constado que 77,0% da população residente é proveniente da própria área urbana de João Pessoa e 33,0% são de outras áreas do Estado, principalmente, das zonas do Brejo, da Mata e em menor proporção do Sertão.

Vale ressaltar também a presença de população de outras cidades brasileiras, a exemplo de São Luis, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife. O que vai demonstrar a mudança que ocorreu do fluxo migratório e contradiz a opinião formada pela qual todos os aglomerados são constituídos por pessoas vindas do interior.

Consultados sobre os motivos pelos quais escolheram a localidade como moradia, 52,5% dos entrevistados referiram à oportunidade de trabalho em João Pessoa, tendo em vista que esta cidade é o centro que recebe mais recursos quando comparada com as outras cidades do interior do Estado. Assim a capital apresenta mais oportunidades de trabalho e conseqüentemente melhorias financeiras. Quanto aos demais 33,9 % responderam que a sua permanência na área deve-se, sobretudo a falta de oportunidade, pois se tivesse um trabalho digno não morariam nesse espaço e os 13,6% restantes, disseram que não houve nenhum tipo de escolha por terem nascido na própria comunidade e não tiveram até o momento, condições de residir em um local mais seguro e melhor.

2.1.2.4 - Recursos Sociais

No que diz respeito aos recursos sociais, a comunidade possui uma Associação Comunitária Voluntária do Timbó (ACVT), com uma diretoria constituída, mas que na prática não funciona. Inclusive a casa onde seria à sede, foi cedida com a autorização do presidente da Associação a uma família, sem as menores condições de instalação. A comunidade possui ainda uma creche (Nossa Senhora de Fátima), 3 Igrejas protestantes (Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, Betel), o que não é de admirar pois elas estão cada vez mais presentes nas comunidades mais

pobres, uma Católica e um Centro Espírita e vale ressaltar o Programa de Saúde da Família (PSF) que será tratado mais adiante (Fotos: 27 e 28).



Foto 27 Creche Nossa Senhora de Fátima – Timbó de Baixo

Foto: Adelize Luz, Jul/2003



Foto 28 Igreja Evangélica - Timbó de Cima

Foto: Adelize Luz Jul/ 2003

2.1.3 - Riscos ambientais

Por riscos entende-se a possibilidade de perdas de vida, bens e meios de produção em uma área que sofre uma calamidade ou desastre (VEYRET e PECH, 1997, *apud* MELO et al. 2001). Desastre ou calamidade é um fenômeno que pode gerar uma ameaça potencial para as pessoas e bens em uma determinada área por um certo tempo.

Os habitantes dos aglomerados subnormais vivem submetidos a uma perpétua situação de risco, como pobreza, segregação social, carência de escolaridade, poluição e doenças provocadas pelas condições de habitat, sítios impróprios para as construção sujeitos a inúmeros desastres, etc. É com base nessa problemática que devem ser encarados os problemas ambientais e não considerá-los apenas como decorrentes dos caprichos da natureza. Os riscos considerados naturais nos países ricos, por mais dramáticos que sejam, não têm as mesmas conseqüências que nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

A urbanização deficiente dos aglomerados subnormais, aliada a falta de conscientização ambiental da população e de educação sanitária e higiene, são responsáveis pela ocorrência de pelo menos dois grupos principais de riscos:

- Riscos epidemiológicos (morbidez e morbidade) e sanitários, decorrentes das condições do habitat, da insuficiência de atendimento por parte da saúde pública e da precariedade da infraestrutura de serviços básicos.
- Risco ambientais “naturais” induzidos pela ação humana.

Antes de ser apresentado o quadro geral da saúde da população na Comunidade do Timbó serão fornecidas algumas generalidades sobre saúde, meio ambiente, riscos e impactos decorrentes de condições insalubres do meio onde se instalam os aglomerados subnormais.

A Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) estabelece que Impacto Ambiental é “qualquer alteração das propriedades químicas, físicas e biológicas do meio ambiente (nessa definição, meio ambiente é considerado apenas como meio natural), causadas por qualquer forma de matéria e energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afeta”:

- a) A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) as atividades sociais e econômicas;
- c) a biota;

as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

d) a qualidade dos recursos ambientais **(inclusive os recursos humanos*)**

Em Saúde Pública, de acordo com A Organização Mundial de Saúde (OMS), o meio ambiente é considerado isoladamente do meio social e econômico. Ele é representado pelos fatores físicos, químicos e microbiológicos como causas das doenças, mas não como fatores bioclimáticos e sociais que estão na origem de muitas doenças que afligem a humanidade. Na Conferência Saúde Meio Ambiente, realizada em junho de 1999 em Londres, ficou determinado que o meio ambiente é uma chave para uma saúde melhor e que deveriam ser incluídos em sua definição parâmetros físicos ligados ao meio como, por exemplo, a poluição da atmosfera e das águas, o impacto dos dejetos e o conjunto das atividades humanas (Santé et Environnement, 2003).

O papel desempenhado pelo meio ambiente considerado como um sistema que integra o físico, o natural, o químico e o humano são determinantes para o surgimento de doenças. Ele deve ser considerado como o conjunto de fatores patogênicos externos e internos ou genéticos.

Hipócrates (c.470-377 a C.), considerado como o pai da Medicina é autor de uma obra importante: “A Arte Médica”, na qual ele diz que para se aprofundar nessa

N. A –Os grifos são nossos com a inclusão dos recursos humanos como parte integrante dos recursos ambientais decorre do conceito de meio ambiente por nós adotado que abrange não apenas o meio ambiente natural mas também o social, o político, o histórico, o cultural, o econômico.

ciência é necessário levar em conta, em primeiro lugar, as estações do ano, conhecer a qualidade das águas, dos ventos, estudar os diversos tipos de solos e o *gênero de vida dos seres humanos*. Na Roma Antiga os romanos, urbanistas por excelência, integram a higiene ao urbanismo por meio de construção de aquedutos, termas, sanitários, aquecimento e esgotos. No entanto a palavra higiene só viria aparecer no século XVI designando um conjunto de práticas para preservar ou melhorar a saúde das pessoas. Atualmente surgiram novos conceitos. Trata-se de Saúde Ambiental. O conceito de Saúde Ambiental resulta de uma convergência entre as degradações do meio ambiente natural e humano, a consciência que os homens adquirem sobre esse tema, os conhecimentos que se estabelecem entre saúde e meio ambiente e os progressos das pesquisas realizadas nesse domínio. A Saúde Ambiental dá ênfase às causas externas das doenças, sem que, no entanto sejam ignoradas as causas internas.

Nos países em desenvolvimento a poluição parasitológica e bacteriológica da água e o lixo como foco patogênico continua ser o principal problema de saúde que atinge, sobretudo as populações dos aglomerados subnormais.

A água tem uma influencia direta sobre a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. A qualidade da água, em particular a qualidade microbiológica, exerce uma grande influência sobre a saúde e se ela não for adequada pode ocasionar surtos de doenças e epidemias, haja vista as epidemias de dengue, de cólera, de esquistossomose e de febre amarela que vêm atingindo algumas regiões do Brasil (OPAS/OMS/Brasil, 2003).

De acordo com os dados da OMS cerca da metade da população dos países em desenvolvimento sofre de uma dentre as seis doenças que são ligadas ao abastecimento de água ou ao saneamento precário ou inexistente: diarreia, ascaridíase, dracunculose, ancilostomíase, esquistossomose e tracoma.

Mais de 1/4 da humanidade, não dispõe de meios satisfatórios de abastecimento de água e de saneamento. Segundo o relatório da Organização Mundial da Saúde em sua avaliação sobre o Décênio Internacional da Água Potável (1981 - 1990), cerca de um bilhão de pessoas no mundo não dispõe de abastecimento de água sadia e 2 bilhões não dispõem de sistema adequado de evacuação de suas excreções.

Em todo o mundo, dois bilhões e trezentos milhões de habitantes são atingidos por doenças ligadas à água. O fornecimento de água potável e de boas instalações sanitárias, (fossas e esgotos), são importantes para a saúde pública. Estima-se que haveria 2,1 milhões de óbitos a menos em decorrência de doenças diarreicas, 150 milhões a menos de casos de esquistossomose e 75 milhões de casos de tracoma, por exemplo.

As doenças de origem hídrica são as doenças provocadas pela “água suja”, ou seja, pela água contaminada por dejetos humanos, animais ou químicos. No mundo inteiro, a falta de estações de depuração de águas usadas e de abastecimento de água

potável salubre para o preparo de alimentos e para a higiene é responsável por cerca de 12 milhões de mortes por ano.

Os riscos de saúde, associados à água, podem ser de curto prazo, quando resultam da poluição causada por elementos microbiológicos ou químicos; de médio ou longo prazos, quando resultam do consumo regular e contínuo, durante meses e anos, de água contaminada por microorganismos e produtos químicos.

Para a Organização Mundial da Saúde e seus países membros, “todas as pessoas, em qualquer estágio de desenvolvimento e condições sócio-econômicas têm o direito de ter acesso a um suprimento adequado de água potável e segura”. Por segura, entende-se uma oferta de água que não ofereça riscos de doenças: que seja em quantidade suficiente e disponível para atender a todas as necessidades domésticas, que não apresente um custo inacessível à população (OPAS/OMS/Brasil, 2003).

Segundo relatório sobre a “Situação Global de Suprimento de Água e Saneamento” concluído em novembro de 2000, apesar dos esforços despendidos nessas duas últimas décadas para melhorar os serviços de abastecimento de água e saneamento dos países subdesenvolvidos, uma grande parte da população ainda não foi atendida. Atualmente 2,2 bilhões de pessoas em todo o mundo não vivem com condições aceitáveis de saneamento, enquanto 1,1 bilhão de pessoas não têm sequer acesso a abastecimento adequado de água. Esse documento resulta do Programa de

Monitoramento do Suprimento de Água e Saneamento, uma iniciativa da OMS e da UNICEF.

Dele consta ainda que:

- Cerca de 1/4 dos 4,8 bilhões de habitantes dos países sub ou em desenvolvimento continua sem dispor de fontes adequadas de água e metade desse total não conta com serviços de saneamento.
- No mundo ocorrem quatro bilhões de casos de diarreia por ano, com cerca de 2,2 milhões de óbitos, a maioria de crianças com até cinco anos de idade. Água segura, higiene e saneamento adequados podem chega a reduzir de 1/4 a 1/3 a os casos de doenças diarréicas.
- Apenas 35% das águas residuais são tratadas na Ásia; na América Latina, 14%.

No capítulo 18 da Agenda 21, que trata da água potável é reforçado o objetivo de satisfazer as necessidades de água potável de todos os países, de modo a assegurar seu desenvolvimento sustentável. Desse documento consta também que 80% de todas as doenças e pelo menos 1/3 das mortes nos países em desenvolvimento estão associadas à água e pelo menos 1/10 da vida produtiva das pessoas é sacrificada devido a doenças relacionadas com a água (Agenda 21, cap. 18).

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) a água microbiologicamente contaminada pode transmitir uma grande variedade de doenças, de diversos modos:

- Diretamente: doenças provocadas pela ingestão de água contaminada por urina ou fezes, humanas ou de animais, contendo bactérias ou vírus patogênicos, incluindo entre as principais: cólera, febre tifóide, amebíase, leptospirose, giardíase, hepatite infecciosa e diarreias agudas.
- Causadas pela falta de limpeza e má higiene pessoal, em contato com a água contaminada na pele ou nos olhos (escabiose, pediculose, infecções causadas por carrapatos, tracoma, conjuntivite bacteriana aguda, salmonelose) e também pela ingestão de alimentos.
- Causadas por parasitas encontrados em organismos que vivem na água ou por insetos, vetores com ciclo de vida desenvolvido na água: esquistossomose, dengue, filarioses, oncocercoses, febre amarela, malária.

O problema é grave, segundo a OPAS/OMS, pois:

- A cada oito segundos, morre uma criança devido a uma doença relacionada com a água;
- A cada ano, mais de cinco milhões de pessoas morrem de alguma doença relacionada com a água não potável, ambiente doméstico sem higiene e falta de sistemas de esgotos;
- Estima-se que, a qualquer momento do dia, a metade de toda a população nos países em desenvolvimento sofra de uma ou mais das seis principais doenças associadas ao abastecimento de água e saneamento (diarréia, ascaridíase, dracunculíase, esquistossomose e tracoma).

2.1.3.1 Riscos epidemiológicos (morbidez e morbidade) e sanitários

A análise dessas questões passa necessariamente por uma avaliação das condições de saúde no âmbito do meio ambiente (social, econômico, cultural, natural). Tal análise deve englobar alguns aspectos ligados às condições sanitárias da comunidade como um todo e às famílias em particular, como o uso da água para o consumo, a poluição das águas pelos dejetos humanos e animais, o problema do lixo doméstico, sua coleta e sua destinação, a existência ou não de uma rede de esgotamento sanitário e suas repercussões diretas ou indiretas na saúde ambiental e da comunidade em geral.

Essas considerações justificam os estudos de saúde integrados como o meio ambiente. É sabido que uma política eficiente de implantação de uma boa infraestrutura de serviços básicos, pavimentação, coleta e transporte do lixo, sistema de coletores de esgotos nos centros urbanos podem contribuir para a redução de doenças no ambiente urbano.

A partir da análise dos dados, referente às condições sanitárias verificou-se que dos 90 domicílios visitados, 77,8% possui banheiro completo em seu interior e 22,2 % não dispõem de banheiro, o que é bastante grave uma vez que os dejetos humanos e provenientes dos usos domésticos são lançados diretamente em valas escavadas no meio dos becos e ruas não pavimentadas que os conduzem para áreas encharcadas do Rio Timbó ou para os terrenos baldios próximos a este (Fotos: 29 e 30).



Foto 29 Ausência de instalação sanitárias

Foto: Adelize Luz, Jul/2003



Foto 30 Águas usadas lançadas diretamente em valas escavadas entre os becos que separam os domicílios

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

Quanto ao abastecimento de água os dados levantados atestam que 100,0% dos domicílios dispõem de água encanada proveniente do abastecimento público posto à sua disposição pela CAGEPA (Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba). No que diz respeito à água tratada para o consumo doméstico, 18,9% dispõem de filtros, 5,5% acrescentam um pouco de cloro na água potável, e 75,6% consomem a água sem tratamento (tabela 8 e gráfico 8)

Tabela 8 - **Tratamento da água para consumo**

Tipo de tratamento	%
Filtrada	18,9
Clorada	5,5
Sem tratamento	75,6
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

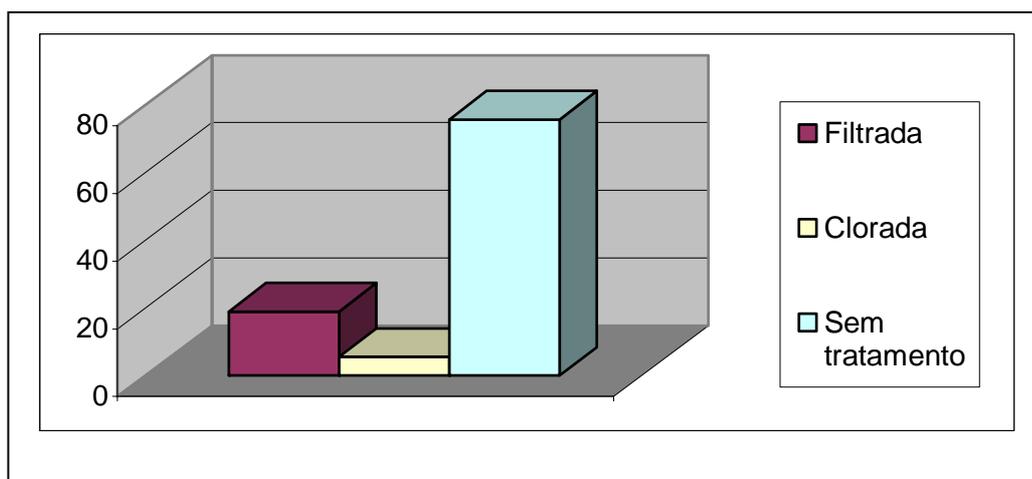


Gráfico 8 - **Tratamento da água para consumo**

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

Ao serem indagados, sobre a ausência de tratamento da água potável, a maioria foi unânime ao dizer que prefere “utilizar a água da torneira” por ser mais prático. Quanto à utilização de filtros, responderam que “não tem dinheiro para comprá-los”. No entanto, foi verificado que uma parcela significativa da população possui eletrodomésticos que custam bem mais caro do que um simples filtro de barro cozido, o que comprova o relaxamento e a falta de noções mínimas de higiene e dos riscos de saúde a que incorrem por utilizarem a água sem nenhum tratamento, apesar dos cuidados que se deve ter com a água tanto para beber como para utilizar na cocção de alimentos que são anunciados constantemente pela televisão, principalmente durante as epidemias de cólera e dengue. Será que é mais fácil comprar um som de última geração, uma televisão ou uma geladeira do que um simples filtro? A presença desses eletrodomésticos, principalmente uma televisão a cores, não determina o poder de competição entre a população estudada? (Foto 31).

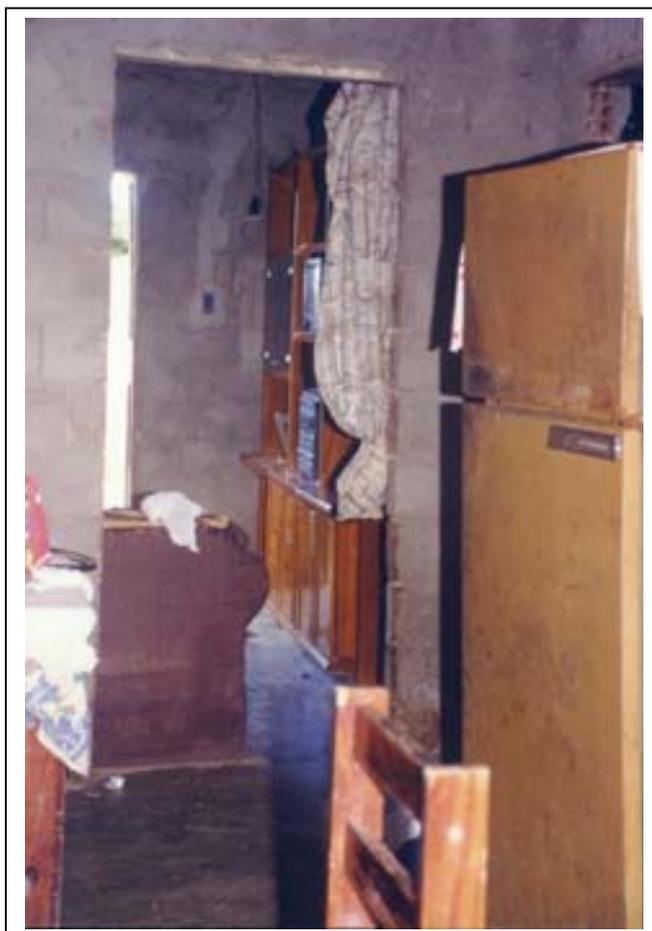


Foto 31 Presença de eletrodomésticos no interior da
residência

Foto: adelize luz, jul/ 2003

Apesar da comunidade ser beneficiada com água do abastecimento público, é necessários que sejam utilizados procedimentos sanitários, haja vista as irregularidades que ocorrem no fornecimento de água que obrigam aos membros a disporem em suas residências de recipientes (baldes e tonéis) que são muitas vezes inadequados comprometendo a qualidade da água a ser consumida e contribuindo para as doenças veiculadas pelas condições higiênico-sanitárias ou “doença da água suja” que atingem toda a comunidade, mas sobretudo, por serem mais vulneráveis, as crianças como foi visto na apresentação desse segmento de pesquisa.

Sobre o destino das águas servidas, verifica-se que 37,8% dos entrevistados contam com o sistema de esgoto; 23,3% lançam essas águas através de tubulações improvisadas direcionadas para os quintais; 21,1% para valas escavadas no meio das ruas; 11,1% dirigem para as fossas e 6,7%, diretamente as lançam nos terrenos da várzea do Timbó (Tabela 9 e gráfico 9).

Tabela nº 9 - **Destino das águas usadas**

Destino das águas usadas	%
Rede geral de esgoto	37,8
Canalizam para quintal	21,1
Dirige para vala	11,1
Fossa séptica	6,7
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

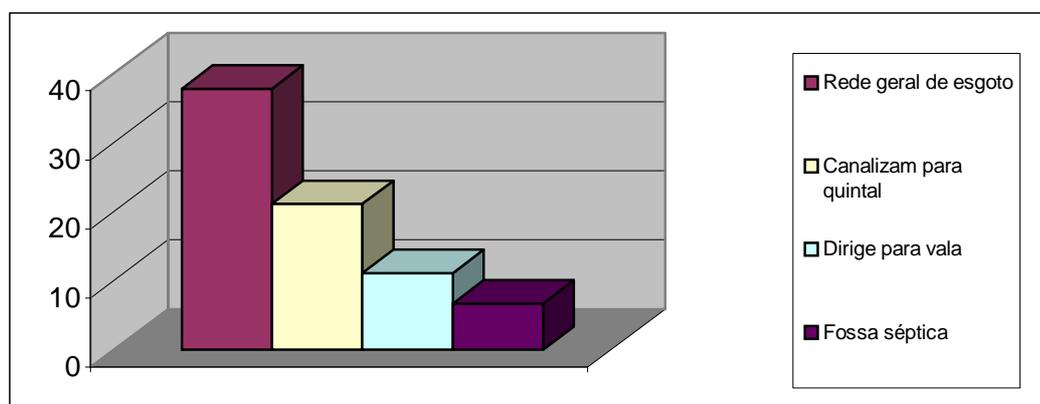


Gráfico 9 - Destino das águas usadas

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

Um fato merece ser mencionado: a coexistência de domicílios com fossas e domicílios ligados à rede de esgotos não impedem a proliferação de microorganismos patogênicos responsáveis pela alta incidência de verminoses no conjunto das famílias. A incidência dessas doenças está, sobretudo, relacionada com a falta de higiene dos domicílios e de seus moradores, haja vista que em muitas residências as fossas se encontram dentro delas; outras, fora, nas calçadas, quando existem ou escavadas nas ruas não pavimentadas.

Essas condições sanitárias são agravadas pela rede de esgotos, uma vez que esta é sub-equipada, insuficiente e na comunidade não existe estação elevatória. Durante a estação chuvosa, a ausência de galerias para as águas pluviais faz com que elas ao descenderem para o Timbó de Baixo se acumulem nos esgotos improvisados a céu aberto.

Além dessas águas, os moradores lançam resíduos sólidos de origem doméstica nos esgotos e dejetos de origem animal, uma vez que nas proximidades da comunidade existem vacarias e criação de cavalos. A consequência dessas práticas é que os esgotos não estão preparados para receberem esses materiais e estouram, pelo excesso de carga e se espalham sobre o solo provocando poluição e odores insuportáveis e contribuindo para a proliferação de focos patogênicos (Fotos: 32 e 33).



Foto 32 Esgotos estourados pelo excesso de carga

Foto: Adeline Luz, Jul/2003



Foto 33 Lançamentos de resíduos sólidos nos esgotos (lixo e entulhos)

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

Quanto ao acúmulo, acondicionamento, coleta e destinação do lixo, estes se revelam como sérios problemas que afligem a comunidade. A situação é mais grave no Timbó II por apresentar maior densidade domiciliar e populacional do que o Timbó I, maior limitações das condições topográficas, um sistema viário tortuoso formado por becos, ruas estreitas e vielas, escadarias, simples caminhos de pedestres que impossibilita a circulação de veículos, sobretudo, dos caminhões coletores de lixo. A solução encontrada pela EMLUR para resolver o problema do lixo no Timbó II foi que a coleta fosse efetuada por um carroceiro, três vezes por semana, que recolhe o lixo acondicionado em sacos de plásticos e o deposita em dois terrenos baldios situados no início das vias que lhe dão acesso. O lixo depositado espera a passagem do

caminhão da limpeza urbana da Prefeitura que regularmente, três vezes por semana, o recolhe juntamente com o do Timbó I.

O lixo lançado em terrenos vazios representa um grande potencial para a formação de focos de insetos roedores e de microorganismos patogênicos, podendo transmitir tifo, cólera, leptospirose e outras doenças (MELO; RODRIGUEZ, 2003, p. 97).

2.1.3.2 Saúde e habitantes do Timbó

No tocante aos aspectos de saúde dos habitantes do aglomerado subnormal do Timbó, a coleta de dados não foi suficiente para uma análise mais precisa das doenças existentes na população, tendo em vista que os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, apontam apenas o percentual dos tipos de doenças na comunidade, mas não especifica as doenças relacionadas com o habitat e, em particular relacionadas com a água e serviços de esgotos, uma falha muito importante. Sabe-se que o saneamento básico adequado e água tratada podem reduzir as taxas de morbidade e mortalidade de algumas dessas doenças, de 20 a 80%.

Em virtude da ausência de informação pelo referido órgão, quanto às doenças relacionadas com o habitat, e em particular com a água e serviços de esgotos, foram utilizados apenas os dados do questionário e as informações fornecidas pelos

profissionais da área de Saúde, que trabalham na Unidade de Saúde da Família (USF), tendo como representação o Programa de Saúde da Família (PSF), implantado pelo Ministério da Saúde para atender as famílias que residem nas comunidades carentes. Vale ressaltar que esse programa foi implantado na comunidade do Timbó em março de 2002, portanto recentemente (Fotos 34 e 35).



Foto 34 Sede do PSF no Timbó

Foto: Adalice Luz, Jul/2003



Foto 35 Interior da Sede do PSF – Timbó

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

As informações fornecidas por esses profissionais foram relevantes, porém é necessário fazer uma observação com relação à implantação da Unidade de Saúde da Família (USF) na área em estudo.

A comunidade do Timbó, como foi dito anteriormente, é constituída por 900 famílias, totalizando uma população de 4.600 habitantes. Segundo o Relatório da Unidade de Saúde da Família, essa população representa 0,70 % da população de João Pessoa e 0,27 % da população do Distrito Sanitário de Saúde III, cuja sede localiza-se no Conjunto Mangabeira. O maior número de habitantes é do sexo feminino e a faixa etária mais numerosa é compreendida entre 20 e 39 anos.

Como a área só tem uma Unidade de Saúde da Família (USF), torna impossível o total atendimento à população necessitada, pois a quantidade de funcionários é insuficiente: um médico, uma enfermeira, uma atendente e três agentes de saúde. Daí a necessidade de delimitar o espaço do Timbó, dividindo-o em três micro-áreas (1, 2 e 3). Esse espaço delimitado teve como referência a proximidade das residências dos ACS, que segundo normas do Programa tem que residir na comunidade. Esses três Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são responsáveis pelo atendimento e acompanhamento de 437 famílias, correspondendo a 48,6 % do total de famílias residentes na área, o que significa que 51,4 % das famílias não são acompanhadas pelo Programa de Saúde da Família (PSF). (Figura 10).

Outro fator significativo que dificulta o acompanhamento das famílias pelos ACS é o processo migratório interno, devido a algumas pessoas não possuírem residência própria. E quando as possuem, muitas vezes, por uma questão de sobrevivência negociam-nas, como é o caso de uma família que morava na rua Margarida Alves, localizada no Timbó de Cima e foi obrigada a vender a sua casa e comprar outra na rua da Mangueira, localizada no Timbó de Baixo, bem inferior a que possuíam, pois o chefe de família estava desempregado e não tinha condições de sustentar os seus filhos. Esse fato é comum no Timbó, o que vem dificultando o trabalho dos ACS, pois as famílias cadastradas quando saem da área coberta pela Unidade de Saúde da Família (USF), deixam de ser assistidas por eles.

Área de Atuação de PSF na Comunidade do Timbó

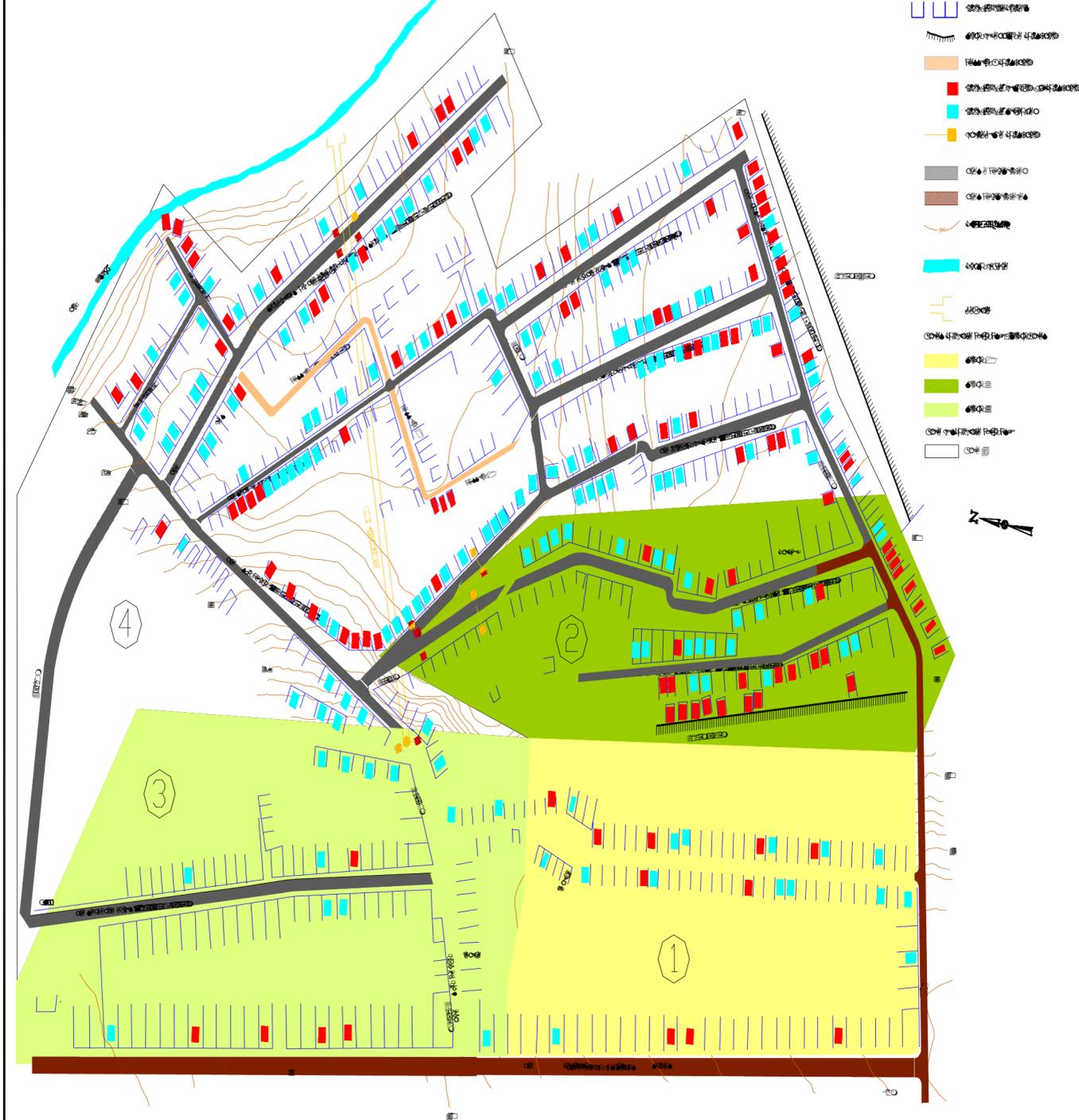


Imagem de satélite da comunidade do Timbó



FOLHA ÚNICA	PROJETO : PRO-MORADIA			
	PROPRIETARIO : PREFEREÇA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA			
	ENDERECO : COMUNIDADE TIMBÓ			
DATA	RESPONSÁVEL	AVEL. PAUP	ABRIL	PROJETO
DESENHO	DATA			
COPA				
REVISÃO				
ESCALA:	1:1000			
		ARQUIVO		
		TIPO	ARQUIVO	PAUP

Isso causa muita revolta entre os moradores, pois a área mais crítica, ou seja, a que apresenta maiores problemas de infra-estrutura e onde a população é mais carente não é coberta ou atendida pelo PSF, isto é, não há um acompanhamento da população por parte dos profissionais de saúde.

Algumas pessoas informaram que muitas vezes ao procurarem o Posto de Saúde da comunidade não são atendidas por falta de vagas, pois o critério é de 35 atendimentos/dia. Por isso, muitas vezes, são obrigadas a recorrer ao Hospital Universitário, ao Hospital e Maternidade de Mangabeira ou ao Posto de Saúde do Conjunto Altiplano, situados mais distantes da comunidade. O posto mais próximo está localizado no Conjunto dos Bancários, em sua vizinhança, mas o atendimento, muitas vezes é recusado. Essa recusa se baseia no fato de que a comunidade do Timbó já dispõe de uma USF. Tendo em vista a carência no atendimento médico, segundo informações recentes fornecidas por profissionais da área de saúde que trabalham na USF, até o final do ano a Secretaria de Saúde do Município estará implantando mais uma Unidade de Saúde da Família na área.

Conforme análise dos questionários, verificou-se que as questões sócio-econômicas aliadas às condições ambientais encontram-se associadas ao quadro epidemiológico e endêmico da saúde pública e sanidade dos espaços e das pessoas que nele vivem. A pesquisa indicou que as doenças de maior incidência na camada da população que compreende crianças e adolescentes até 17 anos são: gripes freqüentes, dengue, diarréia freqüente, desnutrição, dermatites, pneumonia e IRA (Insuficiência

Respiratória Aguda), sendo as duas últimas as principais causas de atendimento ambulatorial e internação (tabela 10 e gráfico 10).

Tabela 10 - **Total de crianças e adolescentes acometidos por doenças (até 17 anos)**

DOENÇAS	Nº DE PESSOAS (%)
Gripes (freqüentes)	18,3
Dengue	16,0
Diarréia freqüente	11,0
Desnutrição	10,0
Dermatites	9,0
Pneumonia	6,7
IRA (Insuficiência Respiratória Aguda)	6,5
Doenças parasitárias	6,0
Anemia	5,5
Sarampo	4,4
Cachumba	3,3
AIDS	1,1
Outras	2,2
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

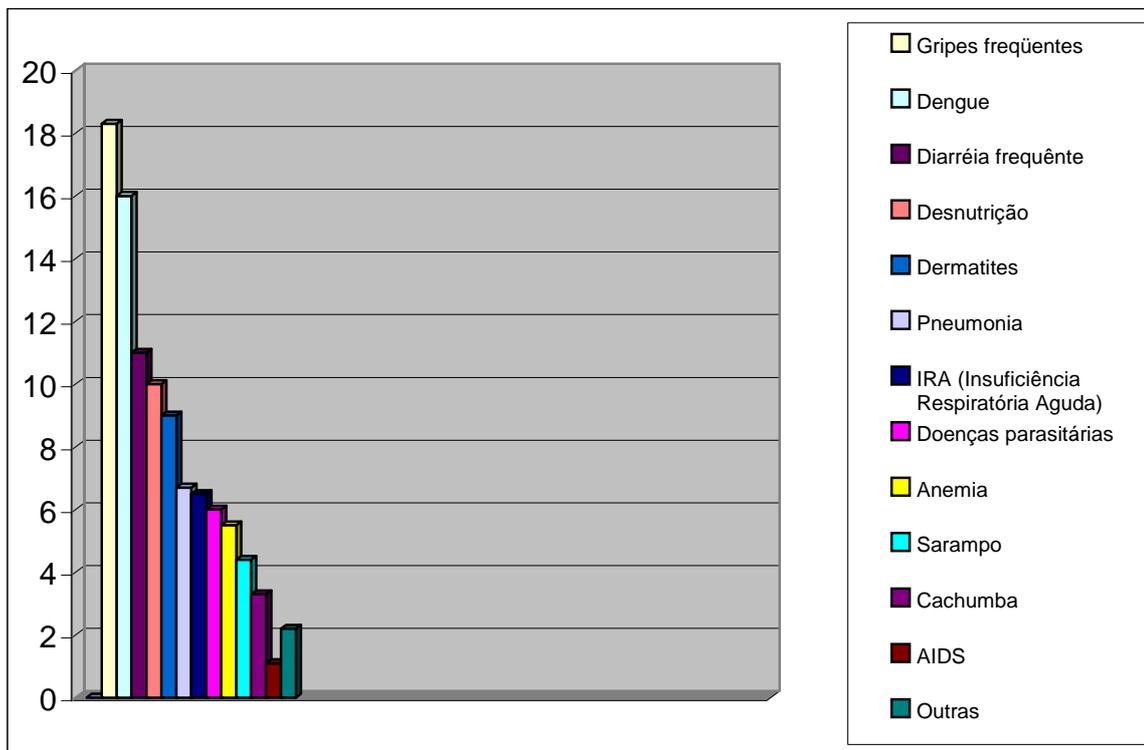


Gráfico 10 – Total de crianças e adolescentes acometidos por doenças (até 17 anos)

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

Analisando a tabela nº 10 e o gráfico nº 10, percebe-se que todas essas doenças estão relacionadas com a qualidade do meio ambiente urbano: má gestão da água, sistema de abastecimento e de tratamento das águas servidas, bem como a densidade domiciliar elevada associada, a falta de higiene, assim como a permanência de usos rurais, tais como criações de animais (vacarias, pocilgas, etc) (Foto 36).



Foto 36 Usos rurais (vacarias)

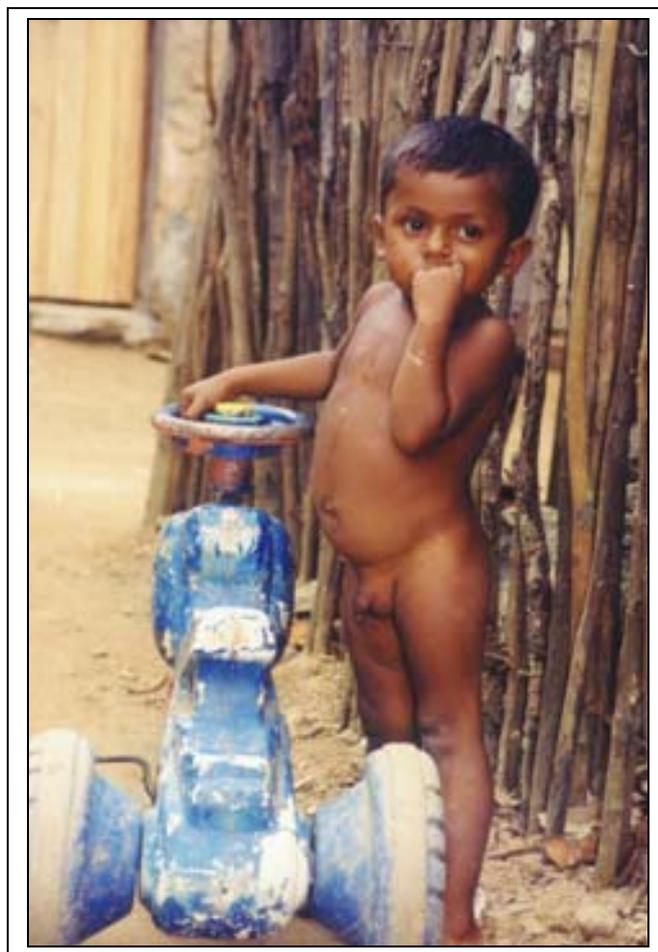
Foto: Adeline Luz, Jul/2003

A presença desses usos rurais resulta na poluição das águas do rio Timbó, provocada pelo lançamento de excrementos de animais, sem contar que os espaços reservados aos animais são também os espaços onde as crianças muitas vezes brincam (Fotos 37 e 38).



Foto 37 Espaços reservados aos animais e onde também brincam às crianças

Foto: Adalice Luz, Jul/2003



38 Criança brincando

Foto: Adelize Luz, Jul/2003

O relatório produzido conjuntamente pela UNICEF, Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA) e Organização Mundial da Saúde OMS, intitulado “Crianças do Novo Milênio: Impacto do Meio Ambiente sobre a Saúde”, publicado na Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, consagrada às crianças realizado em Nova York entre os dias 08 e 10 de maio de 2002,

mostra que elas são as principais vítimas da insalubridade ambiental, apesar dos progressos alcançados nos últimos dez anos na melhoria do seu habitat e do seu bem-estar. As doenças ligadas em grande parte a essa degradação do meio ambiente, em particular as diarreias e as infecções respiratórias agudas, figuram entre as principais causas da mortalidade infantil, visto que 40% das doenças que atingem as crianças de menos de 5 anos são provocadas pelas condições ambientais em que elas vivem (Foto 39).



Foto 39 Família típica do Timbó

Foto: Adeline Luz, Jul/2003

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de um terço da taxa de morbidade mundial pode ser atribuída a fatores de risco associados com o meio ambiente. A desnutrição é o principal fator que contribui para que essas doenças

ocorram, chegando a atingir cerca de 150 milhões de crianças e enfraquecendo o seu sistema imunológico. As diarreias atacam as paredes do intestino, impedindo a digestão e a absorção dos alimentos, agravando dessa maneira, a desnutrição.

A respeito da vacinação, verificou-se que a grande maioria da população vacina as crianças, independentemente das campanhas promovidas pelos governos federal, estadual e municipal (Tabela 11 e gráfico 11).

Tabela 11 – **Saúde - vacinação infantil**

Vacinação Infantil	(%)
Nas campanhas	52,9
Indep. das campanhas	42,7
Não vacinou	4,4
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

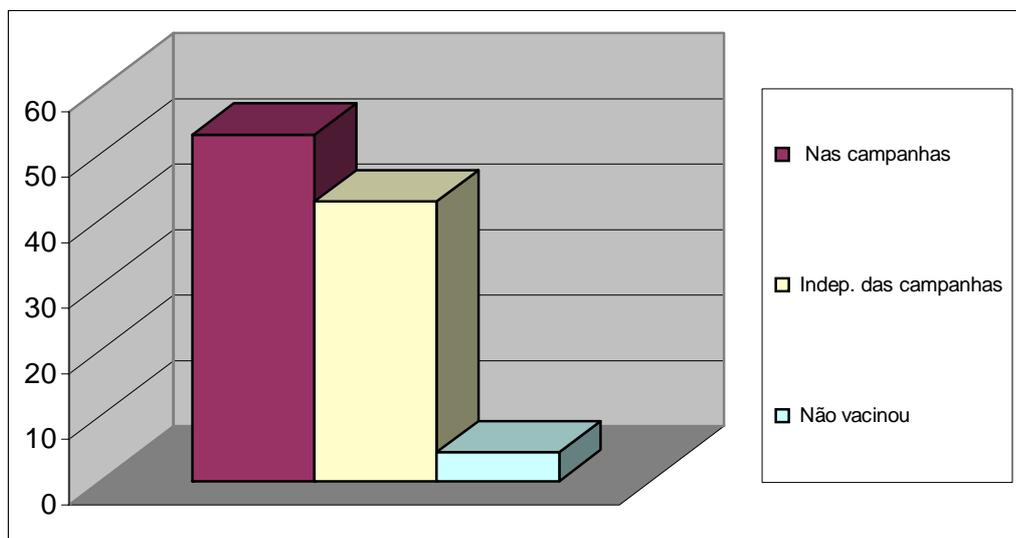


Gráfico 11 - **Saúde - vacinação infantil**

Fonte: Dados da Pesquisa – 2003

Quanto à mortalidade infantil, os dados mostraram um índice relativamente baixo nas faixas etárias de 0-1 ano (1,1%) e 1-2 anos em torno de 3,3%, para um período de dois anos, que corresponde aos dados fornecidos pelo PSF e que coincidiram com os dados levantados nessa pesquisa. Sem dúvida, este fato está relacionado às campanhas de vacinação veiculadas pelo rádio e pela televisão e também devido à implantação do PSF, que provavelmente vem contribuindo para uma melhoria das condições de saúde da população infantil através de acompanhamento e incentivo à vacinação.

Sobre as doenças que acometem a população adulta e idosa verificou-se que estas também estão associadas às condições de habitat, ou seja, alojamentos inadequados e superpovoados, às carências alimentares, o nível de instrução,

dificuldades em encontrar trabalho, a luta diária por sobrevivência, e porque não dizer, a fome, responsável maior pelo estado de carência nutricional da população.

Com referência as causas de internação, destacaram a Insuficiência Respiratória Aguda (IRA) e as cardiopatias.

Fazendo uma comparação entre, as doenças acometidas pelos adultos e idosos acima de 60 anos, percebe-se que no primeiro, as doenças de maior incidência são: a dengue, a hipertensão arterial, a diabetes, a doença mental, as cardiopatias, a IRA, seguida em menor proporção à tuberculose, a AIDS e a Hanseníase. Com relação a AIDS, foram detectados na comunidade, três casos, sendo uma criança de 8 anos e dois adultos (pais e filho), estes recebem assistência médica e são acompanhados pelo Hospital de AIDS de João Pessoa. No segundo caso, as principais doenças são: a hipertensão arterial seguida de diabetes, dengue, cardiopatias, pneumonia, IRA e, em menor proporção: gripes, dermatites, doença mental, diarreias (Tabela e gráfico nº 12 e Tabela e gráfico nº 13).

Tabela 12 – **Total de adultos acometidos por doenças**
(18 a 59 anos)

DOENÇAS	Nº DE PESSOAS (%)
Dengue	41,5
Hipertensão Arterial	16,2
Diabetes	12,0
Doença Mental	7,8
Cardiopatias	6,5
IRA (Insuficiência Respiratória Aguda)	4,4
Tuberculose	3,3
AIDS	2,0
Hanseníase	2,0
Outras	4,3
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

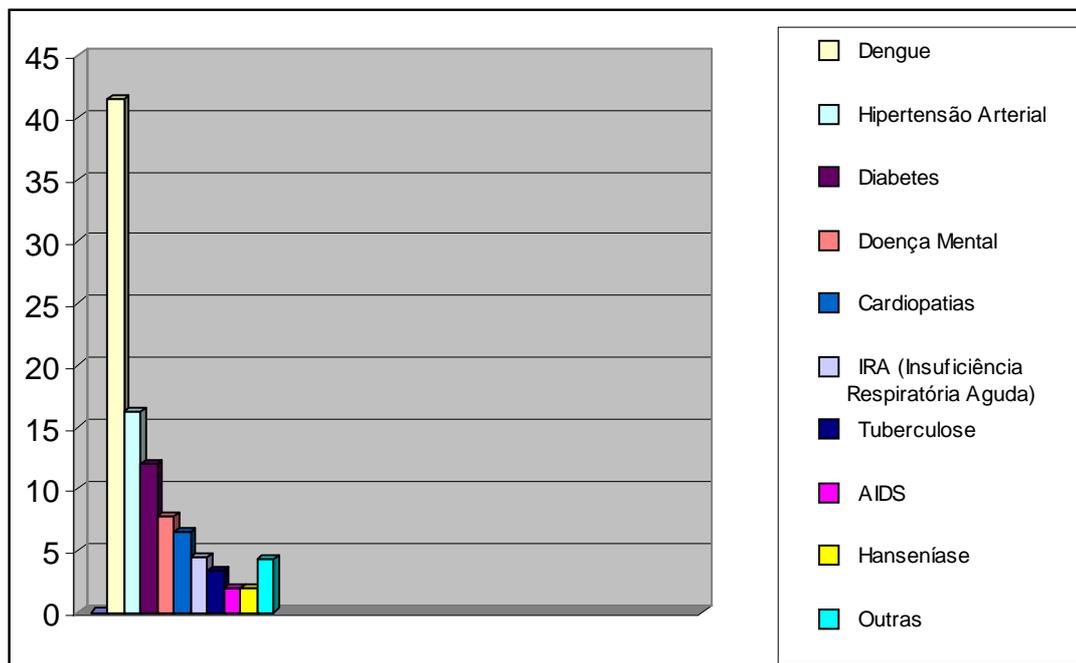


Gráfico 12 - Total de adultos acometidos por doenças (18 a 59 anos)

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

Tabela 13 - **Total de idosos acometidos por doenças (+ 60 anos)**

DOENÇAS	Nº DE PESSOAS (%)
Hipertensão Arterial	30,0
Diabetes	15,6
Dengue	11,0
Cardiopatias	10,0
Pneumonia	6,6
IRA (Insuficiência Respiratória Aguda)	6,0
Gripes freqüentes	5,6
Dermatites	4,4
Doença Mental	3,3
Diarréia freqüente	2,2
Outras	5,3
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

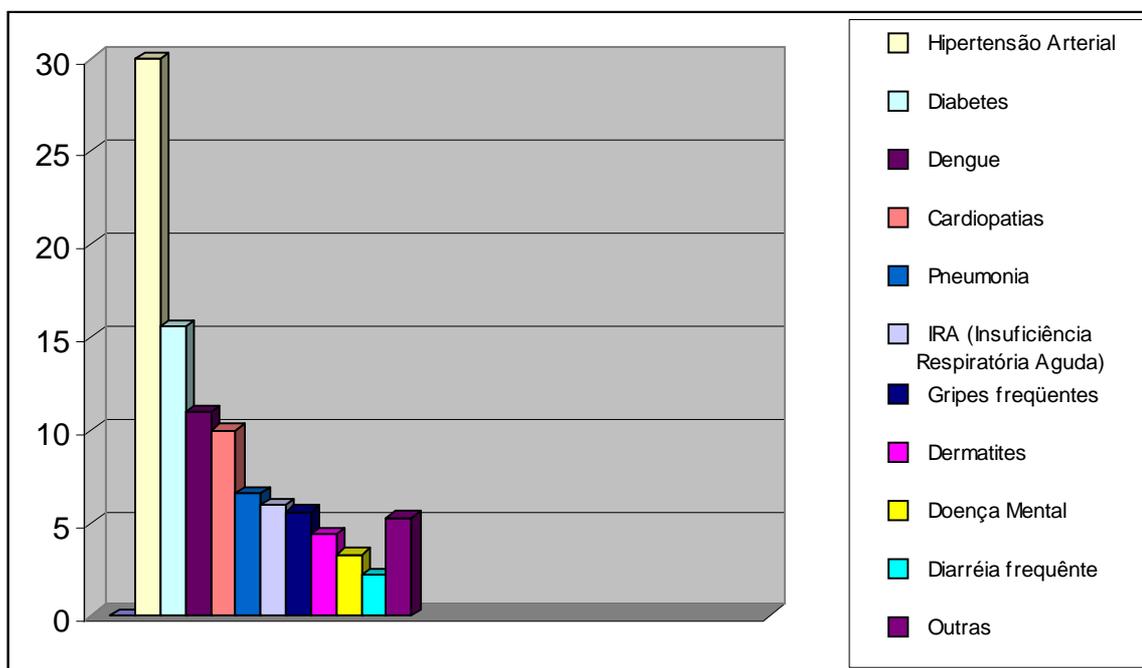


Gráfico 13 - **Total de idosos acometidos por doenças (+ 60 anos)**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

O relatório da FAC (1998), aponta que as condições ambientais e sócio-econômicas conduzem a um grave quadro de morbidez que afeta, particularmente, a população infantil, através da incidência de diarreia, verminoses e desnutrição.

Além disso, é necessário um trabalho de educação ambiental acompanhando todo o processo de saneamento, recolhimento do lixo, etc. concomitante à construção e/ou reconstrução de casas.

2.1.3.3 Riscos ambientais “naturais” induzidos pela ação humana

Os riscos ambientais naturais são, na maioria dos casos, induzidos pela própria população. Esses riscos são decorrentes de características geológicas e geomorfológicas do próprio sítio onde se desenvolveu a Comunidade do Timbó, principalmente o segmento chamado Timbó de Baixo ou Timbó II: uma antiga área de extração de barro das encostas responsável pela formação de um “anfiteatro” amplo cercado por barreiras. O material extraído proveniente dos sedimentos da Formação Barreiras caracteriza-se por apresentar suscetibilidade média ao processo de desabamentos, deslizamentos e formação de ravinamentos.

As barreiras que cercam esse anfiteatro do lado sul são íngremes e desprovidas de qualquer cobertura vegetal. O círculo se completa a oeste por barreiras com talude proveniente do desmoronamento do material deixado na parte superior, uma espécie de cornija de material desnudo. No lado sul, as quedas de barreiras acontecem sempre por ocasião da estação chuvosa (maio, junho, julho, podendo se antecipar para abril, maio, junho), quando ocorre o máximo de precipitações consecutivas em João Pessoa, mas são induzidas pela própria população através da retirada de barro e outros materiais na sua base o que forma grandes cavidades desequilibrando a barreira ao formar rachaduras em todo o seu perfil o que irá contribuir para desmoronamentos durante as chuvas que penetram ao longo dessas rachaduras.

Além dos riscos geológicos citados, o Timbó II ou o de Baixo se estende pelo piso do anfiteatro de erosão antrópica mencionado, até atingir os terraços e a planície do rio Timbó. Os riscos aí são decorrentes da impermeabilização dos solos por compactação, para a abertura de becos e vielas e pela densidade das habitações que, contribuem para o aumento da energia do escoamento superficial das águas das chuvas provocando ravinamentos. As habitações que se situam nas proximidades do rio sofrem com os alagamentos por ocasião das enchentes sazonais e as mais precárias são construídas em locais permanentemente encharcados (Fotos 40)



Foto 40 Residência construída nas proximidades do rio Timbó.

Foto: Adalice Luz, Jul/2003

No Timbó de Cima ou Timbó I, localizado no topo e próximo à borda escarpada do baixo planalto dos Bancários, os riscos acima especificados não ocorrem em toda a sua área. Eles são restritos às moradias que se situam na rua Margarida Alves próxima dessa escarpa e atingem também, com maior gravidade, o Timbó de Baixo. As canalizações de esgotos clandestinas e valas das moradias do Timbó de Cima, as enxurradas, que descem pelas vias de acesso entre este e o Timbó de Baixo, contribuem para os deslizamentos, desmoronamentos e ravinamentos localizados na “barreira” cujo material pode causar soterramento das casas que ficam em seu sopé. Acrescente-se o lixo que é lançado pelos moradores do Timbó de Cima, contribuindo para o agravamento dos movimentos de massa (desmoronamentos e deslizamentos) nas encostas. (Fotos 41 e 42)

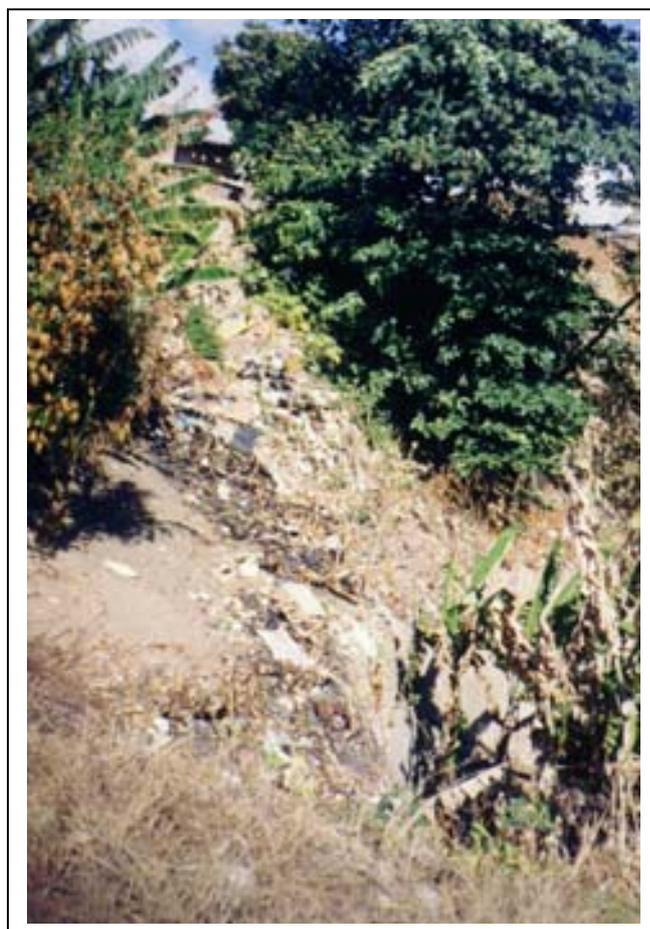


Foto 41 Acúmulo de lixo jogados pelos moradores do
Timbó de Cima

Foto: Adelize Luz, Jul/2003



Foto 42 Lixo e águas servidas lançados pelos moradores
do Timbó de Cima

Foto: Adelize Luz, jul/2003

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico ambiental da Comunidade do Timbó demonstrou que as idéias ou conceitos sobre o universo das favelas que povoam o imaginário da maior parte da sociedade brasileira não são totalmente verdadeiras, mas sim relativas. Só para lembrar, essas idéias foram:

- 1) as favelas têm uma especificidade demográfica (a maioria de sua população é resultante do fluxo migratório campo – cidade);
- 2) as favelas apresentam peculiaridades no seu desenho urbano e nas suas construções;
- 3) o espaço dos aglomerado é o da pobreza e da marginalidade;
- 4) o espaço da favela é homogêneo, tanto o espaço social como o espaço físico, portanto elas não apresentam diferenças entre si e no seu interior.

No que diz respeito à primeira dessas idéias preconcebidas ela se revelou como sendo relativa uma vez que na composição da população dos aglomerados a proporção de migrantes de outras regiões da Paraíba é bem menor do que os provenientes do fluxo urbano – urbano, como ficou comprovada, no exemplo tomado para expor a problemática ambiental das favelas em João Pessoa: A Comunidade do Timbó. Essa mudança geral passou a caracterizar o universo dos aglomerados a partir da década de 90, como foi visto.

Quanto a segunda e a quarta, tomando como exemplo o espaço onde se localiza a comunidade do Timbó, elas são também relativas. As condições topográficas se espelham, na divisão do espaço físico em dois sub-espacos o Timbó de Cima (Timbó I) e o Timbó de Baixo (Timbó II), cada um com desenho urbano diferente, padrão dos domicílios diversificados, grau de instrução, de melhoramentos, condições sanitárias, etc. O Timbó I se estende longitudinalmente acompanhando a escarpa da borda do tabuleiro do Conjunto dos Bancários onde é separado pela avenida Abelardo dos Santos o que introduziu diferenças no seu próprio interior. Os domicílios erguidos ao longo dessa avenida apresentam um melhor padrão de construção e desfrutam de melhores condições de infra-estrutura enquanto que os situados na rua Margarida Maria Alves paralela à avenida tem padrão diferente, inferior. Além disso, o Timbó de Cima, pelas características do seu sítio, não está sujeito aos riscos de desabamentos das encostas que atingem o Timbó de Baixo, embora contribua para o seu

desencadeamento por meio das canalizações improvisadas dos esgotos que terminam na parte superior da escarpa que delimita os dois segmentos.

O Timbó II ou Timbó de Baixo, mais populoso e com maior densidade domiciliar, ocupa os taludes que unem a encosta escarpada ao piso do anfiteatro de erosão antrópica, sobre o qual se estende até a planície aluvial do rio Timbó. Por conseguinte, seu espaço do ponto de vista da topografia, da geomorfologia, do padrão dos domicílios, do grau de pobreza, apresenta diferenças em determinados setores, como por exemplo, o que está situado mais próximo do rio é o que se caracteriza pela maior precariedade das habitações, ausência de infra-estrutura básica refletindo assim a pobreza de seus moradores. Além disso, esse setor apresenta condições insalubres no seu entorno: encharcamento quase que permanente, portanto oferecendo maiores riscos sanitários para os habitantes; riscos de alagamentos sazonais; moradias erguidas com materiais diversos.

Os setores situados no sopé das barreiras (meridional e ocidental), são os que estão em situação de perigo permanente, agravada pela extração de barro em sua base, contribuindo para a ocorrência de deslizamentos e desmoronamentos por ocasião das chuvas.

No tocante ao acompanhamento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) o espaço total da Comunidade do Timbó é subdividido em três micro-áreas, ficando excluído justamente a população que se localiza no setor mais próximo ao rio, cuja precariedade é maior, conforme foi visto mais acima.

Quanto à terceira, o espaço da favela é realmente o espaço da pobreza e da marginalidade, se considerarmos como marginalidade a exclusão do mercado de trabalho, do desenvolvimento social e econômico. A Comunidade, como foi visto, apresenta uma população jovem, com pouca escolaridade, grande proporção de desempregados e desocupados assim como de subempregados. Mas ela, como todas as outras que se disseminam pelo espaço urbano de João Pessoa, enquanto espaço social e, em razão dessa exclusão social e econômica, apresenta muitos problemas ligados à violência, ao tráfico de drogas, aos roubos e furtos, daí geralmente se acreditar que na favela só vivem marginais. Para o imaginário das classes mais privilegiadas o termo “marginal” se confunde com “criminoso” e não como aquele que vive à margem da sociedade e do desenvolvimento social e econômico. Daí a questão da “marginalidade” ser também relativa.

Diante do quadro geral que a Comunidade do Timbó apresentou é necessário que os responsáveis pela organização do espaço urbano como a administração municipal e estadual, os gestores e planejadores ambientais e a sociedade civil como um todo, elabore projetos que possam ser executados com vista a garantir uma qualidade de vida mais digna para os moradores dos aglomerados subnormais que à apresentada no decorrer do trabalho.

A população entrevistada manifestou aspirações que envolvem, sobretudo as questões sociais:

- segurança: instalação de posto policial, rondas policiais, combate às drogas (venda e consumo).
- infra-estrutura: instalação eficiente da rede de esgoto, pavimentação e iluminação pública.
- educação: construção de escola, melhoria da creche, oferta de cursos profissionalizantes e de atividades recreativas para crianças e adolescentes.
- saúde: implantação de mais uma USF, aumentar o número de profissionais como médicos enfermeiros e agentes de saúde, presença de ambulância, para socorrer os necessitados, pois quando alguém tem um problema grave, é carregado pelos moradores em lastros de camas ou cadeiras até a entrada da comunidade. O caso se complica se o socorro for durante á noite, pois nem os taxistas querem descer a ladeira que dar acesso ao Timbó de Baixo, com receio de serem assaltados.
- emprego: criação de mecanismo que gerem emprego, tais como: curso de informática; corte e costura e culinária, etc.

- limpeza pública: maior frequência na coleta de lixo; instalação de coletores (contêineres); remoção do lixo das ruas e valas (tabela 14 e gráfico 14).

Tabela 14 - **Aspirações da população**

ASPIRAÇÕES	(%)
Segurança	52,5
Infra-estrutura	20,2
Posto de Saúde	12,0
Creche e Escola	7,4
Limpeza Pública	4,8
Empregos	2,5
Outras	0,6
TOTAL	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

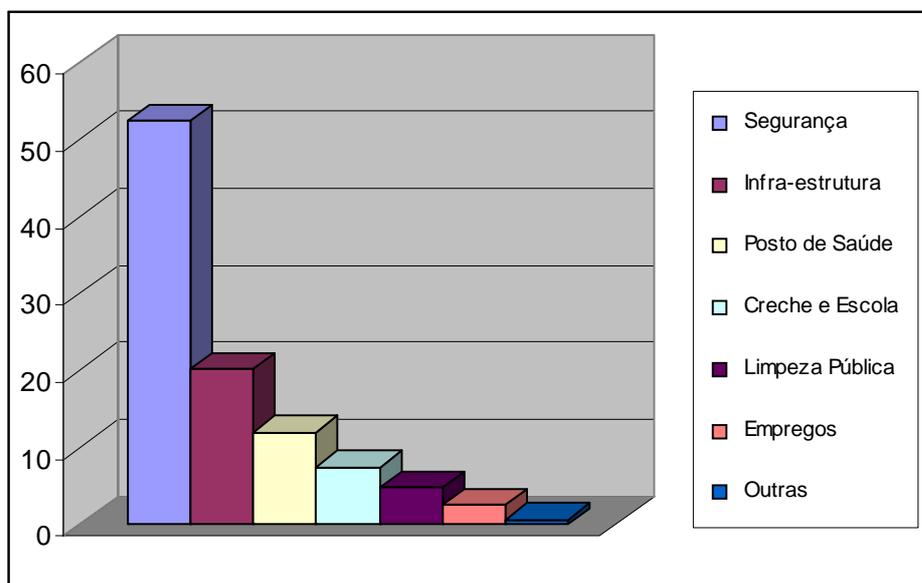


Gráfico 14 - **Aspirações da população**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2003

Quanto à questão de segurança, mais de 50% dos entrevistados foram favoráveis à implantação de posto policial, tendo em vista o alto índice de venda e consumo de drogas, ocorrência de vandalismo, principalmente à noite, quando suas casas são apedrejadas e as luzes dos postes quebradas, sem contar com brigas freqüentes e assaltos. Em função do difícil acesso de transporte ao local, os policiais quando solicitados, geralmente, chegam atrasados. Portanto, os moradores acham que a presença de um posto policial na comunidade pode diminuir o índice de violência.

Vale ressaltar que, a segurança não é uma aspiração exclusiva da população que reside em favelas, ela é também uma questão de interesse da sociedade como um todo,

visto que o índice de violência urbana vem aumentando conseqüentemente nos últimos anos.

A carência na infra-estrutura foi outra questão que obteve um percentual consideravelmente elevado, sobretudo, quanto à rede de esgoto ineficiente, à pavimentação insuficiente ou inexistente. No tocante à pavimentação, essa só existe no começo da ladeira que dá acesso comunidade até a entrada da rua Nossa Senhora de Fátima, onde estão localizados o posto do PSF e a Creche, esta por sua vez não atende a todas as crianças, pois há carência de espaço e pessoal de apoio.

Sobre a oferta de cursos e escolas no setor, estes não existem, a população não conta com escola na comunidade; as crianças e adolescentes estudam nos estabelecimentos fora da área.

A respeito dos cursos profissionalizantes, os moradores informaram que, se estes fossem implantados na comunidade, com certeza a ociosidade da população seria menor, pois parte desta estaria envolvida nos cursos oferecidos.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenia (coord.) Urbanização de favelas: relatório de pesquisa. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - PCC USP. 2561 Gestão e Planejamento Urbano e Territorial. Disponível em: <<http://www.graduação.pcc.usp.br/pcc5671/urbanizaçãofavelas>> Acesso em: 15 jul. 2003.

ABIKO, Alex Kenia. Serviços públicos urbanos. São Paulo, EPUSP, 1995a (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC 10).

_____. Introdução à Gestão Habitacional. São Paulo; EPUSP, 1995b. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC 12).

ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO; ZAHAR, 1987.

_____. A favela está fazendo cem anos; sobre os caminhos tortuosos da construção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5, 1993, Belo Horizonte. Anais Belo Horizonte: ANPUR, 1993. P.

ABREU, Maurício de A; VAZ, Lílían F. – Sobre as origens da favela. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4, 1991, Salvador. Anais Salvador: ANPUR, 1991.

AGUIAR, Wellington. Cidade de João Pessoa: a memória do tempo. 3ªed. João Pessoa: FUNESC; Idéia, 2002.

ALBUQUERQUE, Francisco J. Batista de; CIRINO, Carlos da Silva. Percepção de riscos e vulnerabilidade social [1] Disponível em : <<http://www.cchla.ufpb.br/pospi/autores/francisco/texto03.htm>> Acesso em: 30 de jun. 2003.

ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa, PB: Universitária/ UFPB, 1966. 4v. em 1.

ALMEIDA, José Américo. A Paraíba e seus problemas, 4 ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1994.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIM, Técio Barbosa. Geografia. São Paulo, SP: Ática, 2002. (Série Novo Ensino Médio; v. único)

ALMEIDA, Maurílio de . Cidade da Parahyba: 1880 – um pequeno aglomerado urbano. In: Capítulos de História Paraibana. João Pessoa: SEC; O Norte, 1987. P. 605 - 608.

BITOUN, Jan Aménagement, zonage et decentralization de la gestion: divisions de la ville et enjeux des pratiques urbaines à Recife (Brésil). In: Seminário Internacional “Les Mots de la Ville”, Paris, 4-6 décembre 1997. Atelier nº “Les Divisions de la Ville”(separata), 1997.

BRASIL. IBGE. PR n: 51 Art. 1º de 31 de julho de 1989. Aprova a divisão do Brasil em Mesos e Microrregiões Geográficas, na forma do anexo, elaborada pela Diretoria de Geociências, em substituição “Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas”, editada em 1969.

CUNHA, Euclides de. Os Sertões. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Attaya, [199..] (Col. Mestre da Literatura brasileira e Portuguesa, 18).

HABITAT, United Nations Centre for Human Settlements. Global strategy for shelter to the year 2000. Nairobi, 1989.

HABITAT, United Nations Centre for Human Settlements. El Hogar y la familia. Nairobi, 1994.

HERCKMANN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba, 1639. João Pessoa, PB: A União, 1982.

HOUAISS, Antonio. Dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

INCRA/ESTADO DA PARAÍBA/SUDENE e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba/FUNDAP. Carta Topográfica, escala 1: 10.000, com base em fotografias aéreas na escala 1: 40.000, 1985 elaborada pela TERRAFOTO S. A.

JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Theseurus, 1977. (Facsimile, 1892).

LEAL, José. Itinerário da história: imagem da Paraíba entre 1518 e 1965. João Pessoa, PB: [s.n.], 1965.

MACHADO, Maximiano Lopes. História da Província da Paraíba. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1977. (Coleção documentos Paraibanos, 2).

MEDEIROS, Coriolano. Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba, Departamento de Imprensa Nacional. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1950.

MELO, Antonio Sérgio Tavares de. Projeto Costa do Sol: avaliação das condições ambientais. João Pessoa, 1988 (mimeografado). Trabalho executado pa a MULTISERVICE/PBTUR para a elaboração do RIMA.

MELO, Antonio Sérgio Tavares de.; RODRIGUEZ, Janete Lins. Paraíba: desenvolvimento econômico e questão ambiental . João Pessoa, PB: Grafset, 2002.

MENDES, Marina Ceccato. Desenvolvimento Sustentável. Disponível em : <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_text2.html > Acesso em: 13 out. 2003.

MENEZES, José Luiz da Mota. Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa. Recife, PE: Pool Editorial, 1985.

NÓBREGA , Humberto. Arte Colonial da Paraíba: igreja de Santo Antonio – convento de São Francisco de João Pessoa. João Pessoa, PB: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.

OLIVEIRA, Francisco Borges de. Degradação do meio físico e implicações ambientais na bacia do rio Jaguaribe. João Pessoa, PB. 2001. 116 f. Dissertação (Mestrado em curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ORGANIZAÇÃO PAN - AMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE; BRASIL. “Água e saúde”, 30/05/2001 disponível em : <<http://www.opas.org.br>> acesso em: 08 jul.2003.

PARAÍBA. Prefeitura Municipal de João Pessoa, Coordenadoria Geral de Planejamento (COPLAN). João Pessoa, 1978. Ortofotos 89/90. Escala aproximada 1: 2.000, 1978. Executado: por Base S/A.

PARAÍBA (Estado). Fundação de Ação Comunitária (FAC). Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita: relatório de Pesquisa. João Pessoa: Liceu, 1998.

_____. Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita: relatório de Pesquisa. João Pessoa; Grafset, 2002.

PARAÍBA. INCRA/ESTADO DA PARAÍBA/SUDENE/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba/FUNDAP. Projeto sub-área PB – 1. João

Pessoa, 1985. Carta plani - altimétrica. Escala aproximada 1: 10.000. (Executado por TERRAFOTO S. A).

PARAÍBA. Prefeitura de João Pessoa – Plano Diretor da cidade de João Pessoa, 1994.

PARAÍBA. Prefeitura de João Pessoa/Secretaria de Planejamento (SEPLAN/PB). João Pessoa, 1998. Ortofotos 89/90. Escala aproximada 1: 2.000, 1998. (Executado: por Universal).

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1977. (Coleção documentos Paraibanos, 3). 2v. em 1.

PROGRAMA Habitat procura desenvolver a qualidade de vida nas cidades. ComCiência, [s.l.], 10 mar. 2002. 4p. (Revista eletrônica de jornalismo científico). Disponível em: <http://www.comciência.br/reportagens/cidades/cid_04htm> Acessado em: 11 out. 2003

QUALIDADE das águas nas cidades é cada vez pior ComCiência [s.l.], 10 mar. 2002. 4p. (Revista eletrônica de jornalismo científico). <<http://www.comciência.br/reportagens/cidades/cid.09.htm>> Acesso em: 11 out. 2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro. Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos – HABITAT II, Istambul, 1996.

ROCHA, Celena Soares. Estudo das alterações na paisagem e proposta de ocupação sustentável para a área de implantação do Complexo Turístico Costa do Sol – município de João - PB 2003. Dissertação (Mestrado em Curso). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa. João Pessoa, PB, editora Universitária/UFPB, 1980.

_____, Janete Lins. A Evolução Urbana de João Pessoa. Boletim Geográfico, João Pessoa: UFPB/CCEN, n. 6, p. 73-80. 1985.

_____, Janete Lins. Considerações Geográficas sobre a evolução urbana de João Pessoa. In: Capítulos de História Paraibana, João Pessoa: SEC; O NORTE, 1987. p. 591-599.

RODRIGUEZ, Janete L.; DROULERS, Martine. João Pessoa: crescimento de uma capital. Publicado pela Fundação Casa de José Américo, 1981.

RODRIGUEZ, Walfredo. Roteiro sentimental de uma cidade. 2. ed. João Pessoa, PB: A União, 1994. (Edição facsimilar).

SANTÉ et environnement. In: FRANÇA.INFO EN LIGNE. Dossier: la Santé environnementale en question. Article: Santé et Environnement, 5p. Disponível em: <http://www.fnh.or/francais/docen_ligne/sante/dossier1_art1.htm> Acesso em: 28 jul. 2003.

SANTOS, C. N. Ferreira dos. Um tema dos mais solicitados: como e o que pesquisar em favela, In: Revista de Administração Municipal, n. 161, out./dez. 1981.

SANTOS, C. N. Ferreira dos. Seis idéias errôneas sobre favela. In: Revista de Administração Municipal, n. 184, jul/set. 1987.

SILVA, Jailson de Souza e. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br/artigos-socios/Jailson-Favelas.PDF>> Acesso em: 14 dez. 2002.

SILVA, M. O. S. Política habitacional brasileira: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Francisca Fernandes de. O quadro sócio-econômico e a qualidade de vida na Comunidade do Timbó – Município de João Pessoa – PB, 1999. 45 f. Monografia (Graduação em curso), Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ - João Pessoa, 1999.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Nossa Senhora da Penha. Recife: [s.n.], 1974. Folha SB. 25 - Y - C - III - 1 - SE). Escala 1:25.000.

TASCHNER, Susana Pasternack. Espaço e população nas favelas de São Paulo. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13.2002, Ouro Preto (MG), 4 a 8 de novembro de 2002. 17p. (separata).

_____, Susana Pasternack. Favelas em São Paulo: censo, consensos e contrasensos. 16 p. Disponível em: <http://clacso.Edu.ar~libros/ampocs00/gt07/00gt0723.doc+> Acesso em: 14. fev 2002.

TEIXEIRA, Manuel. C. As formas urbanas das cidades de origem portuguesa. Revista [do] Centro de Estudos de Urbanismo e Agricultura, Lisboa: PT, n. 2, 12 p. Setembro 2000. Disponível em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero2/textos>> Acessado em; 16 jul. 2003.

VALLADARES, Lúcia. Passa-se uma casa. 2 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paula Berenstein. Pequeno histórico das favelas do Rio _____ de _____ Janeiro. Disponível em: <<http://www.anf.org.br/link.php?assunto=urbanismo&artigo=5>> Acesso em: 11 jul. 2003.

VILAS significaram distancia entre patrões e operários. ComCiência. [s.l.], 10 mar. 2002. 4p. (Revista eletrônica de jornalismo científico) <<http://www.comciencia.br/reportagens/cid15htm>> Acesso em : 09 mar. 2003

WISNICK, Guilherme. O conselho da favela, ou a voz do morro <<http://correiocidadania.com.br/ed350/politica3.htm> > Acesso em: 13 jul. 2003.

ZMITROWICZ, Witold (coord.). Urbanização de favelas no município de São Paulo: relatório. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo / Departamento de Engenharia de Construção Civil. PCCC2561. Gestão e Planejamento Urbano e Territorial. São Paulo, 2 de junho de 2003. Disponível em: < Urbanização Favela WitoldJunho2003.doc> Acessado em: 14 set. 2003.

ZYLBERBERG, S. Morro da Providência: memórias da Favella, Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.

ANEXO

QUESTIONÁRIO – TIMBÓ

PERFIL DO DOMICÍLIO

- | | |
|---|-----|
| 1 - Tipo de utilização do domicílio | () |
| 00 – Residencial | () |
| 01 – Residencial/ Comercio informal | () |
| 02 –Comércio formal | () |
| 2 - Condições de arruamento no bairro | |
| 00 – Rua pavimentada | () |
| 01 – Rua não pavimentada | () |
| 02 – Rua não pavimentada intransitável | () |
| 03 – Caminhos e becos | () |
| 04 – Outro | () |
| 3 - Tipo de domicílio | |
| 00 – Casa isolada | () |
| 01 – Casa geminada por um dos lados | () |
| 02 – Casa geminada pelos dois lados | () |
| 03 – Outro tipo | () |
| 4 - Material predominante (paredes) do domicílio | |
| 00 - Alvenaria | () |
| 01- Taipa | () |
| 02 –Material diversificado | () |
| 03 –Misto | () |
| 5 – Material predominante do piso | |
| 00 - Cimentado | () |
| 01 – Chão batido | () |
| 02 – Misto | () |
| 03 – Cerâmica | () |
| 04 – Outro | () |

- 6 – Cobertura do domicílio
 - 00 –Telha cerâmica ()
 - 01 –Telha fibra-cimento (amianto) ()
 - 02 –Misto ()
 - 03 – Outro ()

- 7 – Estrutura da cobertura do domicílio
 - 00 – Madeira serrada
 - 01 - Madeira lavrada ()
 - 02 – Concreto armado (laje) ()
 - 03 – Misto ()
 - 04 – Outro ()

- 8 – Número de cômodo do domicílio residencial
 - 00 – Um à dois ()
 - 01 – Dois à três ()
 - 02 – Três à quatro ()
 - 03 – Mais de quatro ()

- 09 –Forma de aquisição do domicílio residencial
 - 00 – Herdado ()
 - 01 – Comprado pronto ou em construção ()
 - 02 – Construído por mão-de-obra familiar ()
 - 03 – Construído por instituições do governo ()
 - 04 - Outro ()

- 10 –Forma de aquisição do domicílio Industrial /Comercial
 - 00 – Herdado ()
 - 01 – Comprado pronto ou em construção ()
 - 02 – Construído por mão-de-obra familiar ()
 - 03 – Construído por instituições do governo ()
 - 04 - Outro ()

- 11 –Forma de aquisição do lote
 - 00 – Herdado ()
 - 01 – Comprado ()
 - 02 – Doado ()
 - 03 –Invadido ()
 - 04 - Cedido ()
 - 05 - Outro ()

- 12 – O chefe do domicílio é natural desse município
00 – Sim ()
01 – Não ()

CONDIÇÕES SANITÁRIAS

- 13 – Instalações sanitárias:
00 - Não tem banheiro ()
01 – Privada mais banheiro dentro de casa ()
02 – Privada mais banheiro fora de casa ()
03 – Privada mais banheiro coletivo ()
04 - Outro ()

- 14 - Qual o destino das águas de uso doméstico
00 - Canalizado para fossa ()
01 – Canalizado para vala da rua ()
02 – Dirigido em vala para o quintal / rua ()
03 - Despejado diretamente no vale do rio ()
04 - Rede geral de esgoto ()
05 - Outro ()

- 15 – Natureza do abastecimento doméstico de água
00 - Rede pública (GAGEPA) ()
01 – Poço artesiano ()
02 – Cacimba ()
03 - Outro ()

- 16 – Tratamento de água no domicílio para consumo
00 - Filtrada ()
01 - Fervida ()
02 – Clorada ()
03 – Sem tratamento ()
04 - Outro ()

- 17 – Destino do lixo doméstico
00 - Coleta pública ()
01 - Céu aberto ()
02 – Queimado ()
03 – Enterrado ()
04 - Outro ()

- 18 – Fornecimento de água no domicílio residencial
- 00 - Com medidor ()
- 01 - Sem medidor ()
- 02 - Ligada da casa do vizinho ()
- 03 – Não tem rede de água ()
- 04 – Outro ()

- 19 – Fornecimento de energia elétrica residencial
- 00 - Com medidor ()
- 01 - Sem medidor ()
- 02 - Ligada da casa do vizinho ()
- 03 – Não tem rede energia ()
- 04 - Outro ()

PERFIL DA UNIDADE FAMILIAR

- 20 - Número de pessoas residente por domicílio
- 00 – Uma ()
- 01 – Duas ()
- 02 – Três ()
- 03 – Quatro ()
- 04 – Mais de quatro ()

- 21 – Composição familiar
- 00 – Morador único ()
- 01 – Uma família ()
- 02 – Duas famílias ()
- 03 - Três famílias ()
- 04– Mais de três ()

- 22 – Quantas crianças menores de 14 anos residem no domicílio?
- 00 – Uma ()
- 01 – Duas ()
- 02 – Três ()
- 03 – Quatro ()
- 04 – Mais de quatro ()

- 23 – Quantas crianças menores de 14 anos estudam? ()
00 – Uma ()
01 – Duas ()
02 – Três ()
03 – Quatro ()
04 – Mais de quatro ()
- 24- Qual o grau de escolaridade do chefe de família? ()
00 - Analfabeto ()
01 – Alfabetizado ()
02 –Ensino fundamental (1ª Fase) completo ()
03 – Ensino fundamental (2ª Fase) incompleto ()
04 –Ensino Médio incompleto ()
05 –Ensino Médio completo ()
06 – Curso superior incompleto ()
- 25 – Condição de ocupação do chefe da família ()
00 - Aposentado ()
01 – Encostado ()
02 – Desempregado ()
03 – Faxineira ()
04 – Lavadeira ()
05 – Vigia ()
06 – Pedreiro ()
07 – Auxiliar de pedreiro ()
08 – Comerciante ()
09 – Outro ()
- 26 – Qual a renda familiar? ()
00 – Menos de um salário mínimo ()
01 – Um à dois salários ()
02 – Dois à três salários ()
03 – Mais de três salários ()
- 27 - A renda familiar é completada? ()
00 – Não ()
01 – Com dinheiro enviado por parentes ()
02 – Com aluguel de outro domicílio ()
03 – Com pensão alimentícia ()
04 - Com aposentadoria de parente ()
05 – Com bolsa escola ()

- 28 – Há quanto tempo mora nesta comunidade?
00 – Menos de um ano ()
01 – Um à três anos ()
02 – Três à cinco anos ()
03 – Mais de cinco anos ()
- 29 – Antes de residir nesse município morava na
00 – Zona rural ()
01 – Zona urbana ()
- 30- Documentação que possui
00 – Certidão de nascimento ()
01 – Certidão de casamento ()
02 – Carteira de identidade ()
03 – Carteira profissional ()
04 - Título de eleitor ()
05 – Reservista ()
06 – CPF ()
07 - Nenhum ()
- 31 - Nos últimos dois anos morreu alguém desta família?
00 – Sim ()
01 – Não ()
02 – Criança ()
03 – Adulto ()
- 32 – Em caso de doença procura
00 – Hospital ()
01 – Posto de saúde ()
02 – Farmácia ()
03 – Outro ()
- 33 – Existe posto de saúde nesta comunidade?
00 – Sim ()
01 – Está funcionando ()
02 – Não está funcionando ()
03 – Não existe ()

34 – Existe creche nesta comunidade?
00 – Sim ()
01 – Está funcionando ()
02 – Não está funcionando ()
03 – Não existe ()

35 – Existe escola pública nesta comunidade?
00 – Sim ()
01 – Está funcionando ()
02 – Não está funcionando ()
03 – Não existe ()

36 – Existe posto policial nesta comunidade?
00 – Sim ()
01 – Está funcionando ()
02 – Não está funcionando ()
03 – Não existe ()

37- Que tipo de entidade existe aqui?
00 – Ass. De moradores ou comunitária ()
01 - Grupos de jovens ()
02 - Grupos de mulheres ()
03 – Outro ()

38 – De que forma o Sr. (a) participa das entidades?
00 – Não participa ()
01 – Reuniões ()
02 – Festas ()
03 – Eleições ()
04 – Todos os eventos ()
05 – Outro ()

39 - DOENÇAS MAIS FREQUENTES

Doenças	% de Crianças e Adolescente (até 17 anos)	% de Adultos (18 a 59 anos)	% de Idosos (+ de 60 anos)
Gripes freqüentes			
Anemia			
Sarampo			
Caxumba			
Pneumonia			
Diarréia freqüente			
Desnutrição			
Rubéola			
Paralisia infantil			
Pressão alta			
Diabetes			
Doença mental			
Tuberculose			
Epilepsia			
Hanseníase (Lepra)			
Doenças parasitárias			
Doenças de pele			
AIDS			
Outras			
Total			

40 – VACINAÇÃO E MORTALIDADE INFANTIL

Vacinação infantil	Mortalidade infantil
Nas camp.	0-1
Ind. Camp.	1-2
Não vacinou	2-3
Não informou	+ 4

41 – O que o Sr. (a) acha que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida da comunidade?

00 – Posto policial ()

01 – Calçamento ()

02 – Rede de esgoto ()

03 – Escola ()

04 – Posto médico ()

05 – Emprego ()

06 – Atividades recreativas para crianças e adolescentes ()

07 – Curso profissionalizante ()

08 – Outros ()